



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

ROSÂNGELA DO SOCORRO NOGUEIRA DE SOUSA

**A APOSIÇÃO ENCAPSULADORA EM ARTIGOS DE OPINIÃO NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAIS**

FORTALEZA

2016

ROSÂNGELA DO SOCORRO NOGUEIRA DE SOUSA

A APOSIÇÃO ENCAPSULADORA EM ARTIGOS DE OPINIÃO NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAIS

Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S698a Sousa, Rosângela do Socorro Nogueira de.
A Aposição Encapsuladora em Artigos de Opinião no Português Brasileiro : Aspectos Formais e Funcionais / Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa. – 2016.
180 f. : il.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.
1. Aposição encapsuladora. 2. Gramática Discursivo-Funcional. 3. Artigo de Opinião. 4. Função Discursiva. I. Título.

CDD 410

ROSÂNGELA DO SOCORRO NOGUEIRA DE SOUSA

A APOSIÇÃO ENCAPSULADORA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO
CONTEMPORÂNEO: ASPECTOS FORMAIS E FUNCIONAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattner
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Ediene Pena Ferreira
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Nadja Paulino Pessoa Prata
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Antônia (In Memoriam) e
Sebastião.

A Ana Luisa, razão da minha existência.

AGRADECIMENTOS

Ao PPGL, pela recepção e cuidado.

À Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, por confiar no meu projeto de tese e pela paciência no trabalho de orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, Profa. Dra. Ediene Pena Ferreira, Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho e Profa. Dra. Nadja Paulino Pessoa Prata, pelo tempo dedicado à leitura desta tese, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores do PPGL, pelas horas de aprendizagem e os empréstimos de ouvidos concedidos a mim.

Aos colegas do PPGL, pelas reflexões e companhias sempre agradáveis. Em especial, Ana Paula, Marílio e Pedro Jorge, que abriram as portas de suas casas para me receber; a Hermínia, eternamente 'olhos de azougue', e sua mãe, anjo na terra, que me acolheram e me trataram com a mais perfeita gentileza; a Jards Nobre, pela nobreza da sapiência e humildade com que respondia aos meus questionamentos mais tolos; a Emerson, pelo alegria contagiante; a Manoelito, pela amabilidade com que sempre me tratou, a Hernani (in memoriam), pelas conversas de corredor sempre tão agradáveis, à linda Lídia Cardoso, que é o ser humano mais magnífico que conheci; a Tatiana, companheira incansável de leituras e incentivadora nas horas de desânimo, minha eterna gratidão.

Às conterrâneas paraenses, Socorro Campos e Raquel Costa, companhias de morada, a quem dedico admiração e respeito, além de um amor fraterno pelo compartilhar das angústias e alegrias nas terras cearenses.

Aos meus familiares, que dedicaram amor a minha filha quando eu não podia estar com ela. Em especial, a meus pais, sempre incansáveis incentivadores do meu projeto de vida, por serem avós-pais da minha Ana Luísa, durante minha estada em Fortaleza; aos meus irmãos, pelo apoio e crença na minha capacidade; a Betânia, tia-mãe, que, mesmo com limitações de saúde, sempre se dispôs a compartilhar dos cuidados com Ana Luísa. Eternamente grata!

Aos meus pais, mais uma vez, que sonharam com esse momento, antes mesmo de eu saber o que ele representaria em minha vida, e que, com a sabedoria retirada dos dias passados nos roçados de mandioca, reconheceram na educação o caminho para a mudança do destino dos 15 filhos que tiveram.

A Elon Chaves, pela dedicação paterna a minha filha no decurso desses 4 anos de ausência materna.

A Suelem Bezerra, amiga de longa data, que torceu para ver esse projeto concretizado.

À turma de Língua Espanhola/2014, que contribuiu para discussão de uma análise piloto das estruturas coletadas durante a disciplina Teorias do Texto e do Discurso, ministrada em 2015.

Ao Campus de Abaetetuba, que permitiu minha vinda para Fortaleza, mesmo em situação adversa.

A Deus, pela infinita misericórdia.

“As fronteiras da minha linguagem são as fronteiras do meu universo.”
(Ludwig Wittgenstein)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise integrada das características sintáticas, semânticas e pragmáticas do tradicionalmente chamado *aposto de oração*. A base teórica assenta-se nos pressupostos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), desenvolvida por Hengeveld & Mackenzie (2008), cuja unidade básica de análise é o Ato Discursivo. Para a definição e descrição das funções discursivas da aposição encapsuladora, tomamos como aporte os trabalhos de Quirk et al (1985), Meyer (1992), Nogueira (1999, 2012), Decat (2010) e Hannay; Keizer (2005). Metodologicamente, a pesquisa apresenta um percurso de descrição que parte das características formais, análise de frequência com o uso do programa SPSS para um desenho do comportamento prototípico dessa estrutura e, por fim, apresenta uma análise qualitativa das funções discursivas das estruturas em questão, baseada em um *corpus* composto de 108 ocorrências advindas de artigos de opinião publicados na Folha de S. Paulo, entre os anos de 2006 a 2010. Na análise, optamos por descrever formalmente a aposição encapsuladora como as relativas *sem cabeça* ou não nucleadas, conforme proposto pela GDF, e determinar o caráter atributivo dessa estrutura. A estrutura mais frequente é aquela composta de pronome demonstrativo + oração adjetiva restritiva, encapsulando Estado-de-Coisas. As funções discursivas assumidas por essas estruturas foram definidas com base na natureza da informação que elas acrescentam ao fluxo textual. Assim, definimos as seguintes funções básicas: Avaliação, Explicação, Desdobramento, Constatação/Ratificação, Conclusão.

Palavras-chave: Aposição encapsuladora. Gramática Discursivo-Funcional. Artigo de opinião. Função Discursiva.

ABSTRACT

This research presents an integrated analysis of the syntactic, semantic and pragmatic characteristics of the traditionally called “apposition clause”. The theory is based on the assumptions of Functional Discourse Grammar (FDG), developed by Hengeveld and Mackenzie (2008), that basic unit of analysis is the Discourse Act. For the definition and description of the discourse functions of the encapsulated apposition, we take as support the researches of Quirk et al (1985), Meyer (1992), Nogueira (1999, 2012), Decat (2010) e Hannay; Keizer (2005). Methodologically, the research presents a description course that starts from the formal characteristics, frequency analysis with the use of the SPSS program for a design of the prototypical behavior of this structure and, finally, presents a qualitative analysis of the discourse functions of the structures in question based on a corpus composed by 108 occurrences from articles of opinion published in Folha de São Paulo between 2006 to 2010. In the analysis, we chose to describe the encapsulated apposition as the relative headless or non-nucleated such as proposed by FDG and to determine the attributive feature of this structure. The most frequent structure is composed of demonstrative pronouns + restrictive adjective clause, encapsulating State-of-affairs. The discourse functions assumed by these structures were defined based on the nature of the information they add to the textual flow. Thus, we define the following basic functions: Evaluation, Explanation, Developing, Evidencing / Confirming, Conclusion.

Keywords: Encapsulated Apposition. Functional Discourse Grammar. Opinion Article. Discourse Function.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1: Modelo descendente da GDF</i>	23
<i>Figura 2: Layout Geral da GDF</i>	25
<i>Figura 3: Organização do Nível Interpessoal</i>	29
<i>Figura 4: Organização do Nível Representacional</i>	42
<i>Figura 5: Organização do Nível Morfossintático</i>	49
<i>Figura 6: Organização do Nível Fonológico</i>	55

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1: Correspondências entre classes de Palavras Lexicais e Palavras Gramaticais</i>	53
<i>Quadro 2: Exemplos de correspondência entre Palavras Gramaticais e elementos do Nível Interpessoal e do Representacional</i>	54
<i>Quadro 3: Resumo das categorias dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático</i>	56
<i>Quadro 4: As características linguísticas de unidades em aposição</i>	67
<i>Quadro 5: Gradiência semântica da aposição</i>	69
<i>Quadro 6: Classes semânticas da aposição</i>	70
<i>Quadro 7: Relações textual-semânticas e funções textual-discursivas das aposições não-restritivas</i>	75
<i>Quadro 8: As funções textual-discursivas das ‘relativas sem cabeça’</i>	83
<i>Quadro 9: Escala de abstração dos tipos ontológicos</i>	89
<i>Quadro 10: Correlação entre as funções textual-discursivas e relações retóricas das relativas apositivas desgarradas</i>	94
<i>Quadro 11: Proposta de reorganização de funções discursivas da aposição encapsuladora</i>	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

NÍVEL INTERPESSOAL

◆	lexema
[±A]	± Addressee, envolvendo Ouvinte
[±S]	± S de Speaker, envolvendo o Falante
±id	± identificável
A	ouvinte
A ₁	ato discursivo
C ₁	conteúdo comunicado
DECL	declarativo
F ₁	ilocução
Foc	foco
H	núcleo
ILL	variável para uma Ilocução
M ₁	<i>move</i>
P ₁	participante do ato de fala
R ₁	subato referencial
S	falante
SA	subato
T ₁	subato de atribuição
V ₁	qualquer variável interpessoal
π	operador
Σ	modificador
Φ	função

NÍVEL REPRESENTACIONAL

◆	lexema
∅	zero
e ₁	estado-de-coisas
ep ₁	episódio
f ₁	propriedade
h	núcleo
l ₁	localização
p ₁	conteúdo proposicional
pas/pret	passado
t ₁	tempo
U	paciente
v ₁	qualquer variável representacional
x ₁	indivíduo
π	operador
σ	modificador
Φ	função

NÍVEL MORFOSSINTÁTICO

Adp ₁	sintagma Adposicional
Adv _{p1}	sintagma adverbial
Adv _{w1}	palavra adverbial
Ap ₁	sintagma adjetival
Aw ₁	palavra adjetival
Cl ₁	cláusula
Gw ₁	palavra gramatical
Le ₁	expressão linguística
Np ₁	sintagma nominal
Nw ₁	palavra nominal
Vp ₁	sintagma verbal
Vw ₁	palavra verbal
^f Vw ₁	verbo no infinito
Xp ₁	sintagma (do tipo x)
Xw ₁	palavra (do tipo x)

NÍVEL FONOLÓGICO

U ₁	enunciado
IP ₁	sintagma entonacional
PP ₁	sintagma fonológico
PW ₁	palavra fonológica
F ₁	pé
S ₁	sílaba

PARTES DO DISCURSO (Classes de itens)

A	adjetivo
Ad	adposição
Adv	advérbio
Det	determinante
Interj	interjeição
N	nome
Num	numeral
Pro	pronome
V	verbo

MODELOS GRAMATICAIS

GDF	Gramática Discursivo-Funcional
GF	Gramática Funcional
GT	Gramática Tradicional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	21
2.1 Aspectos Gerais da Gramática Discursivo Funcional (GDF)	21
2.2 Os Níveis da Formulação	27
2.2.1 O Nível Interpessoal	28
<i>2.2.1.1 Move</i>	<i>29</i>
<i>2.2.1.2 Ato Discursivo</i>	<i>32</i>
<i>2.2.1.3 Ilocução</i>	<i>34</i>
<i>2.2.1.4 Os Participantes</i>	<i>36</i>
<i>2.2.1.5 Conteúdo Comunicado</i>	<i>36</i>
<i>2.2.1.6 Os Subatos</i>	<i>38</i>
2.2.2 O Nível Representacional.....	41
<i>2.2.2.1 Conteúdo Proposicional</i>	<i>43</i>
<i>2.2.2.2 Episódio</i>	<i>44</i>
<i>2.2.2.3 Estado-de-Coisas</i>	<i>45</i>
<i>2.2.2.4 Frames de predicação</i>	<i>46</i>
2.3 Os Níveis da Codificação.....	47
2.3.1 O Nível Morfossintático	47
<i>2.3.1.1 A Expressão Linguística</i>	<i>50</i>
<i>2.3.1.2 A Cláusula.....</i>	<i>51</i>

2.3.1.3 O Sintagma	52
2.3.2 Nível Fonológico.....	54
2.4 Síntese Conclusiva	55
3 A CONSTRUÇÃO APOSITIVA ENCAPSULADORA	58
3.1 O aposto de oração: da tradição gramatical aos estudos linguísticos.....	58
3.2 A caracterização da aposição nos estudos linguísticos.....	61
3.3 Aposição não restritiva.....	72
3.4 A aposição na GDF	76
3.5 Interseções entre a noção de encapsulamento anafórico e aposição.....	84
3.6 Síntese Conclusiva	96
4 METODOLOGIA.....	98
4.1 Aspectos gerais da pesquisa.....	98
4.2 O <i>corpus</i> textual e a fonte da coleta.....	99
4.3 O gênero artigo de opinião	101
4.4 Procedimentos metodológicos.....	104
4.5 Categorias de Análise	107
4.6 Síntese Conclusiva	112
5 ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO APOSITIVA ENCAPSULADORA EM ARTIGOS DE OPINIÃO.....	113
5.1 A aposição encapsuladora no Nível Interpessoal.....	115
5.2 A aposição encapsuladora no Nível Representacional	120
5.3 A aposição encapsuladora no Nível Morfossintático.....	127
5.4 As funções discursivas da aposição encapsuladora	134

5.4.1 A função Avaliação	135
5.4.2 A função Desdobramento.....	137
5.4.3 A função Explicação	140
5.4.4 A função Constatação.....	141
5.4.5 A função Conclusão	141
5.5 Síntese Conclusiva	142
6. Conclusão	144
REFERÊNCIAS	147
ANEXO A – CÓDIGOS E LINKS DAS OCORRÊNCIAS POR ANO DE COLETA..	151

1 INTRODUÇÃO

O conceito de aposto apresentado pela gramática tradicional não abarca suficientemente o fenômeno da aposição e o que pode ser chamado *aposto* em português brasileiro. Essa lacuna abre espaço para a discussão no campo da descrição de língua sobre tal fenômeno de modo que reinterpretá-lo vem se tornando uma necessidade crescente no âmbito dos estudos da linguagem. Proceder nessa direção coloca-nos questões que só podem ser respondidas no alargado campo das ciências da linguagem.

O conceito de aposição mais pertinente quanto ao estatuto do tradicionalmente conhecido como *aposto de oração* parece ser adotado em trabalhos que assumem a natureza centrípeta do aposto, considerando que a aposição gira em torno de um único centro. Halliday (2004) apresenta a aposição como uma relação lógico-semântica de expansão por elaboração em que um segmento retoma outro para especificá-lo, esclarecê-lo de algum modo.

Em sentido estrito, o emprego na forma apositiva do substantivo opõe-se ao do adjetivo aposto. Segundo o dicionário de Dubois et al (2011), o substantivo em aposição não tem função sintática por si só, já que a aposição não é considerada uma função gramatical. Assim, o substantivo em aposição serviria para lembrar um traço de pessoa ou coisa designada ou ser equivalente, via perífrase, servindo, ainda, às vezes, para eliminar dúvidas de identidade da pessoa ou coisa de que trata.

Essa descrição do aposto recobre parcialmente a ocorrência dele, pois o toma como termo ou expressão, desconsiderando sua ocorrência em remissão ao conteúdo de uma oração. Além disso, coloca seu dimensionamento na relação palavra-palavra, sendo um atributivo de pessoa ou coisa, e restringe seu conceito à questão estrutural. Perini (2009, p. 120-121) nos oferece um alargamento desse conceito, acrescentando algumas considerações sobre a diferença entre parênteses e aposto. Para o autor, os parentéticos não têm relação sintática nem semântica com a oração onde se inserem, colocando-se em posição justaposta em relação ao resto do período e com preenchimento léxico próprio, diferentemente do aposto, que repete a oração ou um de seus termos e se justapõe ao elemento repetido. Não há unanimidade entre os estudiosos do assunto, pois há de se admitir que o aposto não necessariamente repete o seu termo fundamental, mas acrescenta a ele alguma peculiaridade de significado.

Considerações como essas do Dicionário de Linguística de Dubois et al (2011, p. 61-62) e da Gramática Descritiva de Perini (2009, p. 120-121) apenas ilustram a discussão em torno do tema aposição, que é apresentado de modo bastante simplificado nos manuais de

sintaxe, e em torno do que realmente vem a ser o aposto e qual sua configuração. Uma das impropriedades na definição de aposição está na utilização de critérios puramente sintáticos, relegando a segundo plano ou até mesmo ignorando as peculiaridades pragmático-discursivas de sua realização.

Alguns trabalhos de cunho funcionalista têm surgido para preencher algumas lacunas na descrição desse fenômeno. Dentre eles, destacamos o de Nogueira (1999), que servirá de base, entre outros, para a fundamentação desta pesquisa. Há um diferencial no modo como se concebe a aposição no trabalho de Nogueira (1999): ao dar um tratamento que vai além da descrição sintática a estas estruturas, a autora coloca a aposição no campo dos estudos que abrangem a relação texto-discurso.

Baseada no paradigma funcionalista, em que se assume a existência de uma relação motivada entre a instrumentalidade do uso da língua, o funcional e a sistematicidade da estrutura da língua, Nogueira (1999) defende o princípio de que a aposição está relacionada à organização do discurso, prestando-se a funções textual-discursivas de reformulação e referenciação.

Nogueira (1999, p. 27) acentua que, na literatura sobre o tema aposição, as divergências giram em torno das seguintes condições de identidade entre os elementos apositivos: a identidade referencial ou correferência, a identidade funcional e a identidade categorial. No entanto, os critérios usados para a definição da aposição não são suficientes para caracterizá-la, pois muitas estruturas identificadas como apositivas não corroboram todos eles. Há muitas estruturas, por exemplo, não referenciais que são denominadas apositivas, assim como não é condição *sine qua non* para a aposição a identidade funcional e categorial, já que os elementos apositivos podem ser de natureza diversa.

Assim, corroborando o posicionamento de Nogueira (1999) de que o tratamento da aposição não deve se desenvolver em termos de categorias discretas, já que muitas construções apositivas não compartilham um conjunto de propriedades comuns, assumimos aqui que a aposição define-se, em linhas gerais, por sua natureza centrípeta e defendemos que construções que se coloquem como retomada de um segmento primeiro podem ser analisadas como apositivas, pautando-se no princípio apontado por Halliday (2004) de que a aposição se coloca como uma espécie de relação lógico-semântica de expansão por elaboração. Para o autor, isso ocorre quando há a elaboração de significado de uma cláusula por outra, para especificá-la ou descrevê-la, de modo que a segunda cláusula não introduz elemento 'novo' na cena, mas provê a caracterização de algo que já está posto, reiniciando, clarificando, refinando ou adicionando um atributo descritivo ou comentário.

Colocada sob essa perspectiva, a aposição pode prever diversas possibilidades de realização, confirmando a pertinência de assumir o posicionamento a favor de ela ser vista pelo prisma da prototipia, alargando os limites de realização das estruturas que encerram “informações” de natureza mais abrangente do que a referência a um substantivo denominado *fundamental*.

Pelo princípio da prototipia, podemos considerar que não só as construções em que há identidade referencial, entre outros aspectos, se configuram como apositivas, mas também podem se encerrar no conceito de aposição outras construções que, prototipicamente, não se configuram como tal.

Diante disso, é possível vislumbrar outras relações semânticas que não correspondam àquelas ditas apositivas, mas que mantêm seu estatuto de aposição, como bem salienta Nogueira (1999, p. 68), ao afirmar que há uma construção prototípica apositiva que apresenta uma relação mais simétrica entre os elementos que a compõem, mas que há também construções que, mesmo com mais restrições, ainda podem ser denominadas apositivas, apresentando-se como aposições parciais.

Considerar-se o caráter centrípeto do aposto como ponto de convergência para categorizá-lo permite abarcarem-se outras possibilidades de relações semânticas baseadas na ideia de que a categorização, sob o ponto de vista cognitivo, prevê o agrupamento de elementos que correspondem ao núcleo de uma categoria como elementos centrais, mas também prevê elementos que se afastam desse núcleo, como elementos periféricos, em função do não compartilhamento da totalidade das características daqueles que figuram como prototípicos.

Nesse sentido, a construção a ser analisada nesta pesquisa, a que abriga o tradicionalmente chamado *aposto de oração*, é uma construção periférica da categoria de construções apositivas. Desta feita, diante das particularidades identificadas nessa estrutura e, a partir da leitura de Nogueira (1999), formulamos alguns objetivos perseguidos na pesquisa relatada nesta tese. São eles: a) identificar qual a constituição discursiva prototípica do segmento que é escopo da expressão apositiva encapsuladora, nomenclatura que consideramos mais adequada para tratar o chamado *aposto de oração*; b) analisar que tipo de ilocução, categoria semântica e estrutura morfossintática caracteriza, prototipicamente, o Ato Discursivo da primeira unidade desse tipo de construção apositiva; c) descrever o núcleo encapsulador da construção apositiva quanto a sua constituição semântica e morfossintática; d) interpretar quais as funções discursivas desempenhadas pela segunda unidade (“a expressão apositiva encapsuladora”) da construção apositiva.

Dos estudos desenvolvidos sobre o tema aposição, a descrição feita por Nogueira (1999) das aposições não restritivas traz um amplo espectro dessa categoria de construção, mas, especificamente, sobre o tradicionalmente chamado *aposto de oração*, a autora afirma que alguns autores como Rodrigues (1989) não consideram como um caso de aposição. Nogueira o descreve como um tipo de estrutura em que um substantivo genérico retoma o que foi dito antes, expressando um comentário que pode referir-se a um termo ou a uma oração.

Um outro estudo relevante sobre o tema é o trabalho de Decat (2001), em que a autora analisa estruturas de natureza semelhante, porém estabelece diferença entre as que têm e as que não têm referente explícito, denominando-as adjetivas explicativas, quando têm referente explícito, e relativas “sem cabeça”, quando não têm. Estas são definidas por ela como construções para as quais não se pode identificar o substantivo (o sintagma nominal, o referente) modificado ou realçado. A autora acrescenta ainda que a posição mais comum desse aposto é o fim de um enunciado, após um sintagma nominal, porém sem marcas que identifiquem seu referente.

O que nosso estudo acrescenta a esses estudos já realizados diz respeito à descrição do fenômeno a partir de categorias gramaticais que relacionam forma e função, permitindo estabelecer relações dentro de uma perspectiva discursiva a partir do quadro teórico da Gramática Discursivo-Funcional, com a descrição das características formais e funcionais que elas apresentam e a descrição das funções discursivas dessas estruturas.

Nosso estudo investiga a Formulação e a Codificação de construções apositivas em que se abriga uma expressão apositiva encapsuladora no português escrito contemporâneo no gênero jornalístico artigo de opinião, visando à descrição e à análise integrada dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos desse tipo de construção encapsuladora no português brasileiro (PB) contemporâneo.

Para a delimitação do escopo da pesquisa, formulamos a seguinte questão central:

- Que propriedades relativas à Formulação e à Codificação caracterizam as construções apositivas em que se abriga a aposição encapsuladora tradicionalmente chamada de *aposto de oração* em artigos de opinião, no português brasileiro?

Buscando resposta a essa questão central, formulamos as seguintes questões específicas:

- Qual a constituição discursiva prototípica do segmento que é escopo da aposição encapsuladora?

- Que tipo de ilocução caracteriza, prototipicamente, o ato discursivo da primeira unidade desse tipo de construção apositiva?
- Que tipo de categoria semântica caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora?
- Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora?
- Qual a constituição discursiva prototípica do segmento que abriga a aposição encapsuladora?
- Que tipo de ilocução caracteriza, prototipicamente, o ato discursivo da segunda unidade desse tipo de construção apositiva?
- Que tipo de categoria semântica caracteriza, prototipicamente, o núcleo encapsulador da construção apositiva?
- Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza, prototipicamente, a segunda unidade da construção apositiva, a aposição encapsuladora?
- Quais as funções discursivas desempenhadas pela segunda unidade, que abriga a aposição encapsuladora, da construção?

Como hipótese central, acreditamos que a aposição encapsuladora tem propriedades relativas à Formulação e à Codificação definidas pela relação entre o segmento encapsulado e o tipo de informação que acrescenta a esse segmento, constituindo-se como um Ato Discursivo modificador com valor atributivo dentro do *Move*¹.

Como hipóteses secundárias para a pesquisa, vislumbramos que a primeira unidade desse tipo de construção apositiva se constitui, prototipicamente, de um Ato Discursivo. Supomos, ainda, que a Ilocução declarativa caracteriza, prototipicamente, o Ato Discursivo que abriga o escopo da unidade apositiva encapsuladora. A categoria semântica que parece caracterizar, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva que é escopo da aposição encapsuladora é um Estado-de-Coisas. A primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora, é, mais frequentemente, uma oração simples, estruturalmente independente.

Sobre a segunda unidade da estrutura que abriga a aposição encapsuladora, acreditamos que o segmento que abriga a aposição encapsuladora é um Ato Discursivo independente, com Ilocução prototípica declarativa, e que a categoria semântica do núcleo encapsulador, prototipicamente, é um Estado-de-Coisas. Consideramos, ainda, que a estrutura

¹ Ato Discursivo e *Move* são categorias do nível Interpessoal (Pragmático) da GDF, que serão tratadas no capítulo 2.

morfofossintática do segmento que abriga a aposição encapsuladora, prototipicamente, é um Nome + Oração adjetiva restritiva e que as funções discursivas desempenhadas por ela são Explicação, Avaliação e Desdobramento, Constatação e Conclusão. Por fim, acreditamos que a aposição encapsuladora é uma estrutura funcionalmente motivada por aspectos interacionais e tem grande valor discursivo.

Mesmo havendo trabalhos significativos sobre a aposição em português, como o de Nogueira (1999), que trata da aposição não restritiva, optamos por assumir uma base teórica que se debruçasse não somente sobre a funcionalidade, em termos de contribuição discursiva, dessa estrutura, mas também sobre sua forma. Pareceu-nos, então, pertinente a adoção da Gramática Discursivo-Funcional, doravante GDF, por ser uma teoria que trata a descrição do Ato Discursivo sob o ponto de vista da produção da linguagem pelo homem, elegendo os aspectos tanto de Formulação quanto de Codificação pertinentes para o tratamento da língua.

Ao privilegiar tanto Formulação quanto Codificação, Hengeveld & Mackenzie (2008) oferecem um suporte teórico que recobre tanto motivações pragmáticas quanto estruturais para a organização da língua. Outra vantagem desse modelo teórico diz respeito à sua unidade de análise: o Ato Discursivo, que permite recobrir realizações da língua que não necessariamente se manifestam em uma estrutura canônica formal de oração, permitindo um tratamento mais abrangente ao considerar realizações tanto maiores quanto menores que a oração. Ela nos oferece, portanto, condições de analisar tanto as aposições encapsuladoras que se realizam dentro da estrutura canônica de oração, quanto realizações de outra natureza como um sintagma nominal, por exemplo, que pode se apresentar como uma unidade com independência estrutural e discursiva (holofrase).

No que concerne à organização da tese, ela se divide em três partes: I – Introdução, II – Fundamentação teórica, III – Análise dos dados.

A primeira parte comporta o capítulo de *Introdução*, que apresenta, em linhas gerais, o tema desta tese, as questões norteadoras, as hipóteses, os objetivos e os direcionamentos teóricos adotados.

A segunda parte recobre a fundamentação teórica e está dividida em dois capítulos: Capítulo 2: *A Gramática Discursivo-Funcional*, que apresenta a organização da GDF em níveis com suas respectivas categorias; Capítulo 3: *A construção apositiva encapsuladora*, que apresenta o tratamento do *aposto de oração* dado pelas gramáticas tradicionais e descritivas, os estudos relevantes sobre as funções textual-discursivas que dizem respeito à aposição e o enfoque discursivo-funcional sobre a aposição não restritiva, além da

consideração acerca do conceito de encapsulamento e anáfora relacionados à noção de aposição.

A terceira parte engloba a metodologia e a análise de dados. O Capítulo 3: *Metodologia* apresenta a descrição do *corpus* utilizado, os procedimentos metodológicos e as categorias de análises; e o Capítulo 4: *Análise da construção apositiva encapsuladora em artigos de opinião*, traz uma proposta de análise descritiva sob a perspectiva da GDF e uma proposta analítica das funções discursivas, definidas em nossa pesquisa, das aposições encapsuladoras em artigos de opinião.

2 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Este capítulo abriga o quadro geral da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), apresentando, inicialmente, os postulados e a organização de componentes, níveis e camadas da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), com ênfase nos níveis Interpessoal e Representacional, da Formulação, e no Nível Morfossintático da Codificação. A perspectiva da abordagem funcional e a formalização proposta pela GDF servirão de suporte para o tratamento das unidades que abrigam o tradicionalmente chamado *aposto de oração*, particularmente com base em autores como Hengeveld & Mackenzie (2008) e Keizer (2005).

2.1 Aspectos Gerais da Gramática Discursivo Funcional (GDF)

A GDF surge do contexto geral da abordagem funcional de Simon Dik, mas não como desdobramento da Gramática Funcional (GF), e sim como uma teoria que compartilha algumas das características do quadro geral dela. No entanto, diferencia-se dela por se preocupar com aquelas estruturas maiores ou menores do que a frase, que exigiam uma gramática mais orientada para o discurso.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 26) estabelecem o lugar da GDF a meio caminho entre o formalismo e o funcionalismo, de modo que “...procura descrever o conhecimento que sustenta o potencial de um usuário da língua para se comunicar em sua língua de maneira explícita e altamente formalizada.”²³ É dela que trataremos a partir da próxima seção.

A GDF, concebida por Hengeveld e Mackenzie (2008) como um componente integrante de um modelo mais global de interação verbal, apresenta três características básicas que a tornam distinta de outras teorias estrutural-funcionais: o fato de ter uma organização *top-down*; de tomar o Ato Discursivo como unidade de análise, seja ele menor ou maior que a oração; e de considerar, além das representações pragmáticas e semânticas, as representações morfossintáticas e fonológicas do Ato Discursivo, apresentando-se, a nosso ver, como um modelo descritivo mais global.

A organização *top-down*, adotada pelos autores, é justificada com base em estudos advindos da Psicolinguística. Tais estudos apontam para o caráter descendente da produção da linguagem, indo da intenção do falante em direção à articulação. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF compactua com essa ideia, refletindo esse processo no seu modo de descrever uma língua. Embora esse modelo teórico tente refletir a produção da linguagem

² ... seeks to describe the knowledge that underlies a language user's potential to communicate in his/her language in an explicit and highly formalized way. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 26)

³ Todas as traduções são de responsabilidade da autora da tese.

pelo indivíduo, os autores deixam claro que ela não é um modelo do falante, mas sim uma teoria sobre a gramática que também está preocupada em assinalar os aspectos psicolinguísticos envolvidos no uso da linguagem em sua arquitetura básica.

A organização top-down do modelo é apontada pelos autores como condição prévia para uma teoria cujo objetivo é deslocar-se da descrição da cláusula/oração para unidades do discurso. É importante salientar que essa organização dá ensejo para a descrição mais específica sobre o funcionamento das línguas, pois nos permite abordar fenômenos pouco explorados por outros modelos, como é o caso do *aposto de oração*, objeto sobre o qual nos debruçamos. Desse modo, a cláusula não se configura como opção elementar de contribuição do falante com o discurso corrente, mas uma das possibilidades, o que justifica a Formulação preceder a Codificação.

É preponderante considerar que o fato de a GDF se apresentar como o Componente Gramatical dentro de uma teoria de interação verbal que relaciona outros três componentes a torna um modelo promissor para a descrição de estruturas motivadas por fatores que ultrapassam questões estruturais. Considerando a atuação do Componente Gramatical como relacionada a outros três componentes - o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída, não gramaticais em essência, por meio de operações de Formulação e de Codificação, a GDF se apresenta como possibilidade de descrição pertinente para nosso objeto de estudo.

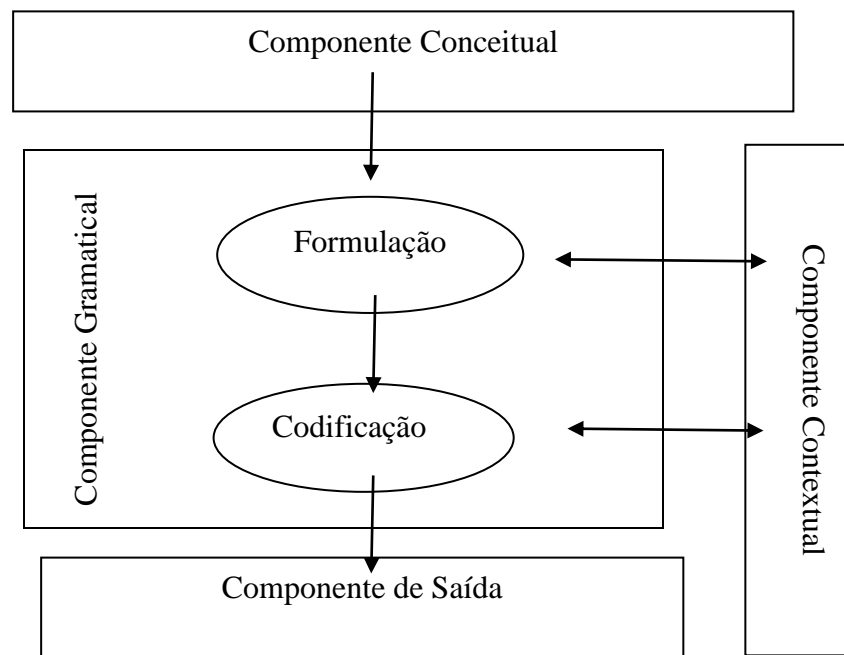
As operações envolvidas na produção da linguagem são de duas naturezas: a primeira operação, a Formulação, diz respeito às representações semânticas e pragmáticas que subjazem a nossas realizações linguísticas, e a segunda, a Codificação, diz respeito às regras de conversão dessas representações semânticas e pragmáticas em representações fonológicas e morfossintáticas. Essas operações são descritas pelos autores como a seguir.

A operação de Formulação envolve três processos interligados: a seleção de *frames* apropriados para os Níveis Interpessoal e Representacional; a inserção de lexemas apropriados nesses sistemas/frames; e a aplicação de operadores simbolizando as distinções gramaticais requeridas/necessárias na língua sob análise. A Codificação também envolve três processos: a seleção de modelos apropriados para os Níveis Morfossintático e Fonológico; a inserção de morfemas gramaticais livres e presos; e a aplicação de operadores que desempenham um papel no processo de articulação de saída da gramática. (op. cit., p. 2)⁴

⁴ Formulation concerns the rules that determine what constitute valid underlying pragmatic and semantic representations in a language. Encoding concerns the rules that convert these pragmatic and semantic representations into morphosyntactic and phonological ones. The operation of Formulation involves three interlinked processes: the selection of appropriate frames for the Interpersonal and Representational Levels; the insertion of appropriate lexemes into these frames; and the application of operators symbolizing the grammatical distinctions required in the language under analysis. Encoding also involves three processes: the selection of

Dentro do esquema geral da interação verbal, estão o Componente Gramatical, foco da GDF, que ocupa uma posição central, entre o Componente Conceitual, que fica no topo, o Componente Contextual, que fica à direita, e o Componente de Saída, que fica na parte inferior, no esquema apresentado pelos idealizadores do modelo, reproduzido a seguir:

Figura 1: Modelo descendente da GDF



Fonte: Traduzido e adaptado de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 6)

O Componente Conceitual é o que dá origem ao ato comunicativo. É nele que se localizam, segundo o modelo, tanto a intenção comunicativa que origina o evento de fala quanto as conceptualizações relativas aos eventos extralinguísticos relevantes para a produção do ato de fala. Para os autores, é esse componente que move o Componente Gramatical, pois é nele que se localiza o material ideacional e interativo pressuposto para o discurso, *Moves* e *Atos Discursivos*. Nesse componente, estão presentes os aspectos cognitivos que afetam a intenção comunicativa imediata. O componente Contextual contém dois tipos de informação, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), limitadas: a informação imediata, proveniente do Componente Gramatical, que incidirá sobre a forma que as elocuições podem assumir, e a

appropriate templates for the Morphosyntactic and Phonological Levels; the insertion of free and bound grammatical morphemes; and the application of operators that play a role in the process of articulating the output of the grammar.

informação de longo-prazo, concernente à interação, que incidirá sobre a Formulação e a Codificação específica em uma dada língua.

O Componente de Saída, a partir das informações do Componente Gramatical, gera as expressões acústicas, gestuais ou gráficas que materializam, em termos de língua, o Ato Discursivo.

A GDF preconiza que cada língua tem regras de Formulação e Codificação específicas e, assim sendo, os universais linguísticos só podem ser postulados com base em pesquisas empíricas pertinentes que comprovem a existência desses universais nas línguas. É possível afirmar que se trata de uma teoria que busca a compreensão de como as unidades linguísticas se estruturam com relação ao mundo que descrevem e às intenções comunicativas que motivam a utilização dessas unidades.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 4-5),

A organização dos Moves e Atos Discursivos é tratada em um nível da gramática, o Nível Interpessoal. Este é um dos quatro níveis de organização destacados na GDF: dois níveis para a formulação (os Níveis Interpessoal e Representacional, para análise pragmática e semântica, respectivamente) e dois para a codificação (os Níveis Morfosintático e Fonológico).⁵

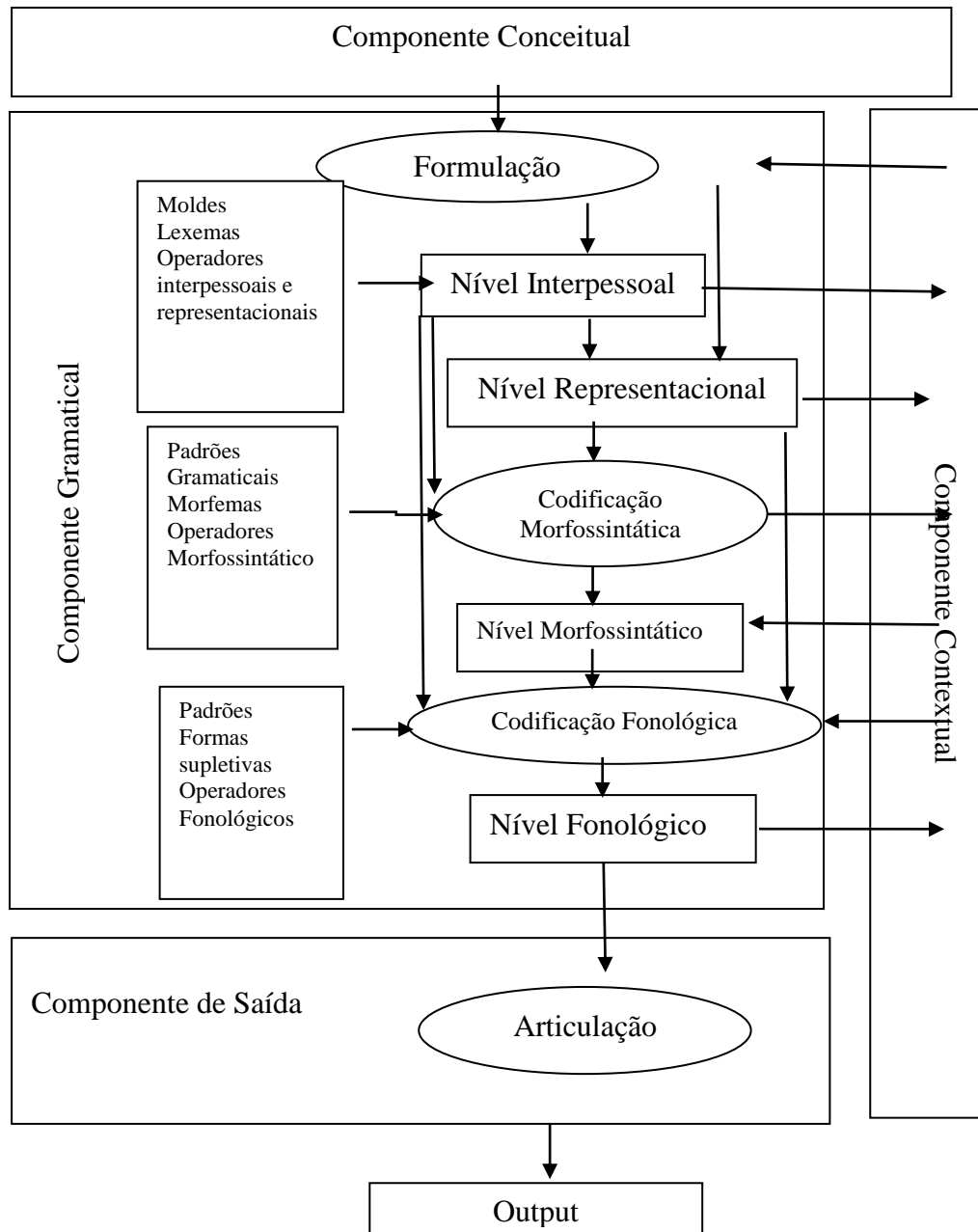
Se é no Nível Interpessoal que encontramos as peculiaridades relacionadas ao modo de organização de *Moves* e Atos Discursivos, supomos que podemos considerar, nesse nível, a funcionalidade relativa ao *aposto de oração*, tratado no seio desta pesquisa como aposição encapsuladora⁶.

Na figura a seguir, apresentamos a representação de como os componentes não gramaticais e o Componente Gramatical se relacionam. As operações estão dispostas nas elipses; os primitivos, nos quadros, e os níveis de representação produzidos pelas operações, nos retângulos.

⁵ The organization of Moves and Discourse Acts is dealt with at one level of the grammar, the Interpersonal Level. This is one of four levels of organization distinguished in FDG: two levels for formulation (the Interpersonal and Representational Levels, for pragmatic and semantic analysis respectively) and two for encoding (the Morphosyntactic and Phonological Levels).

⁶ Uso dessa terminologia será adotada no decorrer do texto em substituição a nomenclatura da gramática tradicional *aposto de oração* por considerarmos que a expressão tradicional não reflete o tratamento da construção em vista de a oração não se configurar como unidade única de contribuição discursiva do falante, além de acreditarmos que a aposição encapsuladora precisa ser tratada em termos de atuação nos Níveis, de modo que a nomenclatura *aposto de oração* só abarcaria o Nível Morfosintático.

Figura 2: Layout Geral da GDF



Fonte: Traduzido e adaptado de Hengeveld & Mackenzie (2008, p.13)

Os Níveis Interpessoal e Representacional estruturam-se, respectivamente, com base em esquemas pragmáticos e semânticos (lexemas e operadores primários, definidos em termos de seus significados), e os Níveis Morfossintático e Fonológico organizam-se com base em esquemas estruturais (palavras gramaticais) e operadores secundários (formas gramaticais presas ou dependentes).

As categorias do Nível Interpessoal são analisadas em termos de suas funções comunicativas, enquanto as do Nível Representacional são unidades semânticas e as dos dois

níveis da Codificação, Morfossintático e Fonológico, são mais específicas, inerentes a uma língua em particular.

A título de ilustração, tomemos um exemplo, explanado por Hengeveld & Mackenzie (2008, p.23), das representações que um constituinte pode receber, de acordo com os primitivos de cada nível:

- (1) (Eu gosto) (d)essas bananas.⁷
- a. NI (+id R_i)
 - b. NR (prox m x_i: [(f_i: /bə'nɑ:nə/_N(f_i)) (x_i)_φ])
 - c. NM (Np_i: [(Gw_i: this-pl(Gw_i)) (Nw_i: / bə'nɑ:nə/-pl (Nw_i))] (Np_i))
 - d. NF (PP_i: [(PW_i: /ði:z/ (PW_i)) (PW_j: / bə'nɑ:nəz/ (PW_j))] (PP_i))

Conforme os autores, no primeiro nível⁸, o Interpessoal (NI), o constituinte *essas bananas* exerce a função de Subato Referencial (R), pois evoca um referente, que é considerado pelo falante como identificável (+id) pelo ouvinte. No segundo nível, o Representacional (NR), o constituinte designa mais de um (plural -m) indivíduo (x) com uma Propriedade (f), especificada por um Lexema Nominal (N), e em termos da localização de seu referente (prox). No terceiro nível, Morfossintático (NM), o constituinte é Sintagma Nominal (NP), composto de uma Palavra Gramatical (Gw) e uma Palavra Nominal (Nw). Aqui é introduzido o operador morfossintático como marcador de posição sintática em localização apropriada e o operador de plural (m), incluído no Nível Representacional, converte-se em operador morfossintático de plural (PL), recorrente de acordo com a quantidade de marcação de número nos constituintes. No quarto nível, o Fonológico (NF), são introduzidas as formas plurais apropriadas das palavras, desinência de plural nos determinantes e substantivos.

Embora tenhamos apresentado aqui a representação apenas de um NP, por ser um componente de um esquema mais geral de interação, a GDF aponta o Ato Discursivo (A) como unidade de análise e procura relacionar discurso e configurações morfossintáticas da gramática de uma língua, analisando a influência daquele sobre estas.

Hengeveld & Mackenzie (2008) apontam como objetivo principal da GDF a descrição das correlações semânticas e pragmáticas da Formulação e das propriedades inerentes à codificação como fenômenos morfossintáticos e fonológicos codificados na língua. Como correlação semântica e pragmática, a Codificação seria funcionalmente motivada. Como correlação das propriedades inerentes à Codificação, seria arbitrária.

Tendo em vista que se trata de uma gramática funcional, o foco principal da GDF está

⁷ (I like) these bananas. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2)

⁸ Optamos por não traduzir a abreviação das categorias no uso da formalização

na codificação funcionalmente motivada sob a hipótese de que muitos fenômenos linguísticos formais podem ser explicados em função da atividade cognitiva e comunicativa humana. A arbitrariedade só é admitida, neste caso, quando não há possibilidade de se estabelecer a relação entre cognição e atividade comunicativa com os fenômenos formais descritos.

O usuário de uma língua, na perspectiva da GDF, conhece tanto as unidades formais e funcionais quanto as possibilidades de combinação dessas unidades linguísticas, sendo o conhecimento delas extremamente estável de modo a ser possível comparar línguas a fim de apontar algum aspecto universal, ao modo da tipologia linguística.

Esse conhecimento que o falante tem sobre a composição e a possibilidade de relação dos elementos da língua é instrumental na comunicação interpessoal, segundo os autores, e é resultado de processos históricos.

Hengeveld & Mackenzie (2012, p.49⁹) afirmam que

A GDF é uma teoria capaz de fornecer um quadro para a enunciação e a comparação dos universais da linguagem (tanto absolutos como estatísticos) e de oferecer um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que supre as investigações tipológicas. Com suas estruturas em camadas de formulação e de codificação, que definem um espaço no qual a atividade linguística é compelida a operar, a GDF permite comparações mais confiáveis entre sistemas linguísticos.

Dentro desse quadro geral, em que a GDF assume como unidade de análise o Ato Discursivo, ela se faz pertinente porque muitos fenômenos não podem ser explicados no nível da oração individual (cláusula). Alguns só podem ser explicados se o contexto linguístico for levado em consideração. Para Hengeveld & Mackenzie (2008, p.3), “há muitos fenômenos gramaticais que podem somente ser interpretados em termos de unidades maiores que a cláusula individual...”¹⁰. Acreditamos que esse é o caso da aposição encapsuladora, em vista de se tratar da relação entre unidades que se realizam como Atos Discursivos em que, em termos morfossintáticos, o primeiro é, em geral, uma unidade correspondente a uma oração, e o segundo a um sintagma nominal.

Feitas essas considerações gerais, passemos aos níveis que compõem a GDF.

2.2 Os Níveis da Formulação

Nesta seção, tratamos dos dois níveis relacionados à operação de Formulação na GDF. Esses níveis estão organizados hierarquicamente em camadas e apresentam, cada um, uma estrutura geral, mas diferem no que diz respeito às distinções relevantes para cada nível.

⁹ Texto publicado em português com tradução de Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner

¹⁰ There are many grammatical phenomena that can only be interpreted in terms of units larger than the individual clause.

Os dois primeiros níveis, Nível Interpessoal e Representacional, organizam as decisões da operação de Formulação e apresentam primitivos semelhantes. Esse conjunto de primitivos contém *Frames* responsáveis pelas possíveis combinações dentro dos dois níveis da Formulação para uma língua específica. Os *Frames* capturam aspectos como a natureza expressiva ou comunicativa dos Atos Discursivos, as configurações de codificação de estrutura de informação, e as funções retóricas dos Atos Discursivos, no Nível Interpessoal; a valência quantitativa e qualitativa, as combinações de categorias semânticas permitidas, e as possíveis estruturas de modificação, no Nível Representacional.

Esse conjunto de primitivos abarca, ainda, os lexemas, que podem atuar tanto no Nível Interpessoal (interjeições, nomes próprios, advérbios ilocucionários, expressões performativas, etc.) quanto no Nível Representacional. Por fim, esses *Frames* contêm operadores interpessoais e representacionais, que representam expressões gramaticais em termos de seu valor pragmático ou conteúdo semântico, respectivamente.

2.2.1 O Nível Interpessoal

Os aspectos da interação e da mensagem são captados pelo Nível Interpessoal. Neste nível, todas as distinções de formulação relativas à interação entre os participantes e as distinções pragmáticas relacionadas ao compartilhamento ou não de informação entre falante e ouvinte, quando relevantes, são refletidas na forma linguística.

Nas camadas mais elevadas, encontram-se aspectos retóricos da construção do discurso e, nas camadas mais baixas, os aspectos pragmáticos relativos à mensagem, como expectativas que os interlocutores têm no que diz respeito aos sentimentos e conhecimentos do ouvinte.

Hengeveld & Mackenzie (2008) acentuam que, no Nível Interpessoal (NI), existe um forte paralelismo entre as estruturas das camadas. Eles esclarecem que:

- i. cada camada e cada componente de cada camada é simbolizado por uma variável indexada (V);
- ii. cada variável pode ser expandida por um item lexical ou por uma representação complexa da camada inferior, conhecido como o elemento principal (H).
- iii. cada elemento principal pode ser ainda modificado por um ou mais modificadores (Σ), que, mais uma vez, são extraídos do léxico ou são internamente complexos.
- iv. cada variável pode ser especificada por um ou mais operadores (π), que serão expressos por meios gramaticais ou fonológicos em vez de lexicais;
- v. as unidades em cada camada podem ter uma função (Φ), retórica ou pragmática.

A estrutura resultante de cada camada é, então, representada da seguinte forma:

$$(\pi V_1: H(V_1): \Sigma^N (V_1))_\Phi$$

Nesse nível, as relações hierárquicas abarcam o Move, o Ato Discursivo, a Ilocução, os Participantes da interação, o Conteúdo Comunicado e os Subatos de Atribuição e Referência. A relação hierárquica entre eles pode ser representada como a seguir:

Figura 3: Organização do Nível Interpessoal

$(\pi M_1: [$	$(\pi A_1: [$	$(\pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))$	$(\pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1)) \Phi$	$(\pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2)) \Phi$	$(\pi C_1: [$	$(\pi T_1: [...] (T_1): \Sigma (T_1)) \Phi$	$(\pi R_1: [...] (R_1): \Sigma (R_1)) \Phi$	$] (C_1): \Sigma (C_1)) \Phi$	$] (A_1): \Sigma (A_1)) \Phi$	$] (M_1): \Sigma (M_1)) \Phi$	Move
											Ato Discursivo
											Ilocução
											Falante
											Ouvinte
											Conteúdo Comunicado
											Subato de Atribuição
											Subato de Referência
											Conteúdo Comunicado
											Ato Discursivo
											Move

Fonte: Traduzido e Adaptado de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 49)

Cada uma dessas unidades, que simbolizam as variáveis do Nível Interpessoal (NI), será apresentada nas subseções seguintes, considerando os operadores, modificadores e funções relevantes para cada uma delas, quando pertinente.

2.2.1.1 Move

O Move é a unidade mais abrangente e relevante para a análise gramatical. Em termos interacionais, ele pode requerer uma reação ou ele próprio se configurar como tal, compondo-se de um ou mais Atos Discursivos. Eis sua estrutura geral:

$$(\pi M_1 : [(A_1) \dots (A_{1+N})] (M_1): \Sigma (M_1)), \text{ onde } N \geq 0$$

Pontuando o efeito perlocucionário do *Move*, os autores consideram que a alternância de Moves é mais clara na conversação, pois é comum que um *Move* corresponda a um turno de fala. O exemplo a seguir, em que cada turno corresponde a um *Move* diferente, ilustra essa afirmação:

- (2) A: Qual é a capital da Letônia?
B: Riga.¹¹

¹¹ A: *What is the capital of Latvia?* B: *Riga.* (Ibidem, p.50)

No entanto, é possível que um falante se utilize de um turno para realizar mais de um *Move*, tendo, cada um, a sua integridade indicada pela entonação, de modo que o Nível Fonológico (NF) seria sensível à extensão de cada *Move*.

- (3) A: Qual é a capital da Letônia?
 B: Riga. Por que você está perguntando isso?
 A: Para responder o meu dever de casa.¹²

Para a língua escrita, os autores delimitam a integridade do *Move* à divisão de parágrafos do texto. Em um gênero argumentativo, a declaração introdutória de um parágrafo, as unidades (tipicamente sentenças) desenvolvidas pela declaração e sua conclusão são, cada uma, Atos Discursivos dentro deste *Move*. Nos gêneros narrativos, um *Move* tende a corresponder a um Episódio.

Hengeveld & Mackenzie (2008, p.52) salientam ainda que:

A complexidade de um *Move* (ou sua estrutura complexa) num discurso pode variar de um silêncio (por exemplo, em que a Reação para uma Iniciação é um encolhimento de ombro desacompanhado de qualquer signo linguístico) até um longo trecho de discurso. Quando o material linguístico está presente, ele sempre terá a forma de um ou mais Atos Discursivos.¹³

Esses Atos Discursivos podem se relacionar de forma equipolente ou dependente. No primeiro caso, o Falante estabelece o mesmo *status* comunicativo aos Atos Discursivos. No segundo, o Falante atribui *status* comunicativo diferente a eles. Essa dependência é mostrada na representação subjacente através das funções retóricas no Ato Discursivo Subsidiário, as quais podem ser as mais variadas como, por exemplo, Motivação, Concessão, Orientação e Correção.

Keizer (2015) orienta que é importante perceber que a função retórica Motivação é diferente da função semântica da Causa. Segundo a autora, a Motivação é um conceito interpessoal: é uma estratégia comunicativa por parte do Falante, pretende indicar a relação entre duas ações linguísticas. A função semântica Causa, por outro lado, reflete a relação entre dois eventos (extralinguísticos, do mundo real).

Sobre Atos Discursivos com a função retórica de Orientação, a autora afirma que eles servem para preparar o destinatário para o Ato Discursivo (nuclear) que segue, chamando a

¹² A: *What is the capital of Latvia?* B: *Riga. Why do you ask?* A: *I'm doing my homework.* (Ibidem, p.50)

¹³ The complexity of aMove in discourse may vary from silence (for example, where the Reaction to an Initiation is a shrug unaccompanied by any linguistic sign) to a lengthy stretch of discourse. Where linguistic material is present, it will always take the form of one or more Discourse Acts.

atenção para parte do Ato Discursivo seguinte, como exemplificado em (4)¹⁴. Atos Discursivos Subsidiários desse tipo podem também acompanhar o núcleo, como em (5). Conforme a autora, nesse caso, a sua função não é orientar o ato em direção a (o/parte do) Ato Discursivo seguinte, mas esclarecer (o/parte do) Ato Discursivo anterior.

(4) Foi porque o Partido Comunista me alimentou, que minha aprendizagem me manteve em boa posição, e eu sei que pelo menos muito disso e vivo assim. Mas *minha irmã*, ela esqueceu tudo e tudo está simplesmente desperdiçado. (BYU-BNC, por escrito, não acadêmico)

(5) Naquele mesmo primeiro ano da guerra, Constanza conheceu Simon, *meu pai* (BYU-BNC, escrita, ficção)

Keizer (2015) deixa claro que as expressões dependentes (*minha irmã*, *meu pai*) constituem efetivamente Atos Discursivos pelo fato de que eles formam unidades de entonação separadas. Além disso, como mostram os exemplos em (6) e (7), apresentados pela autora, eles podem ter sua própria ilocução: em (6), o ato subsidiário é uma interrogativa, enquanto o Núcleo é uma declarativa; em (7), o subsidiário é uma declarativa, e o Núcleo, uma imperativa. Uma vez que cada Ato Discursivo pode ter apenas uma ilocução, devemos estar lidando com dois Atos Discursivos diferentes.

(6) Minha irmã? Tinha esquecido tudo.

(7) Pergunte a Simon, meu pai.

Sobre a função retórica Aparte, que é atribuída a Atos Discursivos dependentes, a autora considera que eles fornecem informações básicas sobre uma das entidades evocadas no Ato Discursivo Nuclear. Apartes, conforme Keizer (2015), são tipicamente expressos como orações relativas ou elementos apositivos não restritivos. Para exemplificar, a autora apresenta os seguintes excertos:

¹⁴ Keizer (2015, p. 66-68): (21) a. It was because the Communist Party fed me, that my learning stood me in good stead and I know at least this much and I live like this. But *my sister*, she has forgotten everything and it's all just wasted. (BYU-BNC, written, non-academic)

(22) a. My sister? She had forgotten all about it.

b. Ask Simon, my father.

b. In that same first year of the war, Constanza met Simon, *my father* (BYU-BNC, written, fiction)

(25) a. The couple, *who dumped the car and fled*, were being hunted last night. (BYU-BNC, written, newspaper)

b. Edinburgh, *the capital of Scotland*, is one of Europe's most handsome cities. (BYU-BNC, written, miscellaneous)

- (8) O casal, que jogou o carro e fugiu, estava sendo caçado na noite passada. (BYU-BNC, escrita, jornal)
- (9) Edimburgo, a capital da Escócia, é uma das cidades mais bonitas da Europa. (BYU-BNC, escrita, variado)

Essas são funções retóricas reconhecidas para Atos Discursivos dependentes e poderiam ser funções exercidas, portanto, pelo Ato Discursivo da aposição encapsuladora, mas trataremos de definir as funções dessas construções na metodologia com base no valor discursivo delas.

Uma possibilidade interpretativa da aposição encapsuladora é a de que se trata de um Ato Discursivo com função modificadora, agindo nas camadas mais altas de cada nível. No que diz respeito ao *Move*, ele pode ser modificado lexicalmente, isto é, por elementos do léxico que especificam o papel contínuo do discurso, aparecendo na posição (Σ), ou gramaticalmente, caso em que o elemento gramatical é representado por um operador na posição π .

O exemplo a seguir, apresentado por Hengevel e Mackenzie (2008), ilustra essas relações:

- (10) Para resumir em poucas palavras, ainda estou considerando, mas duvido muito que conseguirei chegar lá.¹⁵

Esse exemplo, conforme os autores, pode ser representado como a seguir:

- (10a) (M_I : [(A_I : –ainda estou considerando– (A_I))_{Conc} (A_J : –Eu duvido muito que conseguirei chegar lá– (A_J))] (M_I): – Para resumir em poucas palavras– (M_I))

Nesse exemplo, o *Move* é constituído de dois Atos Discursivos, e o modificador toma a totalidade deles como escopo. Na seção a seguir, trataremos mais detidamente sobre o Ato Discursivo.

2.2.1.2 Ato Discursivo

O Ato Discursivo, unidade básica de análise na GDF, pode ser de três tipos: os expressivos, expressão direta dos sentimentos do falante; os interativos, material lexical invariável e ritualizado; e os ilocutórios/ilocucionários, munidos de conteúdo comunicado e

¹⁵ To cut along story short, I'm still considering it, but I doubt very much I'll get there. (Ibidem, p.59)

ilocução lexical ou abstrata. Esses atos podem ser modificados por expressões que indiquem o modo como o ato está sendo proferido ou receber operadores relacionados ao valor com que são proferidos (ironia, ênfase e atenuação) e o núcleo da Ilocução pode ser tanto lexical quanto abstrato e receber algum modificador ilocucional. Os autores ressaltam que, do mesmo modo como ocorre com o *Move*, não é possível estabelecer relação direta entre a forma de um Ato Discursivo e a de uma unidade linguística específica.

A seguinte estrutura básica é apresentada para o Ato Discursivo:

$$(\pi A_1: [(F_1)(P_1)_S(P_2)_A(C_1)_\Phi](A_1): \Sigma(A_1))$$

Como podemos observar, quatro tipos de unidades podem ocupar o núcleo de um Ato Discursivo: Ilocução (F_1), que pode ser expressiva e comunicativa, os Participantes do ato de fala (P_1) e (P_2), respectivamente, Falante e Ouvinte, e o Conteúdo Comunicado (C_1). Um Ato Discursivo complexo tem o núcleo constituído de, pelo menos, duas posições, preenchidas pela Ilocução (F_1) e pelo Falante (P_1). No caso de Atos expressivos, não há posições, no núcleo, para Ouvinte (P_2) e Conteúdo Comunicado (C_1); no caso dos Atos comunicativos, há a subdivisão entre Interativos e Conteudísticos. No primeiro caso, a posição de Ouvinte (P_2) será preenchida, mas a posição do Conteúdo Comunicado (C_1) apenas tem potencial para ser preenchida; no segundo caso, a posição de Conteúdo Comunicado (C_1) será preenchida.

Os modificadores de Atos Discursivos são elementos lexicais que permitem ao Falante (P_1) tecer comentários sobre o Ato, indicar as propriedades estilísticas ou, ainda, o *status* do Ato Discursivo no *Move*. Há também os modificadores enfáticos, que se combinam com Atos Discursivos de Ilocuções diversas e, como operam em um nível mais alto que a Ilocução, são introduzidos na posição Σ do Nível Interpessoal, posição já sugerida para a aposição encapsuladora quando tratamos do *Move*. Todos esses modificadores ocorrem em Atos Discursivos cuja natureza não seja apenas expressiva ou interativa, visto que esses tipos de Atos não permitem modificadores.

A posição de operadores (π) de Atos Discursivos pode ser ocupada por marcadores de Ironia, Ênfase ou Mitigação. A Ironia é entendida na GDF (2008, p. 65) como “uma escolha estratégica para formular no Nível Representacional (NR) um Conteúdo Proposicional em desacordo com as crenças reais do Falante” e para indicar ao Ouvinte essa escolha. Este último aspecto da Ironia diz respeito à tentativa de regulação da interação por parte do Falante, portanto envolve o Nível Interpessoal (NI). A Ênfase seria o resultado da intensificação de um Ato Discursivo, independente do tipo de Ilocução (F_1). Os operadores de Mitigação se comportam tal e qual os enfáticos, mas com propósito contrário (atenuação).

Segundo Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 47), no que diz respeito à relação entre os Atos Discursivos, o que vai fazer com que um Ato Discursivo Subsidiário seja interpretado como Orientação ou Clarificação é seu posicionamento anterior ou posterior em relação ao Ato Discursivo Nuclear. No caso da aposição encapsuladora, o fato de sua realização ser em posição posterior, como Ato Discursivo Subsidiário, sua função mais geral seria de Clarificação, evitando perguntas ou antecipando respostas possíveis do Ouvinte.

No exemplo a seguir, extraído de Hengeveld & Mackenzie (2008), temos a configuração de um *Move* composto de Atos Discursivos múltiplos em que figura uma oração relativa não restritiva:

(11) O jogo (início do A_I), que começou às 7:30 (A_J), terminou em empate (termino do A_I).¹⁶

Nesses casos, asseveram os autores, é possível haver sobreposições no Nível Morfossintático de modo que a expressão de um Ato Discursivo pode ser interrompida por outro Ato e, em seguida, ser concluída. Assim, a descrição do exemplo (11) pode ser dada no Nível Interpessoal com os Atos Discursivos ordenados, com A_I antes de A_J , visto que A_J inicia-se mais tarde no *Move*, e a correferência entre os Subatos Referenciais neles desencadeia a formação da oração relativa não restritiva no Nível Morfossintático, fato que não se observa na aposição encapsuladora como se pode observar no exemplo a seguir:

(12) “Desde que surgiram na imprensa algumas informações sobre o projeto que mandei elaborar, recebi muitos apoios (A_I). Surgiram também várias críticas (A_J), o que é natural...(A_K)”

Nas estruturas a serem analisadas por nós tal como essa do exemplo (12), embora não haja correferência estrita, é possível concebermos uma configuração semelhante, pois o encapsulamento estabelece como antecedente, escopo, uma construção que tinha *status* não estritamente referente e sua realização se dá como um Ato Discursivo composto por Subatos Atributivos.

2.2.1.3 *Ilocução*

Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 68) atribuem à Ilocução a responsabilidade de capturar propriedades formais e lexicais de um Ato Discursivo que podem ser atribuídas ao seu uso interpessoal convencional na realização de uma intenção comunicativa, tais como chamar a atenção, afirmar, ordenar, questionar, advertir, solicitar etc., mapeada em Ilocuções tais como Vocativa, Declarativa, Imperativa etc., embora não haja relação direta de um-para-

¹⁶ *The game (beginning of A_I), which began at 7.30 (A_J), ended in a draw (end of A_I).*

um entre intenção e ilocução específica. A seguir, apresentamos a estrutura geral para a Ilocução:

$$(\pi F_1: \blacklozenge/ILL (F_1): \Sigma (F_1))$$

O espaço da Ilocução de um Ato Discursivo pode ser preenchido por (i) verbos performativos explícitos, (ii) ilocuições abstratas, ou (iii) os membros de um conjunto limitado de interjeições e expressões relacionados que, por si próprios, constituem um Ato Discursivo Comunicativo ou Expressivo.

A distinção familiar entre performativos explícitos e implícitos refletirá na GDF na escolha entre uma expansão verbal e uma expansão abstrata da variável-F. No primeiro caso, a posição \blacklozenge seria ocupada por verbos performativos; no segundo, em que não há uma especificação lexical da ilocução, tem-se os performativos implícitos, e isto envolve a escolha de uma ilocução atribuída, já pronta para o uso, também conhecida como “tipo de frase”, em que há coincidência entre estrutura gramatical e uso conversacional convencional.

Sobre a diferença entre os dois tipos de performativos, Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 70) dizem que o primeiro envolve a introdução de um predicado lexical no Nível Interpessoal, enquanto o segundo envolve a introdução de um predicado abstrato.

Sobre as interjeições e expressões afins, tanto Atos expressivos quanto interativos são enviados diretamente do Nível Interpessoal (NI) para o Nível Fonológico (NF). No entanto, diferenciam-se pelo fato de os expressivos serem maneiras de o Falante expressar suas reações a elementos da situação comunicativa, e os Interativos serem direcionados ao Ouvinte/destinatário, podendo, ainda, serem dependentes da identidade do Falante e do Destinatário, como as formas de agradecimento (obrigado/obrigada) em português. Além disso, os interativos podem ser expandidos com um Conteúdo Comunicado preenchido com informações pressupostas.

A Ilocução pode receber modificadores lexicais, que pesam sobre o predicado ilocucional, seja abstrato ou lexical, tais como *francamente*, *sinceramente*. Esses modificadores ilocucionais, advertem os autores, guardam alguma semelhança com os modificadores de Modo, do Nível Representacional, visto que indicam o modo como a ilocução se realiza.

A variável-F pode conter um operador responsável pela ênfase gramatical ou mitigação de uma Ilocução específica e, do mesmo modo que o Ato Discursivo pode ser enfatizado ou mitigado, a força ilocucionária também pode ser afetada.

2.2.1.4 Os Participantes

Os Participantes da interação, (P_1) e (P_2), alternam os papéis de Falante e Ouvinte, que, para os autores, são funções semelhantes às funções semânticas de Agente e Recipiente/Destinatário. No caso das Ilocuções abstratas, os participantes, normalmente, não são expressos, entretanto o fato de haver Ilocuções autorreferentes e heterorreferentes – relacionadas com a presença/ausência de um participante Ouvinte (P_2) – e o fato de a referência em relação à primeira e segunda pessoas ser feita no Conteúdo Comunicado pela coreferência aos Participantes na Ilocução, são razões para se exigir, de acordo com os autores, a representação de, pelo menos, um Participante. Por isso, apresentam a seguinte estrutura para a representação dos Participantes:

$$(\pi P_1: O/\diamond (P_1): \Sigma (P_1))$$

Nessa estrutura, o núcleo pode aparecer preenchido lexicalmente ou vazio, sendo possível a presença de um modificador quando existe especificação restritiva do núcleo. Quanto aos operadores, os autores afirmam que são eles que representam muitas das operações gramaticais relacionadas à expressão do Participante em uma Ilocução.

Os participantes do evento de fala também estão representados no Componente Contextual, onde todas as suas propriedades gramaticalmente relevantes são listadas. Estas podem ser copiadas como operadores para o participante adequado, Falante ou Destinatário, em cada Ato Discursivo. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 85)¹⁷

É o caso do número relativo aos dois participantes, inclusão/exclusão etc. Essas e outras propriedades gramaticais podem ter consequências tanto no Nível Interpessoal, quando aplicadas estrategicamente pelo Falante, quanto no Representacional, quando representam propriedades não estratégicas, ou seja, não usadas como estratégias comunicativas especiais do Falante, estando disponíveis no Componente Contextual e podendo ser distribuídas por meio das operações de Formulação quando necessário.

2.2.1.5 Conteúdo Comunicado

O Conteúdo Comunicado (C_1) abarca a totalidade do material informativo do ato ilocucional, constituindo-se de subatos – esses com funções pragmáticas – e seus moldes são configurações dessas funções pragmáticas.

¹⁷ The Participants in the speech event are also represented in the Contextual Component, where all their grammatically relevant properties are listed. These can be copied as operators onto the appropriate Participant, Speaker or Addressee, in each Discourse Act.

De acordo com os autores, em resumo,

Enquanto a Ilocução indica o uso conversacional convencionado de um Ato Discursivo, e os Participantes representam a díade essencial Falante-Ouvinte, o Conteúdo Comunicado contém a totalidade do que o Falante pretende evocar em sua comunicação com o Ouvinte. (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 87)¹⁸

É aqui que ocorre o mapeamento necessário para o Nível Representacional quanto às evocações de uma imagem de um mundo sobre o qual o Falante se manifesta. No caso de Atos em que não há tais evocações, como os Expressivos e os Interativos, não há Conteúdo Comunicado. No Ato Discursivo Declarativo, no entanto, o Conteúdo Comunicado pode apresentar-se como novo para o Ouvinte ou composto de informações novas e dadas.

O Conteúdo Comunicado se compõe de duas outras unidades, denominadas Subatos, chamados assim por estarem subordinados hierarquicamente ao Ato Discursivo, unidade básica de análise na GDF, e caracterizando-se por serem, cada um, uma forma de ação comunicativa usada pelo Falante. Sua estrutura é representada como segue:

$$(\pi C_1:[...(T_1)^N (R_1)^N ...] (C_1): \Sigma (C_1))$$

Onde $N \geq \emptyset$, mas é necessário pelo menos um Subato

Esses Subatos podem ser de Atribuição/Atributivos (T_1), evocação de uma propriedade, ou de Referência/Referencial (R_1), evocação de um referente. Para os autores, o que determinará a quantidade de Subatos no Conteúdo Comunicado será o tipo de evento comunicado. Esses Subatos, ainda, carregam funções pragmáticas, e os núcleos de um Conteúdo Comunicado podem ser formulados em termos de configurações dessas funções, denominadas ‘frames de conteúdo’.

Para a GDF, há três funções pragmáticas, que são atribuídas se tiverem impacto sobre a forma linguística: Foco, Tópico e Contraste.

O Foco diz respeito ao modo como o falante organiza o que considera informação nova em relação ao que o ouvinte sabe, seja para complementar, seja para corrigir, constituindo-se como fundo o segmento do C_1 sobre o qual não incide o Foco. O Tópico aponta para a relação entre o registro construído no componente contextual com um subato “especial dentro do Ato Discursivo” (HENGEVELD & MACKENZIE, 2012, p.53); a este subato especial denominado Tópico está relacionado o restante do ato denominado

¹⁸ Whereas the Illocution indicates the conventionalized conversational use of a Discourse Act, and the Participants represent the essential Speaker-Addressee dyad, the Communicated Content contains the totality of what the Speaker wishes to evoke in his/her communication with the Addressee.

Comentário. Essas funções apresentam peculiaridades na diversidade linguística, indo da ausência à multiplicidade. O Contraste diz respeito à explicitação das diferenças entre dois ou mais conteúdos comunicados ou entre conteúdo e informação de contexto. De acordo com os autores, essas funções nem sempre aparecem isoladas, havendo casos em que há a combinação de Foco e Contraste, Tópico e Contraste, Foco e Tópico, formando ‘*frame* de conteúdo’.

2.2.1.6 Os Subatos

Os subatos que constituem o Conteúdo Comunicado são o Subato Atributivo (T), evocação de uma propriedade, e o Subato Referencial (R), evocação de um referente, como mencionado acima. As seguintes estruturas representam, respectivamente, o Subato Atributivo e o Subato Referencial:

$$(\pi T_1: H(T_1): _ (T_1))$$

$$(\pi R_1: H(R_1): _ (R_1))$$

Na GDF, o núcleo de um Subato Atributivo é, segundo Hengeveld & Mackenzie (2008, p.110), em princípio vazio, tendo em vista que atribui uma Propriedade. O exemplo (12), a seguir, ilustra como o Subato Atributivo expresso pelo verbo *loves* (*ama*) aparece no Nível Interpessoal, simplesmente como (T₁), pois apenas no Nível Representacional a atribuição é realizada através da seleção de um item lexical, figurando no escopo de uma variável de propriedade - (f):

(13) Peter *ama* Mary.¹⁹

NI: (C_i: [(T₁) (R_i: Peter (R₁)) (R_j: Mary (R_j))] (C_i))

NR: (e_i: [(f_i: *loves*) (x_i) (x_j)]^e)

NR: (e_i: [(f_i: *ama*) (x_i) (x_j)]^e)

Onde: e_i: Estado-de-coisas / f_i: Propriedade / x_i e x_j = Indivíduo

O Subato Referencial, que evoca uma entidade, conforme a GDF, pode ter como núcleo:

- a) um ou mais Subatos Atributivos (e possivelmente um ou mais Subatos Referenciais);
- b) um nome próprio ou um lexema fictício;

¹⁹ Peter *loves* Mary.

- c) uma combinação abstrata de características para o Falante e o Ouvinte – os pronomes pessoais.

Essa entidade, segundo Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 113), será de uma categoria semântica particular e, no Nível Interpessoal, as distinções feitas refletem o estatuto da referência como uma atividade interpessoal.

Um ponto relevante sobre o Subato Referencial para a análise da aposição encapsuladora diz respeito ao que Hengeveld & Mackenzie (2008) pontuam sobre a genericidade de um Subato Referencial, tratada como um operador no Nível Representacional. Conforme os autores, embora, a parte do discurso “nome” esteja intimamente ligada à Referência, nem toda ocorrência de um nome/substantivo envolve um Subato Referencial. No exemplo (14), os autores demonstram essa afirmação a partir de um teste de referencialidade usado para saber se um Falante pode ou não se referir, de forma anafórica, a um Subato Referencial:

- (14) Fui para *o trabalho de ônibus*. *Ele (o *trabalho*) estava chato. *Ele (o *ônibus*) quebrou.²⁰

Em (14), segundo Hengeveld & Mackenzie, os substantivos *work* (*trabalho*) e *bus* (*ônibus*) não expressam Subatos Referenciais, pois, como podemos ver, o pronome referencial “Ele” em “*Ele estava chato” e “* Ele quebrou”, não especifica de forma clara a entidade à qual remete. Contudo, observam os autores que os sintagmas *to work* (*para o trabalho*) e *by bus* (*de ônibus*) expressam um Subato Referencial: ambos, por exemplo, podem ser questionados em outro teste para referencialidade:

- (15) *Como você foi para o trabalho? De ônibus;*²¹

- (16) *Para onde você foi? Para o trabalho.*²²

Tomadas em conjunto, para Hengeveld & Mackenzie, estas observações fortemente sugerem que *in the bus* (*no ônibus*) em (17) envolve dois Subatos Referenciais²³:

²⁰ *I went to work by bus. *It (the work) was boring. *It (the bus) broke down.*

²¹ *How did you go to work? By bus.*

²² *Where did you go? To work.*

²³ Ele vai para o trabalho no/de ônibus.

Localização:

- Onde você está?

- (R_i) No ônibus.

Entidade: Ele quebrou.

- O que quebrou?

(17) Fui *no ônibus*. Mas *ele* quebrou.²⁴

Nesse exemplo, o Falante tanto se refere à Localização expressa por todo o sintagma *in the bus* (R_l), quanto à entidade *bus* (*ônibus*) (R_f). Quando um nome/substantivo é incorporado ao verbo e não pode ser questionado ou ser referido, os autores consideram que ele não será associado a um Subato de Referência. Então, em (18), não há um (R_l) que corresponda a *shoulder* (*ombro*):

(18) *Os jogadores estão autorizados a usar o “empurrão com ombro” contra seus oponentes*

Aplicando esse teste de referencialidade a um exemplo de aposição encapsuladora, podemos considerar que o pronome anafórico que é núcleo da expressão encapsuladora não atende às condições de referencialidade, tendo, portanto, valor atributivo. O exemplo (19), a seguir, ilustra nossa afirmação:

(19) Mais do que de planilhas e números, estamos falando de pessoas, trabalhadores na ativa ou não, que terão maior poder de compra, **o que gera, de imediato, melhoria na qualidade de vida do cidadão.** (AO0106)²⁵

Nesse exemplo, a primeira unidade da aposição não é uma expressão referencial, um Subato Referencial, mas um *frame*, com núcleo configuracional, de uma das categorias dentro dos níveis, ou parte dele, e o núcleo encapsulador estabelece uma nominalização que não evoca um referente particular, dado que não especifica uma entidade particular. Se perguntarmos “*o que gera, de imediato, melhoria na qualidade de vida do cidadão?*”, teremos como resposta “*ter maior poder de compra é o que gera, de imediato, melhoria na qualidade de vida do cidadão.*”. Assim consideramos que o pronome ‘o’ é anafórico nessas construções, mas não de natureza referencial do mesmo modo que outros nomes usados nessas construções como encapsuladores.

Quanto aos modificadores, o Subato Atributivo (T) pode receber aqueles que são de natureza reportativa, enfática ou atitudinal, enquanto os operadores podem ser enfáticos ou aproximativos. Quanto aos modificadores do Subato Referencial (R), é possível encontrar os

- (R_f) O ônibus.

²⁴ *I went in the bus. But it broke down.*

²⁵ A codificação diz respeito ao gênero (AO), número da ocorrência no *corpus* (01), e ano de publicação do artigo (06)

de natureza atitudinal, enquanto os operadores podem ser de identificabilidade, de especificidade e de ênfase.

Para Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 113),

Enquanto os Subatos de Atribuição envolvem a evocação de uma Propriedade, os Falantes realizam os Subatos de Referência a fim de evocar uma entidade. Esta entidade será de uma categoria semântica particular, pode ter uma certa preponderância/cardinalidade, etc.: estas distinções, na medida em que são relevantes para a língua em análise, são feitas no Nível Representacional. No Nível Interpessoal, as distinções que são feitas refletem o *status* da referência como uma atividade interpessoal.²⁶

Além disso, tanto a Referência quanto a Atribuição são consideradas acionais, pois ambas envolvem a tentativa que o Falante faz de influenciar a informação pragmática do Ouvinte, definida pelos autores como toda informação (de longo prazo, situacional e imediata) mobilizada pelos comunicadores/Participantes para constituir a interação. Assim, atribuição e referência são dois aspectos globais da evocação, que permitem aos Falantes, através da realização dos Subatos Atributivo e Referencial necessários, evocar um Conteúdo Comunicado, enquanto o Nível Interpessoal distingue três camadas acionais, quais sejam: o *Move*, o Ato Discursivo e a Evocação.

A atuação da aposição encapsuladora, diante da estrutura do Conteúdo Comunicado, com uma posição para modificadores, pode ser mais expressiva nessa camada, em vista de o caráter de Clarificação poder incidir mais frequentemente sobre o que se diz do que sobre o modo como se diz.

Em resumo, a maior unidade do Nível Interpessoal é o *Move* (M_1), que descreve a totalidade do segmento discursivo relevante neste nível. O *Move* consiste de Atos Discursivos temporalmente ordenados ($A_1, A_2 \dots A_n$), que juntos formam o Núcleo (complexo) do *Move*. Cada Ato, por sua vez, consiste em uma Ilocução (F_1), os Participantes do Discurso (P_1 e P_2) e um Conteúdo Comunicado (C_1). Finalmente, Conteúdo Comunicado é composto por um ou mais Subatos de Referência (R_1) e Atribuição (T_1), que abarcam as evocações feitas pelo Falante.

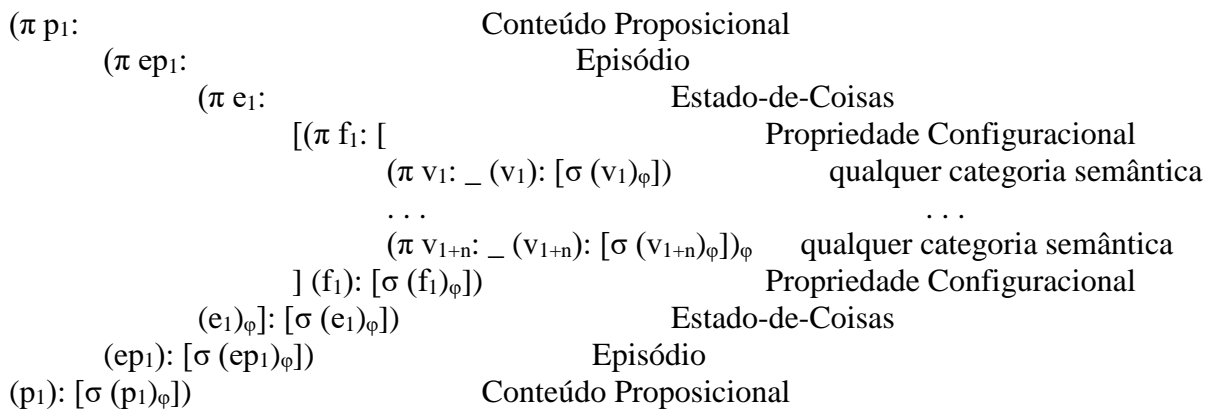
2.2.2 O Nível Representacional

O Nível Representacional é onde as informações evocadas no Nível Interpessoal são

²⁶ Whereas Subacts of Ascription involve the evocation of a Property, Speakers perform Subacts of Reference in order to evoke an entity. That entity will be of a particular semantic category, may have a certain cardinality, etc.: these distinctions, to the extent that they are relevant for the language under analysis, are made at the Representational Level. At the Interpersonal Level, the distinctions that are made reflect the status of reference as an interpersonal activity.

designadas em termos semânticos, relacionando a língua com os mundos possíveis descritos através dela. Nesse nível, cada camada relevante é definida de acordo com as categorias semânticas que elas designam. A noção de semântica nesse nível suscita duas questões: a relação da linguagem com o mundo que descreve, excluindo, portanto, desse nível, determinadas formas da linguagem de natureza interpessoal, como é o caso dos performáticos, já que seu funcionamento é de natureza interna à situação de fala; e a restrição ao significado das unidades lexicais e unidades complexas, deixando a cargo do Nível Interpessoal as peculiaridades relativas ao uso. O nível está organizado da seguinte maneira:

Figura 4: Organização do Nível Representacional



Fonte: Traduzido e adaptado de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 142)

A GDF adota de Lyons três entidades de ordens diferentes: Indivíduo, entidade de primeira ordem; Estado-de-Coisas, entidade de segunda ordem; Conteúdo Proposicional, entidade de terceira ordem. A essas três categorias semânticas, a GDF acrescenta a Propriedade, entidade de zero ordem, que só pode ser avaliada em termos de sua aplicabilidade a outras entidades ou situações que descrevem.

Já sendo admitido o caráter atributivo da aposição encapsuladora, nesse Nível, julgamos que a segunda unidade dessas construções são entidades de ordem zero, Propriedades, com a possibilidade de seu núcleo se realizar como qualquer uma das categorias das camadas superiores a partir da camada do Estado-de-Coisas, em vista da natureza de seu escopo.

Além dessas categorias, Hengeveld & Mackenzie (2008) também acrescentam que a peculiaridade dos conceitos de espaço e tempo de especificar dimensões das outras categorias semânticas faz deles categorias semânticas independentes, denominadas Localização e Tempo. Outras categorias semânticas também se mostram pertinentes, segundo os autores, para

algumas línguas. Essas categorias seriam: Episódio, Modo (m), Razão (r) e Quantidade (q). No entanto, eles asseveram que determinadas categorias só podem ser admitidas quando há fenômenos gramaticais sensíveis a elas.

2.2.2.1 Conteúdo Proposicional

A maior unidade do Nível Representacional é o Conteúdo Proposicional, definido como construtos mentais que não existem no espaço e no tempo. Tal conteúdo pode ser factual, quando correspondente ao mundo real, ou não factual, quando correspondente ao mundo imaginário. Ele é composto por Episódios, e o seu *frame* geral com um núcleo configuracional é o seguinte:

$$(\pi p_1: [(ep_1) \dots (ep_{1+n})_{\{\varphi\}}] (p_1): [\sigma (p_1)_{\varphi}])$$

A qualificação desses construtos mentais pode ser feita de acordo com atitudes proposicionais ou de acordo com a fonte de origem deles, diferindo-se o Conteúdo Proposicional do Conteúdo Comunicado, categoria do Nível Interpessoal, por aquele, nem sempre, poder ser atribuído ao falante, tal como nos exemplos a seguir.

(20) Jenny acreditava que *sua mãe iria visitá-la*.

(21) a razão principal para Jenny não ter vindo foi que *sua mãe iria visitá-la*.

Nesses exemplos, o Conteúdo Proposicional incorporado é atribuído a um outro Indivíduo, *Jenny*, e não ao falante. A natureza proposicional das partes em itálico nos exemplos (20) - (21) mostra-se no fato de que elas podem conter elementos que expressam uma atitude proposicional. O que diferencia o Conteúdo Proposicional do Conteúdo Comunicado é a possibilidade de este ser qualificado em termos de sua natureza reportada, visto que um Falante pode retransmitir um Conteúdo Comunicado de outrem dentro de seu Ato Discursivo.

Dadas essas peculiaridades, um Conteúdo Proposicional com um núcleo configuracional é constituído de um Episódio nuclear (ep_1), mas também pode apresentar mais de um episódio adicional (ep_{1+N}), que pode ($\{\}$) ser provido com uma função semântica (φ). Um Conteúdo Proposicional pode ainda conter modificadores (σ) e operadores (π).

Dada a sua natureza, Conteúdos Proposicionais são caracterizados pelo fato de que eles podem ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum compartilhado, evidência

sensorial, inferência).

Os modificadores de Conteúdos Proposicionais dizem respeito à especificação de atitudes proposicionais, e estas podem dizer respeito ao tipo e o grau de comprometimento de um ser racional com o Conteúdo Proposicional, ou à especificação da origem (não verbal) do Conteúdo Proposicional, tal como no exemplo a seguir:

(22) *Provavelmente / evidentemente / esperançosamente / indubitavelmente*, Sheila está doente.²⁷

Embora aqui se apresentem expressões adverbiais, acreditamos que algumas posições encapsuladoras podem carregar essa função, veiculando informações semelhantes. No entanto, como assumimos que a posição encapsuladora é, em sua natureza, atributiva, merece atenção o seu caráter modificador, podendo, portanto, ampliar o quadro das funções modificadoras previstas na GDF.

Por fim, as categorias de operadores relevantes na camada do Conteúdo Proposicional podem ainda ser subdivididas dentro de distinções que dizem respeito ao grau e ao tipo de comprometimento em relação a um Conteúdo Proposicional (modalidade epistêmica subjetiva) e distinções relacionadas à fonte do Conteúdo Proposicional (modalidade evidencial), que não serão tratadas aqui.

2.2.2.2 *Episódio*

A categoria Episódio diz respeito a um ou mais Estados-de-Coisas que são tematicamente coerentes, apresentando unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l), e Indivíduos (x). O *frame* geral para Episódios com um núcleo configuracional é dado a seguir:

$$(\pi \text{ ep}_1: [(e_1) \dots (e_{1+N})]_{\{\varphi\}}) (\text{ep}_1): [\sigma (\text{ep}_1)_{\varphi}]$$

Um Episódio consiste de, pelo menos, um Estado-de-Coisas nuclear, mas pode conter mais de um Estado-de-Coisas, que podem ser fornecidos com uma função semântica, podendo conter ainda modificadores e operadores. Eis um exemplo:

(23) Ao sair, parando para verificar a caixa de correio, olhando para a calçada e fazendo uma pausa para ajustar o chapéu, ele caminhou até seu carro.²⁸

²⁷ Probably/evidently/hopefully/undoubtedly Sheila is ill. (Ibidem, p. 151)

²⁸ Coming out, stopping to check the mailbox, taking a look at the driveway and pausing to adjust his hat, he walked to his car. (Ibidem, p. 158)

Nesse exemplo, há uma sucessão de Estados-de-Coisas justapostos para os quais não há especificação de relação semântica entre eles, mas para os quais se concebe uma conjunção de ações para a composição de uma cena.

O Episódio tanto pode receber modificadores como também operadores temporais. No exemplo (23), apenas o último verbo da sequência traz o operador de finitude verbal, enquanto as outras ocorrências verbais indicam simultaneidade, de modo que se pode sugerir que a localização temporal absoluta é da ordem do Episódio, e a localização temporal relativa é da ordem do Estado-de-Coisas, objeto da próxima seção.

2.2.2.3 Estado-de-Coisas

Os Estados-de-Coisas (e), terceira unidade do Nível Representacional, podem ser localizados no tempo relativo, apresentados como eventos ou estados que podem ser avaliados em termos de *status* de realidade. Os Estados-de-Coisas, pode-se dizer, "(não) ocorrem", "(não) acontecem", em algum ponto ou intervalo de tempo. Eles são distinguíveis, por essa característica temporal, de Indivíduos, de um lado, e de Conteúdos Proposicionais, de outro. O *frame* geral para Estados-de-Coisas com um núcleo configuracional é apresentado a seguir:

$$(e_1 : [(f_1 : [\dots] (f_1)) \dots (f_{1+N} : [\dots] (f_{1+N}))]_{\{\phi\}n} (e_1)_{\phi})$$

Um Estado-de-Coisas pode ter núcleo ausente, vazio, lexical ou configuracional. Hengeveld & Mackenzie (2008) admitem que unidades designativas de Estados-de-Coisas podem consistir de apenas uma variável no caso de referência anafórica feita por pronomes desprovidos de valor semântico, como os indefinidos, por exemplo. Para o caso do núcleo vazio, eles apresentam o uso de *one*²⁹, no inglês no seguinte exemplo:

(24) Eu fui a uma aula interessante, mas ela foi a uma chata.³⁰

As nominalizações designativas de Estados-de-Coisas, tais como reunião, corrida, etc. podem preencher o *slot* do núcleo, caso das posições encapsuladores que tomam como escopo Estados-de-Coisas. Por fim, temos os *frames* de predicação, caracterizados como unidades do tipo-f, exemplificado pelo paralelo entre os dois exemplos a seguir:

(25) O homem viu o jogo.³¹

²⁹ Para o qual não se observou correspondente em português.

³⁰ I went to na interesting lecture but she went to a boring *one*. (Ibidem, p. 167)

(26) O homem viu seu time vencer o adversário³².

Os autores explicam que o verbo *ver*, quando usado para descrever percepção direta, pode tomar um Estado-de-Coisas (e) como segundo argumento. No que diz respeito aos modificadores, Estados-de-Coisas podem ser qualificados de acordo com as propriedades de sua ocorrência. Assim, as modificações mais relevantes são atinentes ao tempo relativo, lugar e frequência de ocorrência, *status* de realidade, cenário físico e cognitivo.

A maioria dessas categorias modificadoras, segundo os autores, tem contrapartida de operadores. As classes de operadores apresentadas por eles são: Local de Evento, Tempo relativo, Modalidade orientada para o evento, Percepção do evento, Polaridade e Quantificação de evento.

2.2.2.4 Frames de predicação

Propriedades configuracionais constituem o inventário de frames de predicação relevantes para uma língua. O formato geral que pode ser usado para Propriedade Configuracional é como segue (onde *v* é uma variável sobre variáveis):

$$(\pi f_1: [(v_1) (v)_{\phi n}] (f_1): [\sigma (f_1)_{\phi}])$$

As unidades semânticas que compõem as Propriedades Configuracionais variam de tipo: Indivíduos (x), objetos concretos que podem ser localizados temporal e espacialmente, Propriedades Lexicais (f), que são aplicáveis a outras entidades e não têm existência independente delas, Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Quantidade (q). Embora seja possível apontar essas unidades, só serão postuladas para uma língua aquelas que desencadeiam processos formais na gramática daquela língua.

Propriedade (f) e Indivíduos (x) são as entidades envolvidas na constituição de um Estado-de-Coisas mais comum. Nessa constituição, Entidades de zero ordem e de primeira ordem entram na constituição de entidades de segunda ordem, como se pode constatar no exemplo a seguir.

(27) Sheila (x) está doente (f).³³

Mas há possibilidade de outras configurações como em:

³¹ The man saw *the game*. (Ibidem, p. 168)

³² The man saw *his team beat the opposition*. (Ibidem, p. 168)

³³ Sheila (x) is ill (f). (Ibidem, p. 181)

(28) As fortes chuvas (e) causaram (f) muitos danos (e).³⁴

Como cada língua apresenta possibilidades combinatórias específicas de categorias semânticas, não se pode estabelecer possibilidades combinatórias universalmente dadas. Hengeveld & Mackenzie (2008) apontam a existência de restrições tanto quantitativas quanto qualitativas que incorrem sobre as possibilidades combinatórias das categorias semânticas. As primeiras têm a ver com o número mínimo e máximo de unidades que compõem um *frame* de predicação; as segundas dizem respeito às categorias semânticas das unidades que compõem um *frame* de predicação e a forma como as relações entre essas unidades componentes são expressas em termos de suas funções semânticas.

2.3 Os Níveis da Codificação

Os Níveis Morfossintático e Fonológico são responsáveis pela codificação e também apresentam seus primitivos. O primeiro conjunto de primitivos relevantes para o Nível Morfossintático diz respeito a cláusulas, sintagmas e palavras, específicas de cada língua. O segundo conjunto diz respeito aos morfemas gramaticais, não modificáveis, como auxiliares, partículas e afixos. O terceiro conjunto é composto pelos operadores morfossintáticos, espaços reservados para as formas ou conjuntos de formas reais da língua. O primeiro conjunto de primitivos relevantes para o Nível Fonológico diz respeito a sintagmas entonacionais, sintagmas fonológicos, palavras fonológicas, pé e sílaba, também específicos de cada idioma. O segundo conjunto é composto das formas supletivas correspondentes aos operadores morfossintáticos, e o terceiro conjunto é composto pelos operadores fonológicos, que antecipam aspectos de saída articulatória, de sinais, ou ortográfica, que não são um reflexo direto de um operador interpessoal, representacional ou morfossintático.

Para os autores, em linhas gerais, esses conjuntos de primitivos apresentam correspondência entre si, havendo, em cada conjunto, um subconjunto de unidades funcionalmente estruturante. Os *Frames* da Formulação e os modelos de Codificação Morfossintática e Fonológica servem ao propósito de fornecer uma estrutura global de organização para seus respectivos níveis.

2.3.1 O Nível Morfossintático

A relação entre o Nível Morfossintático e os dois níveis de entrada é regida por três

³⁴ The heavy rainfall (e) caused (f) a lot of damage (e). (Ibidem, p. 181)

princípios: Iconicidade, Integridade de Domínio e Estabilidade Funcional, contribuindo para que haja máximo paralelismo entre as estruturas, com vistas à transparência e à fácil interpretação da estrutura linguística. Esses princípios podem ser transgredidos, em alguma medida, a depender de determinados objetivos comunicativos. A Iconicidade, por exemplo, pode ser transgredida caso haja interesse em dar maior destaque a uma determinada porção de informação, como em (30), no par de exemplo a seguir:

(29) O jogo começou às 7h30 e terminou em um empate.³⁵

(30) O jogo (início do A_I), que começou às 7h30 (A_J), terminou em um empate (fim do A_I).³⁶

Em (29), a Iconicidade é respeitada, de forma que temos um *Move* que consiste de dois Atos Discursivos que são ordenados de acordo com a sequência cronológica dos Estados-de-Coisas evocados por cada Ato Discursivo cuja ordem se reflete no Nível Morfossintático, onde teremos uma expressão linguística que consiste em duas cláusulas coordenadas. Em (30), no entanto, temos um *Move* composto por dois Atos Discursivos, mas que apresenta uma interrupção na sequência do primeiro Ato para a inserção do segundo Ato. Nesse caso, portanto, a Iconicidade é anulada para que se dê destaque a uma porção de informação que o falante julga ser mais importante: aquela constante no primeiro Ato Discursivo – o resultado do jogo. Essa escolha do Falante se reflete no Nível Fonológico, onde a organização desses Atos vai se constituir em unidades de informação. Assim, teremos três segmentos correspondentes a três sintagmas entonacionais, para os quais se deve atribuir contornos diferentes: dois com contornos não finais e um com contorno final. A função do Nível Morfossintático, neste caso, é estabelecer a integração sintática dos dois atos Discursivos através de um *frame* específico para orações relativas.

Embora não se refira à ordenação cronológica, admitimos que a aposição encapsuladora está estreitamente ligada a esse princípio, pois se apresenta, normalmente, após o Ato Discursivo encapsulado, veiculando informação de fundo. No entanto, não descartamos que alguma motivação comunicativa incentive o deslocamento da aposição encapsuladora para a posição de entremeio em relação ao Ato Discursivo encapsulado.

A Integridade de Domínio diz respeito ao emparelhamento de unidades dentro dos níveis. Logo, as unidades que devem estar juntas no Nível Interpessoal e no Nível Representacional também devem ser justapostas no Nível Morfossintático: modificadores

³⁵ The game began at 7.30 and it ended in a draw. (Ibidem, p. 284)

³⁶ The game (beginning of A_I), which began at 7.30 (A_J), ended in a draw (end of A_I). (Ibidem, p. 284)

imediatamente posteriores aos núcleos que modificam; e as funções e os operadores próximos às unidades morfossintáticas a que se aplicam, preferencialmente em uma relação de um-para-um entre a estrutura hierárquica dos níveis de entrada e a do nível de Morfossintático. Diante do já exposto em outras seções de que a aposição encapsuladora assume para si a função de modificador, a Integridade de Domínio também é observável no emprego dessas construções.

A Estabilidade Funcional diz respeito à colocação, na mesma posição em relação a outras categorias, de componentes que tenham as mesmas especificações, sejam elas interpessoais ou representacionais. Esse princípio, na medida em que as línguas o aplicam, é traduzido na GDF em modelos estruturais, aplicados às camadas de análise, em que *slots* são introduzidos, restringindo os elementos que podem aparecer em cada posição a partir de especificações funcionais.

Esses princípios têm o papel de fazer com que a relação entre os níveis seja simples e estável, embora possa ser transgredida. Essa transgressão, no entanto, ocorre sob a influência de fatores em competição.

Por fim, para a GDF, os níveis morfológico e sintático não são distintos, pois os princípios de formação de palavras e frases são os mesmos. Assim, o Nível Morfossintático abarca as estruturas linguísticas no que diz respeito à codificação das distinções inscritas nos Níveis Interpessoal e Representacional. Como os outros dois níveis, também apresenta camadas relevantes hierarquicamente organizadas. Sua composição é assim representada:

Figura 5: Organização do Nível Morfossintático

$(Le_1: [(Cl_1): [(X_w) (X_{p1}): [(X_w) (X_{p2}) (Cl_2)] ((X_{p1})) (Cl_3)] (Cl_1)]) (Le_1))$

Fonte: Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 291)

A maior unidade desse nível é a Expressão Linguística, que deve constituir-se de, pelo menos, uma unidade morfossintática, mas que, também, pode ser constituída por qualquer conjunto morfossintático, tais como cláusulas, sintagmas ou palavras.

A variedade com que pode ser constituída a Expressão Linguística é uma das motivações para a análise da aposição encapsuladora no quadro da GDF. Dentre as teorias funcionalistas, ela se mostra frutífera para a observação dessa construção em vista de essa aposição poder assumir formas simples e complexas, como podemos observar nos exemplos a seguir³⁷:

³⁷ A aposição encapsuladora aparece em itálico.

- (31) A enorme deficiência brasileira de profissionais capazes de realizar pesquisa e desenvolvimento (P&D), intimamente relacionada com o pequeno envolvimento de nosso setor empresarial em pesquisa e inovação, faz com que nossas empresas, sobretudo no setor industrial, sejam pouco inovadoras, *o que as torna pouco competitivas no comércio globalizado*.³⁸ (AO0109)
- (32) Um em cada cinco brasileiros foi autor ou réu no ano passado. Cerca de 80% acreditam que vale a pena procurar a Justiça e mais de 50% estão muito satisfeitos com o atendimento recebido e com os resultados obtidos. *Cenário Inédito*.³⁹ (AO1809)

Embora consideremos que a aposição encapsuladora se realiza como um SN, vale notar que esse SN pode assumir configurações diferentes. No primeiro caso, temos um SN composto de pronome + oração relativa e, no segundo caso, um SN constituído por dois lexemas.

Como já salientado em outros pontos desta tese, a aposição encapsuladora atua nas camadas mais altas de cada nível. Desta feita, a seguir, trataremos das camadas relevantes para a descrição dessa construção no que concerne à sua morfossintaxe.

2.3.1.1 A Expressão Linguística

O esquema geral, para o Nível Morfossintático, de uma Expressão Linguística que consiste de, pelo menos, uma Cláusula está novamente representado a seguir, onde cada unidade constituinte pode ocorrer mais do que uma vez:

$$(Le_1 : [(Cl_1 : [(Xw) (Xp_1 : [(Xw) (Xp_2) (Cl_2)] (Xp_1))](Cl_3)] (Cl_1))] (Le_1))$$

Le = Expressão Linguística

Cl = Cláusula

Xp = Sintagma (do tipo x)

Xw = Palavra (do tipo x)

Essa configuração - com a Expressão Linguística como a maior categoria de análise na morfossintaxe - permite à GDF lidar com outras estruturas diferentes da oração como, por exemplo, as holofrases e expressões não sentenciais.

Em resumo, a maior unidade de análise, uma Expressão Linguística, pode ser vista como um conjunto de cláusulas; estas podem ser constituídas por um ou mais Sintagmas, uma

³⁸ <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/01/25/>

³⁹ <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/04/05/>

ou mais Palavras e, como um exemplo de recursividade, uma ou mais Cláusulas; cada Sintagma pode constituir-se do mesmo modo que a Cláusula e, por fim, a Palavra também terá sua estrutura interna, ou seja, uma série de morfemas (ou espaços reservados para morfemas).

2.3.1.2 A Cláusula

Segundo Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 293),

Uma cláusula é um agrupamento de um ou mais Sintagmas caracterizado, em maior ou menor grau, por um padrão para a ordenação desses Sintagmas e, também, em maior ou menor grau, por expressões morfológicas de conexão (em especial, regência e concordância).⁴⁰

No âmbito da GDF, a oração é uma categoria universal da estrutura morfossintática, porém cada língua tem critérios específicos para a sua identificação e, além disso, ela funciona como um domínio para diversos processos morfossintáticos. Apesar de ser uma categoria universal, a realização de Atos Discursivos por sintagmas simples não é entendida como cláusula reduzida ou mínima. A camada da Cláusula, na Expressão Linguística, pode ser, então, dispensada.

As posições que um Sintagma assume dentro de uma cláusula resultam da interação complexa entre a frequência da categoria morfossintática e a função, que pode ser “herdada” de funções dos níveis precedentes: pragmáticas, do Nível Interpessoal; semânticas, do Nível Representacional, mas podem ser atribuídas dentro do próprio Nível Morfossintático, funções sintáticas.

Os modelos escolhidos para uma Cláusula são elaborados a partir dos primitivos que estão disponíveis para o Nível Morfossintático, assim como ocorre com os *frames* no Nível Interpessoal e no Nível Representacional. Isso não significa, no entanto, que as possibilidades sejam infinitas. Com a propriedade da recursividade, é possível organizar os modelos a partir da configuração complexa de uma unidade por recursividade a outros tipos de unidades em sua composição. Assim, alegam os autores, o modelo para um (Np₁) pode recorrer a um outro modelo para uma Cláusula para explicar a ocorrência de orações relativas, como exemplificado a seguir:

(33) Este é o gato que matou o rato que comeu o malte que estava na casa que Jack construiu.⁴¹

⁴⁰ The Clause is a grouping of one or more Phrases characterized, to a greater or lesser extent, by a template for the ordering of those Phrases and, also to a greater or lesser extent, by morphological expressions of connectedness (notably government and agreement).

⁴¹ This is the cat that killed the rat that ate the malt that lay in the house that Jack built. (Ibidem, p. 294)

Nesse exemplo, o Np *o gato. . .construiu* apresenta-se constituído por um modelo de Np composto por uma Palavra Nominal (NW) e um Cláusula (CI), com a Cláusula contendo uma posição Np que pode ser preenchida, novamente, por este mesmo modelo de Np:

$$(Np_i: [(Nw_i: \text{gato } (Nw_i)) (Cl_i: [\dots (Np_j: [(Nw_j: \text{rato } (Nw_j)) (Cl_j: [\dots (Np_k: [(Nw_k: \text{malte } (Nw_k)) (Cl_k: [\dots (Np_l: [(Nw_l: \text{casa } (Nw_l)) (Cl_l) (Np_l)) \dots] (Cl_k))] (Np_k)) \dots] (Cl_j))] (Np_j)) \dots] (Cl_i))] (Np_i))$$

Essa seria a representação proposta pela FDG para refletir, na camada oracional, a noção de recursão, dentro de um Sintagma Nominal, com um estoque limitado de modelos que permitam um número ilimitado de configurações possíveis. O mesmo princípio pode ser adotado para os modelos dos outros Sintagmas previstos em uma língua.

Uma outra questão relevante diz respeito à inserção de Cópula, que mostra como o Nível Morfossintático responde ao descompasso com o Nível Representacional. Sempre que, por razões semânticas, qualquer tipo de não verbo, por exemplo, um substantivo ou adjetivo, é usado como o principal predicado em uma predicação, há uma incompatibilidade entre a função definicional de um não verbo e seu uso real. Através da inserção de uma cópula verbal, como em Inglês (*There is*), o Nível Morfossintático mitiga o descompasso nesse nível, como no exemplo:

(34) Há cerveja sem álcool.⁴²

Neste exemplo, para os autores, o Conteúdo Comunicado no Nível Interpessoal contém apenas um Subato de Referência (R_i). Se esse subato fosse realizado apenas como um Np, não haveria lugar para marcar o tempo, o que é resolvido pelo Nível Morfossintático através da introdução de uma cópula.

2.3.1.3 O Sintagma

O Sintagma (Xp) é caracterizado pelo fato de que ele tem como núcleo um item lexical que é enviado a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional. As classes de lexemas podem variar na configuração dos tipos de sintagma, dependendo das peculiaridades de cada língua no que diz respeito à relação lexema – sintagma e os modos de marcar a expressão dos subatos Referencial e Atributivo.

⁴² There is beer without alcohol. (Ibidem, p. 295)

Os autores fazem uma distinção entre Lexemas e Palavras: lexemas são operativos no Nível Representacional, e palavras, no Nível Morfossintático. Essa distinção pode ser admitida por diversas razões, dentre as quais, Hengeveld & Mackenzie (2008) apresentam quatro.

A primeira delas é que não existe uma relação de um para um entre as palavras, no Nível Morfossintático, e os lexemas, no Nível Representacional.

A segunda razão é que também pode ocorrer o oposto: um único Lexema no Nível Representacional pode corresponder a várias palavras no Nível Morfossintático, tal como ocorre com as expressões idiomáticas como “*chutar o balde*”, correspondendo a ‘*morrer*’, que no Nível Representacional forma uma única unidade de significado da f-categoria, enquanto no Nível Morfossintático corresponde a três palavras diferentes.

A terceira razão é que, mesmo em línguas que não fazem distinção alguma entre as classes de lexema, há uma variedade de classes de Palavras.

A quarta é que há muitas palavras que não têm lexemas correspondentes, como ocorre com as palavras gramaticais, que ou correspondem a um operador ou uma função no Nível Interpessoal ou Representacional ou são introduzidas como “simulacro” ou elementos de apoio, comportando-se da mesma forma que palavras correspondentes a Lexemas. A introdução delas ocorre no nível Morfossintático, e sua classificação pode ser feita de acordo com a analogia entre sua distribuição sintática e a de palavras com conteúdo lexical. Assim, pronomes, por exemplo, exibem a mesma distribuição que a classe de Lexema Nome, mas correspondem às características abstratas no Nível Interpessoal e/ou o Nível Representacional. Eis um quadro comparativo:

Quadro 1: Correspondências entre classes de Palavras Lexicais e Palavras Gramaticais

Classe de palavras lexicais	Exemplos	Classe de palavras gramaticais	Exemplos
Verbo	Exterminar	Verbo Auxiliar	deve, deveria, ser
Nome	Ferradura	Pronome	Eu, ele, que
Adjetivo	Formidável	Proadjetivo	Tal
Advérbio	sobre	Proadvérbio	La, então
Adposição	sob	Adposição gramatical	de, a
Conjunção	enquanto	Conjunção Gramatical	que, porque
Partícula	Ei, Uou	Partícula Gramatical	apenas, mesmo

Fonte: Traduzido e adaptado de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 401)

Os exemplos acima de classes de Palavras Gramaticais correspondem a todas as funções, operadores ou unidades com núcleo abstrato no Nível Interpessoal ou Nível

Representacional, ou a nenhuma delas, no caso da cópula “ser”, que é introduzida no Nível Morfossintático em resposta às configurações específicas do Nível Interpessoal e do Representacional. A tabela a seguir, adaptada a partir da proposta de Hengeveld & Mackenzie (2008, p.402), oferece, a título de exemplo, algumas correspondências entre Palavras Gramaticais introduzidas no Nível Morfossintático e elementos do Nível Interpessoal e do Nível Representacional.

Quadro 2: Exemplos de correspondência entre Palavras Gramaticais e elementos do Nível Interpessoal e do Representacional

Forma	Nível Interpessoal	Nível Representacional
Deve	–	Operador Inferencial (x ₁)
Você	(R1: [- S, +A] (R ₁))	
Tal	–	Operador prox on (f ₁)
Lá	(R ₁)	(dist l ₁)
a	–	L função no (l ₁) ou (t ₁)
porque	–	Causa função no (e ₁) ou (p ₁)

Fonte: Traduzido e adaptado de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 402)

Assim, pode ser estabelecida a correspondência com uma unidade semântica como um todo, caso de *você* e *lá*; um operador, caso de *deve* e *tal* e uma função, caso de *por* e *porque*. No primeiro caso, temos uma proforma; no segundo, um auxiliar e, no terceiro, um relacional.

A palavra (Xw) pode se compor de raízes (Xs) e afixos (Aff) e, dependendo da língua, pode apreender sintagmas e cláusulas, de acordo com os autores, em obediência ao princípio de recursividade. Não trataremos da estrutura interna da Palavra porque ela não toma lugar nesta pesquisa como objeto a ser analisado.

2.3.2 Nível Fonológico⁴³

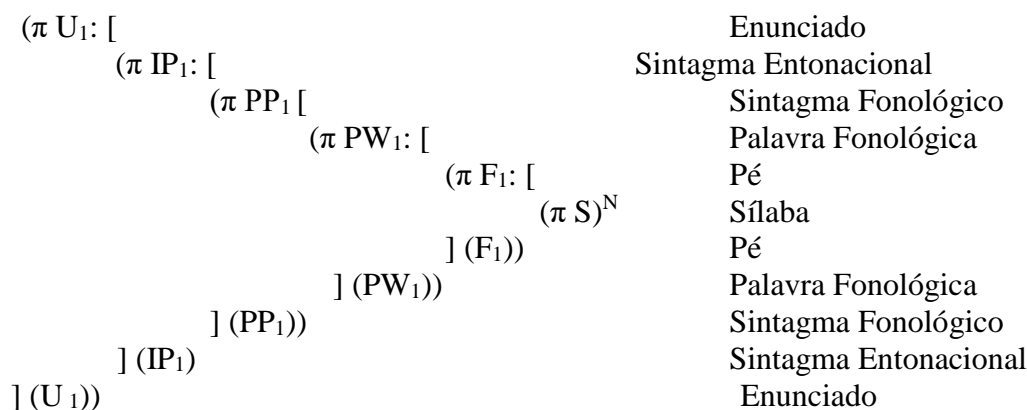
Assim como o Nível Morfossintático, o Nível Fonológico é responsável pela codificação das distinções interpessoais e representacionais. No entanto, ele abarca os aspectos não concernentes à morfossintaxe. Ele interliga os outros três níveis superiores e o componente de saída através do *input* advindo dos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático.

O Nível Fonológico traz as representações fonêmicas, baseadas no sistema de oposição fonológica, e as transmite para o Componente de Saída, que se encarrega dos aspectos gráficos, sonoros ou visuais das frases. É nesse nível que encontramos os padrões

⁴³ Mantemos, no capítulo, o Nível Fonológico por questões didáticas relacionadas à composição da GDF. Retirá-lo poderia causar prejuízo de entendimento do arcabouço teórico que sustenta esta tese.

prosódicos aplicáveis às camadas de análise, sequências segmentais e operadores terciários, cujos efeitos são perceptíveis no Componente de Saída. Sua estrutura máxima é representada a seguir:

Figura 6: Organização do Nível Fonológico



Fonte: Traduzido e adaptado de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 428)

O enunciado (U₁) é a maior unidade abrangida por esse nível. Ele pode apresentar distinções de altura (paratons), que marcam a autonomia de um grupo de sintagma entonacional. Esta última caracteriza-se pelo movimento tonal nas sílabas como modo de interpretação do sintagma tonal em sua totalidade. Na GDF, esse movimento é representado como um operador de queda (f) ou de subida (r) sobre o sintagma entonacional, denominada variável IP.

A palavra fonológica (PW₁), segundo os autores, “...é uma parte da estrutura fonológica que exhibe pelo menos uma característica como critério, que pode estar relacionada ao número de segmentos, aos recursos prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas.”⁴⁴ A palavra fonológica é composta de sílabas, e estas se agrupam em pés quando a língua é acentual e o acento é indicado pelo operador 's' na variável sílaba.

Entre as funções primordiais do Nível Fonológico, está a responsabilidade de integrar, na palavra fonológica, os marcadores de posição provenientes dos outros níveis. Isso é feito a partir do “léxico gramatical” de uma língua, que constitui o estoque de primitivos desse nível.

2.4 Síntese Conclusiva

Neste capítulo, desenhou-se o quadro geral da gramática Discursivo-Funcional (GDF),

⁴⁴ Ibid, p. 64

teoria que servirá de base para a constituição da análise da aposição encapsuladora nesta tese. A peculiaridade de a GDF apresentar como unidade de análise o Ato Discursivo nos dá ensejo para a sua adoção como teoria de base para a análise da aposição encapsuladora, pois permite abarcar tanto unidades menores quanto unidades maiores que a oração. Além disso, ela nos apresenta uma dualidade relevante para o desenho dos fenômenos linguísticos: forma e função relativas ao uso efetivo da língua.

Sua organização em camadas, por pretender refletir o processo de produção linguística pelo indivíduo, partindo da Formulação até a Codificação, permite-nos uma visão global do modo como a língua funciona e apresenta categorias que acenam para os lugares de ação dos fenômenos linguísticos, abrindo caminhos para a compreensão das peculiaridades de cada língua.

Cada nível apresenta suas categorias, usadas para descrever os aspectos envolvidos na atividade linguística. Colocam-se como níveis relevantes para esta pesquisa os Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático, pois consideramos que a aposição encapsuladora tem escopo nas categorias dos dois primeiros níveis. As categorias dos três níveis eleitos para a descrição da construção apositiva encapsuladora figuram subdivididas no quadro a seguir como forma de visualizar a natureza correspondente a cada nível:

Quadro 3: Resumo das categorias dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático

NÍVEL INTERPESSOAL	NÍVEL REPRESENTACIONAL	NÍVEL MORFOSSINTÁTICO
Move (M)	Entidades de 3ª ordem: Conteúdo	Expressão Linguística
Ato discursivo (A)	Proposicional (p)	Cláusula
Esquema Ilocução (F)	Entidades de 2ª ordem: Estado-de-	Sintagma
Participantes (P _s e P _a)	Coisas (e)	Lexema
Conteúdo Comunicado (C)	Entidades de 1ª ordem: Indivíduos	Palavra
Ato atributivo (T)	(x)	Tema
Ato referencial (R)	Entidades de zero ordem:	Afixo
	Propriedades (f)	

Como tal, a GDF nos permite refletir sobre os mecanismos gramaticais e o modo de organização desses mecanismos no discurso, permitindo tanto o desenho das estruturas sintáticas quanto a reflexão sobre o modo de atuação dessas estruturas no discurso. Pelas possibilidades de descrição dentro dos níveis que constituem a GDF - Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico -, ela se apresenta como proposta teórica promissora para a descrição do fenômeno objeto desta pesquisa, tendo em vista os aspectos

estruturais e discursivos da aposição encapsuladora. Assim, adotaremos essas categorias a fim de descrever estruturas apositivas que tomam como escopo um Ato Discursivo, seja ele constituído por uma oração independente ou subsidiárias, apontando seus valores discursivos conforme o tipo de entidade representada pelo seu escopo e o tipo de informação que acrescentam ao fluxo de informação. No capítulo seguinte, trataremos mais detidamente das características da aposição encapsuladora.

3 A CONSTRUÇÃO APOSITIVA ENCAPSULADORA

Este capítulo é destinado à discussão do objeto desta pesquisa, a aposição encapsuladora, e dos conceitos subsidiários ao seu tratamento. A primeira seção trata do *aposto de oração* nas gramáticas tradicionais e na descrição linguística a partir de trabalhos de gramáticos como Maximino Maciel (1916), Macambira (1974), Cunha e Cintra (2001), Bechara (2006) e Perini (2009). A segunda seção apresenta as características gerais da aposição com base nos trabalhos de Quirk *et al.* (1985), Meyer (1992) e também em Nogueira (1999), mais especificamente sua discussão sobre o conceito e os critérios de identificação da aposição. A terceira seção trata da aposição não restritiva, considerando a classificação das funções em Nogueira (1999) e, no âmbito da GDF, as funções discursivas abordadas por Hannay e Keizer (2005) para a aposição não restritiva. A quarta seção trata da correlação entre o conceito de encapsulamento, conforme Conte (1995), Francis (2003) e Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007), e a noção de aposição. A quinta seção, por fim, traz uma síntese conclusiva.

3.1 O aposto de oração: da tradição gramatical aos estudos linguísticos

Como fenômeno, a aposição é tratada de maneira simplória, recobrando as ocorrências que correspondem apenas à representação prototípica dela. Uma das impropriedades na definição de aposição está na utilização de critérios puramente sintáticos, desconsiderando-se as peculiaridades pragmático-discursivas de sua realização. O dicionário de linguística (Dubois *et al*) faz as seguintes considerações sobre o termo aposto:

O termo aposto é usado de maneira diferente segundo os gramáticos. Aplica-se sempre à palavra ou à expressão que, colocada depois de um substantivo, designa a mesma realidade que este, mas de outra maneira (identidade de referência) e dele é separada por uma pausa (na língua falada) e uma vírgula (na língua escrita). No sentido estrito, o aposto é, pois, um emprego solto do substantivo e opõe-se ao adjetivo aposto...

...

O substantivo em aposição não tem por si mesmo função sintática, visto que a aposição não é propriamente uma função gramatical (...) Um substantivo em aposição pode simplesmente lembrar um traço de pessoa ou coisa designada, ou então dar-lhe um equivalente, por meio de uma perífrase; às vezes, o aposto serve também para eliminar uma dúvida sobre a identidade da pessoa ou coisa de que se trata (...) (p. 61-62)

Essa conceituação trata a aposição como um fenômeno que tem características bem delimitadas, recobrando apenas parcialmente as peculiaridades desse fenômeno, pois o toma como relativo apenas a termo ou expressão, desconsiderando sua ocorrência em estrutura

oracional. Além disso, coloca seu dimensionamento na relação palavra-palavra, como um atributivo de pessoa ou coisa, restringindo seu conceito à questão estrutural.

Perini (2009, p. 120-121) nos oferece um alargamento desse conceito, acrescentando algumas considerações sobre a diferença entre parênteses e aposto. Para o autor, os parentéticos não têm relação sintática nem semântica com a oração onde se inserem, colocando-se em posição justaposta em relação ao resto do período e com preenchimento léxico próprio, diferente do que acontece com o aposto, que repete a oração ou um de seus termos e se justapõe ao elemento repetido. O reconhecimento de estruturas apostas a orações inteiras não é recente. Manuais de sintaxe como o de Maximino Maciel (1916, p. 275) já afirmavam que “A apposição pôde ás vezes ter por termo fundamental uma proposição inteira, principalmente quando expressa pelo pronome o...”, apresentando o seguinte exemplo:

(35) *Procede bem, o que te tornará estimado.*

(36) *Ambas vem pela mão, igual partido. (Camões)*

Nesses exemplos, observamos as possibilidades de realização do aposto de oração em duas configurações estruturais. No primeiro exemplo (35), o aposto de oração se realiza como pronome acompanhado de relativa restritiva, já no segundo exemplo, temos uma estrutura composta por dois itens lexicais. Embora o aposto esteja incluído entre os termos acessórios nas gramáticas tradicionais, é possível reconhecer que a *facultatividade* dessa estrutura seja questionável, assim como o conceito apresentado nessas mesmas gramáticas.

Em Cunha e Cintra (2001), encontra-se uma definição de aposto centrada em seu caráter nominal: elemento que se une ao substantivo, pronome ou equivalente como explicação ou apreciação. No entanto, os autores apontam que o aposto pode ser representado por uma oração, o que não diminui sua natureza nominal, e que pode também referir-se a uma oração inteira, o que já torna questionável a sua conceituação, já que a oração cujo conteúdo o aposto encapsula não tem natureza nominal.

Bechara (2006) segue na mesma direção, apontando o caráter nominal do aposto e a natureza substantiva do elemento a que se refere ou equivalente, mas assevera que o aposto pode fazer referência não a uma oração em si, mas ao conjunto de ideias expresso em uma oração. Aqui é possível notar que a definição do aposto não se dá apenas em termos sintáticos, mas traz, em especial na definição de aposto de oração, referência ao aspecto semântico da relação, já que o autor nos conduz para a relação entre o “conjunto de ideias” e não a estrutura em si da oração.

Um tratamento mais esquematizado, em termos de níveis de análise, aparece em Macambira (1974)⁴⁵. O autor constrói sua definição apontando características nos níveis sintático, semântico e morfológico. Acerca do aspecto semântico, o aposto seria um termo modificador de outro, rotulado como fundamental; acerca do aspecto sintático, o aposto é definido como “um predicativo sem verbo de ligação” que encerra o mesmo sentido que o fundamental, de modo que seria uma redenominação desse último e podendo antepor-se a ele; acerca do aspecto morfológico, o aposto pode ser um substantivo, palavra substantivada, pronome, infinitivo, oração reduzida infinitiva e oração subordinada.

Ao tratar do termo dito fundamental, Macambira (1974) acentua que, além de substantivo e suas correspondências, também pode ser uma oração. No caso em que o fundamental é uma oração, para o autor, o aposto será o pronome “o” equivalente a “coisa que” ou “e isto”. Nos casos em que o aposto não seja o pronome “o”, necessariamente será um “substantivo + que”, independentemente de ser coisa ou não, cabendo, ainda, a transposição de preposição. Para esses casos com preposição, Macambira (1974, p. 348) apresenta os seguintes exemplos:

(37) “Nunca o teria alcançado, se não fosse o dote de Bernadina, *sobre o que o moleiro tremia que o velho clérigo deixasse escapar alguma cousa*” (Herculano). (figura “sobre o” em lugar de “o sobre...”)

(38) “Como prêmio a teus pés terás a Terra,
E, *o que é mais do que a Terra*, serás Homem!” (anteposição)

(39) “Isso é estar emperrado na doença, *que é pior.*” (omitindo-se o pronome “o”, a subordinada adjetiva passa a substantiva apositiva)

Esses exemplos apresentam alguma semelhança estrutural com o aposto de oração, mas o autor não faz referência às peculiaridades textuais dessa estrutura. Assim, é possível até apontar algumas características particulares do aposto de oração que o colocam como periférico em relação ao protótipo de aposto, mas essas características não esgotam as possibilidades de tratamento funcional da estrutura, já que a presença do aposto de oração em textos pode ter relação com as estratégias discursivo-textuais, sendo necessário elucidá-las.

Quando faz referência ao *aposto de oração*, estrutura desviante do protótipo, a

⁴⁵ Macambira está incluso aqui entre as gramáticas tradicionais porque, embora ele pretenda fazer uma aplicação do estruturalismo linguístico, as propriedades apontadas por ele dizem respeito às classes e funções que constam na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

tradição gramatical o explica como a seguir: “O aposto não só se refere a qualquer núcleo nominal em qualquer função da oração; pode referir-se ao conteúdo de pensamento expresso numa oração inteira.” (BECHARA, 2006, p.460). Esse conceito mostra que nem sempre o aposto tem um referente específico apresentado como um sintagma nominal, denominado fundamental, para o qual funcione como modificador.

Assim, dentro da categoria de aposição, pode-se considerar que o *aposto de oração* consiste de um tipo de aposição periférica, estrutura emergente nos contextos em que o direcionamento discursivo necessita de considerações que abarquem não só os aspectos de textualização, em sentido estrito, mas também os aspectos pragmático-discursivos.

3.2 A caracterização da aposição nos estudos linguísticos

Esta seção destina-se a alguns apontamentos gerais sobre aposição com base em Nogueira (1999). Não se pretende rediscutir os conceitos apresentados em Nogueira (1999), mas apenas retomar o contexto de discussão sobre aposição já construído no trabalho da autora e as considerações acerca das funções textual-discursivas da aposição não restritiva com base nos trabalhos dela e de Hannay e Keizer (2005).

De acordo com Nogueira (1999), três critérios costumam ser usados por gramáticos e linguistas para a identificação da aposição: a identidade referencial (correferência), a identidade funcional e a identidade categorial entre as unidades da construção apositiva. A definição desses critérios está ligada às preocupações latentes de tentar definir as categorias da língua em termos discretos, mas a diversidade de manifestação da aposição contradiz a validade generalizante deles.

A correferência, por exemplo, não é encontrada, por exemplo, em aposições denominadas restritivas, pois os elementos que constituem esse tipo de estrutura apositiva se organizam como uma única unidade de informação, indicada pela ausência de pausa e pontuação, na fala e na escrita, respectivamente. Alguns autores como Burton-Roberts (1987), Lago (1991) e Rodriguez (1989) acabam por negar a existência desse tipo de aposição, por se tratar, segundo tais autores, de uma relação de atribuição, e não de correferência. Nogueira (1999), a partir da discussão de uma série de exemplos envolvendo reformulações em que não necessariamente há relação de correferência, comprova que esta não deve ser vista como condição necessária para a existência de aposição.

A identidade funcional também é ponto de discordância entre os estudiosos da aposição. Nogueira (1999) diz que a discussão sobre essa questão perpassa as noções de atribuição e de simetria da construção e propõe um tratamento, na sua pesquisa, da aposição

como processo de construção e não como função sintática, em vista da confusão conceitual entre atribuição como propriedade semântica e atribuição como construção endocêntrica e, no caso da simetria, da possibilidade ou não de supressão sem riscos de prejuízo de sentido. Para a autora, vislumbrar a aposição como processo de construção permite analisar como apositivas construções em que não há como se apontar uma função sintática para um dos elementos da construção apositiva ou para ambos, tal como é o caso de aposição entre orações adjacentes, em que uma fornece comentário, paráfrase ou correção do conteúdo da outra.

A identidade categorial, de acordo com a autora, critério também muito utilizado pelos gramáticos e linguistas, também não constitui condição necessária para o estabelecimento da aposição, visto que muitas estruturas ditas apositivas não apresentam tal identidade. Fixar-se apenas nesses critérios pode direcionar a um reducionismo exacerbado sobre as formas como a aposição se manifesta e seu funcionamento discursivo, restringindo tal conceito apenas àquelas construções denominadas prototípicas.

Sobre a prototipicidade, Nogueira (1999), diante da constatação da necessidade de se restringir as categorias para não se incorrer no erro de englobar todas as unidades do universo em uma única categoria, sob o critério de alguma similaridade entre elas, mesmo que tênue, aponta a necessidade de garantir uma fronteira para a aposição pela exigência de compartilhamento de pelo menos um atributo por seus membros como critério de consideração de uma construção como apositiva. Nessa perspectiva, a autora justifica que a abordagem por protótipo garante tanto a consideração de aposições que se coloquem no centro da categoria como mais apositivas, por compartilhar um maior número de características, como as menos apositivas, por compartilharem menos características com os membros do núcleo da categoria.

Nessa perspectiva de categorização cara ao Funcionalismo linguístico, Nogueira considera como traço compartilhado pela gama de possibilidades estruturais da aposição a sua natureza centrípeta. O caráter centrípeta da aposição é comumente apresentado como critério de definição, diferenciando-a da coordenação por esta exibir uma exterioridade sintática, visto que o segundo elemento acrescenta algo ao conteúdo do primeiro, enquanto a aposição fornece um segundo elemento como retomada do primeiro. De acordo com Nogueira (1999, p. 53), esse caráter centrípeta das construções apositivas encontra-se nas definições propostas por Halliday (1985) e Camara Jr. (1986) para aposição.

Nessa perspectiva, a questão não gira em torno da inclusão ou exclusão de um exemplar da categoria, mas em torno da extensão em que ele pode ser considerado membro de uma categoria. Assim, no caso da aposição, diferentes estruturas podem figurar como

apositivas a partir da similaridade com o protótipo categorial: quanto mais próximo do protótipo, mais central na categoria, quanto mais distante, mais periférico. Com base em Taylor (1992), a autora alerta, no entanto, que há duas dificuldades relativas à questão da avaliação da similaridade com o protótipo: a escalaridade gera dificuldades sobre o estabelecimento de quão diferentes podem ser os membros de uma categoria até que cesse a relação de similaridade deles com o protótipo; e a subjetividade inerente ao conceito também representa um problema à definição de limites relativos às características que permitem a inclusão de uma entidade na categoria.

As relações semânticas são, para Quirk *et al.* (1985), de natureza escalar, de modo que a equivalência entre as unidades da construção apositiva é condição necessária apenas para a aposição plena. Na escala das relações semânticas, essa equivalência está para as estruturas mais apositivas, enquanto a relação de inclusão (livre e assimétrica) está para as construções menos apositivas e, entre esses dois polos, está a relação de atribuição. Do mesmo modo, Meyer (1987) aponta outras relações além da correferencialidade para os elementos em aposição, algumas de natureza também referencial como parte/todo e referência catafórica, e outras não referenciais, como sinonímia, atribuição e hiponímia.

Na escala semântica, a correferencialidade e a sinonímia estão para as construções mais apositivas, a referência catafórica para as apositivas intermediárias (relação de natureza textual-semântica que Nogueira considera inadequada já que a referência catafórica é encontrada também observada nas apositivas de natureza estritamente correferencial), e as relações de atribuição, hiponímia e parte/todo, para as menos apositivas.

Nogueira (1999) redistribuiu as relações semânticas em uma tipologia que abarca a equivalência (correferência e sinonímia), a atribuição e a inclusão e considera as outras subclassificações (reformulação, exemplificação etc.) como funções textual-discursivas da aposição. Sobre a correferência, Nogueira (1999) apresenta a existência de correferência estrita e correferência na perspectiva do falante. No primeiro caso, a relação é reconhecida, inequivocamente, como no exemplo a seguir, apresentado pela autora:

(40) “Ainda não é chegada a minha hora”, disse Jesus nas bodas de Caná a *Maria, sua mãe.* (MALLO)

No segundo caso, assegura a autora, mesmo o primeiro item da aposição não sendo adequado para a designação do referente pretendido, assume-se a correferência com base no propósito do falante de referir-se à mesma realidade extralinguística, no geral, por meio de correção, chamado por Quirk *et al.* (1985) de *revisão* e por Meyer (1992) de *autocorreção*. É

o caso do exemplo a seguir, também apresentado pela autora:

- (41) Tal processo se verifica no curso da obra de todo grande artista, ou melhor, de todo artista autêntico, grande ou menor. (MH-LT)

Sobre a atribuição, a autora considera que ela está mais abaixo na escala semântica e, nesse caso, o que se tem é uma relação de predicação em que um dos elementos da aposição tem valor não referencial, atributivo, descritivo ou classificatório em relação ao outro termo da estrutura apositiva. No geral, trata-se de um sintagma nominal com artigo indefinido ou com determinante zero. A atribuição, no entanto, pode ser tanto sintagmática quanto oracional, em que um sintagma nominal tem como escopo uma oração, e a segunda unidade é denominada *aposto de oração*, objeto de análise desta pesquisa, também chamado de modificador resumitivo por Williams (1979). Eis um exemplo apresentado por Nogueira (1999):

- (42) Portanto, a importância e o tamanho do país em nada influenciam a precedência dada a seus representantes diplomáticos: *uma noção que não podemos esquecer*. (DIP – LT)

Sobre a inclusão, a autora afirma que ela pode ou não ser referencial. Quando não referencial, a segunda unidade é um hipônimo da primeira, e, quando referencial, não há correspondência exata entre os referentes das unidades em aposição, sendo a primeira unidade, no geral, indefinida e plural, e a segunda, definida e ocorrendo, tipicamente, em exemplificações e particularizações.

Com base no pressuposto funcionalista de que há uma relação motivada entre a instrumentalidade do uso da língua, o funcional, e a sistematicidade da estrutura da língua, Nogueira (1999) defende o princípio de que a aposição está relacionada à organização do discurso, prestando-se a funções textual-discursivas, entre outras, de referenciação e reformulação (NOGUEIRA, 1999, p.13).

Em Nogueira (1999), encontramos, ainda, uma caracterização da aposição não restritiva como um tipo particular de parêntese, que, por ter como foco a elaboração do tópico discursivo, seria um parêntese menos desviante, conforme tipologia proposta por Jubran (1999).

Corroborando o posicionamento da autora, é pressuposto desta pesquisa que a aposição se define, em linhas gerais, por sua natureza centrípeta. Desse modo, consideramos que construções que se coloquem como retomada de um segmento anterior podem ser admitidas como apositivas e assumimos, também, o princípio apontado por Halliday (2004)

de que a aposição se coloca como uma espécie de relação lógico-semântica de expansão por elaboração, visto que a elaboração ocorre quando:

...uma cláusula elabora o significado de outra, especificando-a ou descrevendo-a... A segunda cláusula não introduz um novo elemento na ‘cena’ mas provê alguma caracterização do que já está posto, reiniciando, clarificando, refinando ou adicionando um atributo descritivo ou comentário... (HALLIDAY, 2004, p. 396)⁴⁶

Colocada sob essa perspectiva, a aposição pode prever uma diversidade de possibilidades de realização, o que justifica a assunção de que ela pode ser vista pelo prisma da prototipia, cabendo aí os limites de realização das estruturas que encerram comentários de natureza mais abrangente do que a referência a um substantivo denominado *fundamental* e, ainda, outras relações semânticas como, por exemplo, as metalinguísticas, que se afastam daquelas chamadas prototípicas.

Nogueira (1999, p. 68) salienta que “...há, na aposição, uma construção prototípica que se caracteriza por apresentar uma relação mais simétrica entre os elementos apositivos.”, no entanto é possível reconhecer outras relações que não sejam necessariamente de identidade referencial. Pelo princípio da prototipia, é possível considerar que não só os casos em que há identidade referencial, entre outros aspectos, se configuram como ocorrências de construções apositivas, mas também que podem se encerrar no conceito de aposição outras relações, tradicionalmente, não entendidas como tal.

Assim, considerar o caráter centrípeto do aposto como ponto de convergência para categorizá-lo permite abrigar outras possibilidades de relações semânticas baseadas na ideia de que a categorização por prototipia sob o ponto de vista cognitivo, prevê o agrupamento de elementos que correspondem ao núcleo de uma categoria como elementos centrais, mas também prevê elementos que se afastam desse núcleo em função do não compartilhamento da totalidade das características dos elementos prototípicos como elementos periféricos.

Quanto à referência a outro substantivo ou pronome, é notório que a aposição encapsuladora, objeto desta pesquisa, não tem como escopo nenhuma dessas categorias, já que retoma toda estrutura oracional e incide sobre seu conteúdo.

A equivalência semântica com o termo a que se apõe, também apresentada como uma característica do aposto, não circunscreve a atuação desse elemento, pois consideramos que nem toda estrutura apositiva está em situação de equivalência com o que retoma, já que, de novo, muitas vezes traz informações não recuperáveis apenas pelo contexto ou cotexto.

⁴⁶... one clause elaborates on the meaning of another by further specifying or describing it. (...) The secondary clause does not introduce a new element into the picture but rather provides a further characterization of one that is already there, restating it, clarifying it, refining it, or adding a descriptive attribute or comment.

Nogueira assume com Quirk *et al* e Meyer que a relação pode também ser de atribuição, posição com a qual nos alinhamos.

Essas imprecisões sobre a caracterização do aposto também se refletem na terminologia adotada para a denominação das unidades em aposição. Araujo (2005) afirma que:

Também são questionáveis, numa ótica semântica e discursiva, as denominações “palavra principal” (Cunha & Cintra, 1985:151), “substantivo fundamental” (Lima, 1992: 256) e “núcleo nominal fundamental” (Bechara, 1999: 456) para designar o termo ao qual o aposto faz referência, tendo em vista que isso deixa implícita a conotação de que o aposto apresenta um valor menor, secundário, “acessório” no enunciado. (ARAUJO, 2005, p. 45)

Nesse contexto, são pertinentes os pontos apresentados por Moraes (2000, p. 249) no tocante às contradições em torno da natureza sintática e da natureza semântica do aposto. Segundo a autora,

Quanto à função sintática do aposto, nova contradição: se o aposto repete a do fundamental - uma vez que pode substituí-lo - como pode ao mesmo tempo especificá-lo ou explicá-lo, função de modificador que o colocaria em outro nível de construção?

E quanto à natureza semântica: pode dizer-se que há identidade de significado? É evidente a confusão: o ser designado pelo fundamental e pelo aposto pode ser um só e o mesmo na realidade extralingüística, mas a cada designação corresponde um referente diverso, que é o conceito designado. Frege (1974, p.32) faz a distinção entre o sentido e o significado de um signo (que traduzimos aqui, interpretando seu texto, por significado e referente, respectivamente).

Nesse sentido, é possível considerar estruturas apositivas que podem se comportar como um elemento periférico, atendendo a algumas características que as aproximam do elemento prototípico em sentido escalar, excluindo o princípio tradicional de que, para ser considerada apositiva, a construção precisa ser caracterizada pelas condições de identidade referencial, categorial e funcional em sua totalidade. Sua relação com outro elemento ou estrutura oracional não atribui necessariamente ao aposto papel secundário no texto em vista de sua funcionalidade estar para além de uma simples retomada com identidade referencial.

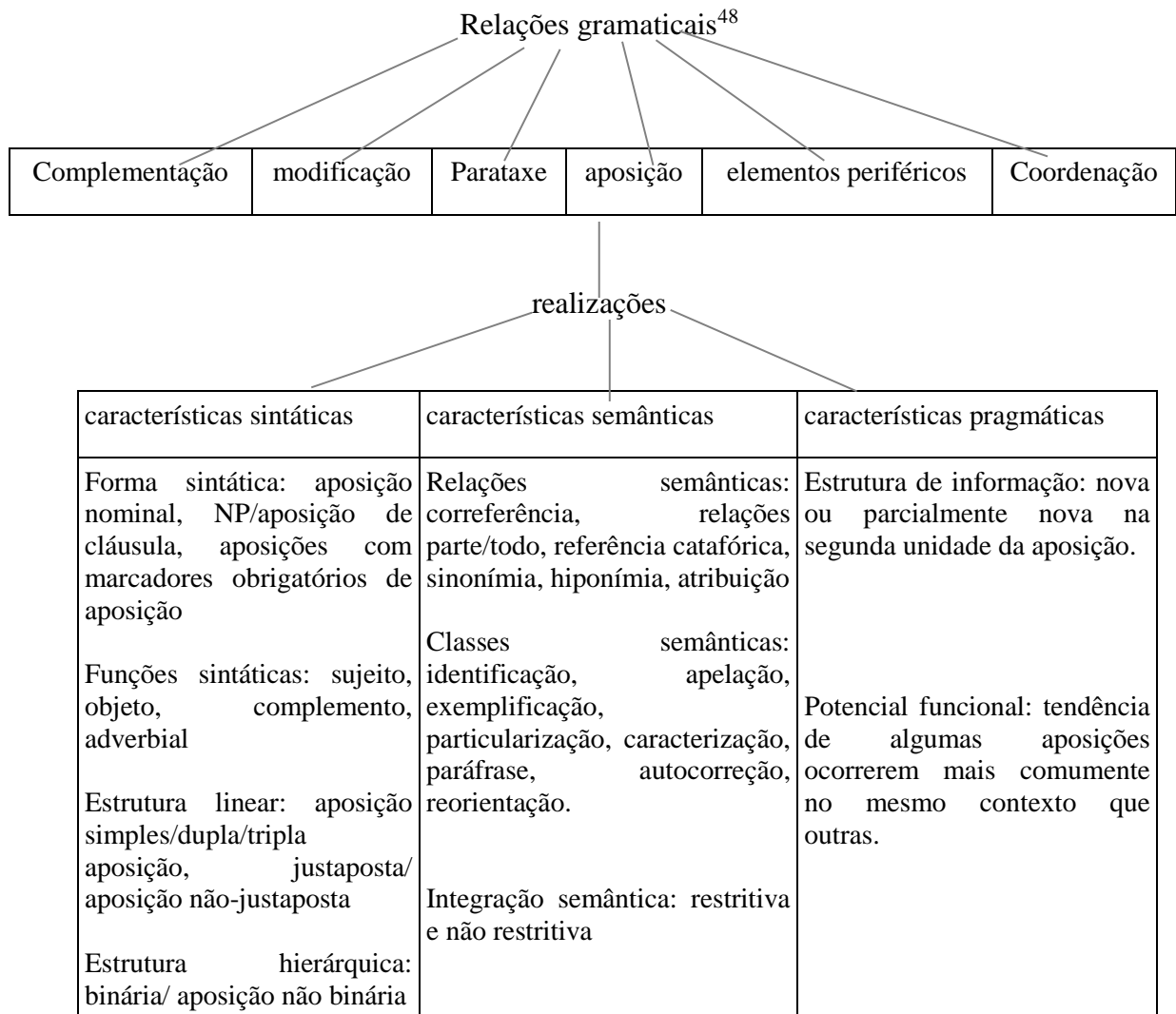
Meyer (1992), ao tratar da aposição, partindo das categorias de relações identificadas em Quirk *et al* (1985), salienta que a maioria das definições do fenômeno não conduzem uma discussão satisfatória sobre os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Para o autor,

A aposição, será demonstrado, é mais bem visualizada como uma relação gramatical que se coloca em oposição às relações tais como complementação ou modificação. A relação de aposição é realizada por construções tendo características sintáticas, semânticas e pragmáticas específicas, que definem a relação de aposição e a distinguem de outras relações gramaticais. (MEYER, 1992, p.5)⁴⁷

⁴⁷ Apposition, it will be demonstrated, is best viewed as grammatical relation that stands in opposition to relations such as complementation or modification. The relation of apposition is realized by constructions having

Desse modo, não se pode colocar a aposição como um tipo de justaposição ou coordenação ou subordinação. Suas características sintático-semânticas e pragmáticas apontam para a aposição como um fenômeno ao lado desses outros tipos de relação. Para se debruçar sobre ela, o autor apresenta o esquema a seguir, que resume as características da aposição.

Quadro 4: As características linguísticas de unidades em aposição



Fonte: Traduzido de Meyer (1992, p.6)

Meyer afirma a possibilidade de se distinguirem construções mais apositivas - aposições centrais - de construções menos apositivas - aposições periféricas. “A estrutura constituinte particular que nós então atribuímos a uma aposição dependerá da extensão em

specific syntactic, semantic, and pragmatic characteristics that both define the relation of apposition and distinguish it from other grammatical relations.

⁴⁸ Traduzido de Meyer (1992)

que as unidades de aposição são estruturalmente dependentes uma da outra.” (p. 41). Para tratar da questão, Meyer (1992) apresenta três modos, em consonância com Allerton (1979, p. 128), para caracterizar a dependência estrutural na aposição. Segundo Meyer,

Uma construção é exocêntrica se ambos os seus constituintes são obrigatórios; subordinativa se somente um de seus constituintes é obrigatório; e coordenativa se nenhum de seus constituintes é obrigatório. As aposições podem ser tanto coordenativas quanto subordinativas. Aquelas que são coordenativas serão consideradas aposições centrais. Aquelas que são subordinativas serão consideradas aposições periféricas, e nos graus entre aposição central e coordenação, elementos periféricos (...), modificações, e complementações. (p. 41)⁴⁹

Considerando essas formas de olhar para a aposição, três critérios podem ser colocados para se identificar a aposição central no que diz respeito a (in)dependência estrutural:

- A primeira unidade da aposição pode ser opcionalmente apagada.
- A segunda unidade da aposição pode ser opcionalmente apagada.
- As unidades da aposição são intercambiáveis.

O que diferencia a aposição central da aposição periférica, em linhas gerais, é o grau de (in)dependência sintática dos termos em aposição. Na aposição central, há a independência sintática entre os termos, enquanto na aposição periférica, há a dependência sintática em diferentes graus.

Para ilustrar essas relações, traduzimos de Meyer (1992, p.90) o quadro que mostra a gradação semântica da aposição, adaptado de Quirk *et al.* (1985: 1308):

⁴⁹ A construction is exocentric if both of its constituents are obligatory; subordinative if only one of its constituents is obligatory; and coordinative if none of its constituents are obligatory. Appositions can be either coordinative or subordinative. Those that are coordinative will be considered central appositions. Those that are subordinative will be considered peripheral appositions and on gradients between central apposition and coordination, peripheral elements (...), modification, and complementation.

Quadro 5: Gradiência semântica da aposição

Mais apositiva	Relação de congruência de 'identidade' Correferência Sinonímia Relação de congruência de 'semi-identidade'
Menos Apositiva	Referência catafórica Atribuição Hiperonímia Relação parte/todo

Fonte: Traduzido de Meyer (1992, p. 90)

Notamos que, na leitura de cima para baixo do quadro, as estruturas mais apositivas são aquelas em que há relação de identidade, as medialmente apositivas são as que têm referência catafórica para a segunda unidade, e as menos apositivas são as que apresentam relação parcial entre o primeiro e o segundo termo da aposição, tais como a atribuição, hiperonímia e a relação parte/todo.

Ligadas a essas peculiaridades sintáticas, Meyer (1992) apresenta as classes semânticas da aposição. Para o autor, as classes semânticas colocam-se num *continuum* que vai de classes mais específicas como identificação, denominação, particularização e exemplificação; para as menos específicas como a caracterização, tendo ainda um nível de especificidade em relação de igualdade como a paráfrase, a reorientação e a autocorreção.

Resumidamente, essas classes podem ser apresentadas como segue:

Quadro 6: Classes semânticas da aposição

Identificação	Em aposições dentro da classe de identificação, a primeira unidade é um sintagma nominal com capacidade referencial que é seguido por um sintagma nominal, cláusula, ou frase que "identifica" o referente da primeira unidade.	O mais importante de tudo, esta descrição da configuração linguística da metáfora traz à tona a verdade do que alguns escritores sobre metáfora têm-se esforçado para apontar: isto é, que, com uma metáfora pode fazer uma declaração complexa sem complicar a construção gramatical da frase que carrega a declaração. ⁵⁰
Denominação	A classe semântica da denominação é semelhante à classe semântica da identificação, exceto que, em aposições dentro da classe de denominação, a segunda unidade nomeia em vez de identificar a primeira unidade.	O Secretário do Trabalho Arthur Goldberg vai falar domingo à noite no templo maçônico em um jantar de US \$ 25-a-plate homenageando Sen. Watne L. Morse, D-Ore (Brown AIO 940-50) ⁵¹
Particularização	Em aposições dentro da classe de particularização, a segunda unidade da aposição focaliza ou a referência ou significado da primeira unidade.	Ele tinha conhecido mulheres assim, uma mulher em particular. ⁵²
Exemplificação	Aposições dentro da classe de exemplificação são como aqueles dentro da classe de particularização, exceto que, na classe de exemplificação, a segunda unidade fornece um "exemplo" da primeira unidade.	Um clínico geral, bem, usa drogas. Quero dizer que é o seu principal, você sabe, ele não corta. Ele usa drogas e ele vai tratar, ele vai tratar doenças tais como, inicialmente, uma úlcera duodenal. ⁵³
Caracterização	Segundo Meyer (1992), somente essa classe semântica contém a segunda unidade menos específica que a primeira. Aposições dessa classe consistem de uma segunda unidade que é um sintagma nominal que prover características gerais da primeira unidade.	Em maio, pouco antes das eleições municipais, Conselheiro Donald Finney, [que é] um Conservador, alegou que Spon Lane foi um centro de vício. ⁵⁴

⁵⁰ Most important of all, this description of the linguistic configuration of metaphor brings out the truth of what some writers on metaphor have been at pains to point out: that is, that with a metaphor one can make a complex statement without complicating the grammatical construction of the sentence that carries the statement. (SEU w.9.4.5. 56-2, 56-3)

⁵¹ Secretary of Labor Arthur Goldberg will speak Sunday night at the Massonic Temple at a \$25-a-plate dinner honoring Sen. Watne L. Morse, D-Ore (Brown AIO 940-50)

⁵² He had known women like that, one woman in particular. (Brown NO5 I020)

⁵³ A general physician, well, uses drugs. I mean that's his main, you know, he doesn't cut. He uses drugs and he'll treat, he'll treat diseases such as initially a duodenal ulcer. (LLC s.2.9 650-5)

⁵⁴ In May, shortly before the municipal elections, Councillor Donald Finney, [who is] a Conservative, alleged that Spon Lane was a centre of vice. (SEU w.12.1-6)

Paráfrase	Aposições da classe de paráfrase consistem de uma segunda unidade que “parafrasea” o sentido da primeira unidade, estabelecendo uma relação de sinonímia.	Por esta razão, gostaria de sugerir que o meu leitor deve entrar em um acordo comigo que vamos falar, quando queremos referir a semelhança (isto é, o que faz a conexão plausível), de 'link' entre os dois membros de uma relação metafórica. (W.9.54-1 SEU) ⁵⁵
Reorientação	Embora semelhante à paráfrase, a aposição da classe de reorientação reorienta a sua referência, fornecendo uma maneira diferente de ver a primeira unidade.	As características individuais, [ou seja] o ataque indivíduo [do livro], é realmente através de um tipo de estética de Piggott, que está praticamente roubada direto da tese. (LLC s.3.6 478-83) ⁵⁶
Autocorreção	a segunda unidade corrige um erro “cometido” na primeira unidade.	Eu acho que eles, eles, eles têm transcrições são o que Bishop tem. (LLC s.1.9 376-9) ⁵⁷

Fonte: Traduzido de Meyer⁵⁸(1992)

Assim como sintaticamente se tem gradiência, semanticamente a aposição também gradua. A graduação vai então de equivalência, caracterizando as estruturas mais apositivas, para a relação solta ou desigual, caracterizando as menos apositivas. Esses subtipos de relações semânticas em Quirk et al e Meyer são considerados, em Nogueira (1999), como funções textual-discursivas. Ou seja, à relação semântica de equivalência, está associada a função textual-discursiva de reformulação; à relação semântica de inclusão, as funções textual-discursivas de exemplificação, particularização, generalização. Em Nogueira (2011), esse quadro é reformulado com a compreensão de que a relação de inclusão é, na verdade, uma relação de equivalência parcial, ficando as relações textual-semânticas restritas a duas: equivalência (total e parcial) e atribuição.

Conjuntamente com os aspectos semânticos e sintáticos, a aposição tem características pragmáticas que conduzem sua orientação no texto. “Tematicamente, a aposição é a relação em que a segunda unidade da aposição total ou parcialmente fornece novas informações sobre a primeira unidade (...), a nova informação que pode ser opcionalmente introduzida por um marcador de aposição ...”⁵⁹ (MEYER, 1992, p. 93)

⁵⁵ For this reason I would suggest that my reader should enter into an agreement with me that we shall speak, when we want to refer to resemblance (i. e. to what makes the connection plausible), of 'the link' between the two members of a metaphorical relationship. (SEU w.9.54-1)

⁵⁶ The individual features, [that is to say] the individual attack [of the book], is really through a kind of aesthetics of Piggott which is pretty much stolen straight from the thesis. (LLC s.3.6 478-83)

⁵⁷ I think they, they, they have transcripts are what the Bishop has. (LLC s.1.9 376-9)

⁵⁸ estas classes já estavam previstas em Quirk et al (1985)

⁵⁹ Thematically, apposition is a relation in which the second unit of the apposition either wholly or partially provides new information about the first unit (...), new information that can be optionally introduced by a marker of apposition.

Esse aspecto leva-nos a acreditar que a aposição, ao inserir informações novas ou parcialmente novas, contribui significativamente para o fluxo do discurso, como bem atesta Halliday ao afirmar que a relação é de natureza expansiva, isto é, a elaboração é um tipo de relação de expansão. A coordenação é também uma expansão, mas por extensão (HALLIDAY; HASAN, 1976). Assim, fatores comunicativos definem que tipo de informação o aposto veicula no texto, considerando ainda o princípio do dinamismo comunicativo.⁶⁰

Sobre a diversidade formal das estruturas apositivas, Nogueira (1999, p. 14) acrescenta que:

...está associada às diferentes relações textual-semânticas mantidas entre os elementos em aposição, e estas, por sua vez, se relacionam com o que é apontado como suas funções textual-discursivas. Além disso, algumas formas, relações textual-semânticas e textual-discursivas parecem ser mais frequentes em determinados gêneros discursivos, em virtude de seus objetivos sociais. (NOGUEIRA, 1999, p. 14).

Assim o conceito de aposição que adoto aqui está embasado em trabalhos feitos acerca desse fenômeno no português e, muito especificamente, no conceito assumido por Nogueira (1999), transcrito a seguir:

Assumimos que, a par da diversidade formal e da multiplicidade funcional das estruturas ditas apositivas, há, em todas elas, um traço comum: a natureza centrípeta, já que os elementos apositivos giram em torno de um único centro (Câmara Jr.: 1986), ou, nos termos de Halliday (1985), a relação lógico-semântica de expansão por elaboração, com que um segmento retoma outro para especificá-lo, esclarecê-lo de algum modo. (NOGUEIRA: sd. p. 1-2)

Considerando essa abordagem, optamos por investigar um tipo particular de aposição não restritiva: a aposição encapsuladora, denominada na tradição gramatical de *aposto de oração*. Esse tipo de estrutura ainda é pouco explorada e torna-se relevante descrever uma estrutura dessa natureza como uma possibilidade estrutural para o assinalamento de posicionamentos do sujeito diante da interpretação do que se fala/escreve, direcionando os efeitos de sentido de acordo com as necessidades comunicativas.

3.3 Aposição não restritiva

A aposição pode ser de caráter restritivo ou não restritivo. Para Meyer (1992, p.82),

⁶⁰ O Dinamismo Comunicativo, desenvolvido no contexto funcionalista da Escola de Praga e de autoria de Firbas (1964), é baseado no princípio de que a distribuição das unidades em uma oração é feita de acordo com uma escala de dinamismo comunicativo que prevê o balanceamento entre informação velha e nova. Para Firbas, a organização linear da oração reflete a ordem dos fenômenos extralinguísticos. Assim, na estrutura tripartida tema-transição-núcleo, defendida por ele, temos uma escala ascendente de grau de informatividade, de modo que o tema apresenta o menor grau de informatividade enquanto o rema apresenta o maior grau de informatividade.

“Se uma aposição recebe uma interpretação restritiva ou não restritiva depende crucialmente da forma sintática da aposição e se a primeira unidade da aposição é um sintagma nominal capaz de tomar uma unidade restritiva ou não restritiva na segunda unidade.”

Nogueira (1999) esclarece que a aposição restritiva é reconhecida como uma estrutura de núcleo-modificador por muitos autores, tais como Rodriguez (1989), Burton-Roberts (1987), enquanto a aposição não restritiva é caracterizada pela possibilidade de omissão de uma das unidades sem afetar a aceitabilidade da oração. Para esses autores, a primeira teria estatuto de subordinação, enquanto a segunda seria desprovida de estatuto gramatical.

No que diz respeito à aposição não restritiva, Nogueira argumenta que ela tem seu próprio valor de verdade e se constitui como ato de fala independente daquele da proposição básica a que está ligada. Para demonstrar isso, pontua que, em geral, o emprego da aposição reflete o desejo de apresentar o referente sob mais de uma perspectiva, o conteúdo explicitado pela construção apositiva mantém seu próprio valor de verdade, mesmo que se negue a proposição básica da oração a que está ligada, sendo por isso semelhante aos parentéticos, que têm sua própria força ilocucionária, que, em geral, é a de asseverar, nem sempre correspondente à força ilocucionária da oração a que se liga, como demonstrado no exemplo a seguir apresentado em Nogueira (1999):

(43) Machado de Assis, autor do romance D. Casmurro, foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras?

Nesse exemplo, a proposição básica tem valor ilocucional de uma interrogativa, enquanto o valor ilocucional da aposição é declarativo, não sofrendo, portanto, modificação no seu valor de verdade, ou seja, o fato de questionarmos se Machado de Assis foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras não torna questionável o fato de ele ser autor do romance D. Casmurro, o que ratifica a afirmação de Nogueira de que a aposição não restritiva se constitui como ato de fala independente.

Hannay e Keizer (2005) assumem esse mesmo posicionamento de que as aposições não restritivas podem ser vistas de maneira mais adequada como unidades discursivas comunicativamente autônomas. É essa peculiaridade que justifica sua autonomia fonética, explicitada pela pausa ou sinal de pontuação.

Sobre a aposição não restritiva, Nogueira (1999) apresenta diferentes funções nos planos textual, cognitivo e argumentativo-attitudinal que podem ser exercidas por esse tipo de aposição, embora não sejam excludentes no uso efetivo. No plano textual, a aposição teria papel importante entre os mecanismos de progressão referencial. No plano cognitivo, serviria,

por exemplo, ao favorecimento da identificação de referentes, e, no plano argumentativo-attitudinal, cumpriria a função de avaliação.

No plano textual, as estratégias de referenciação, segundo Nogueira (1999), assentam-se, principalmente, nas distinções entre definitude/indefinitude e especificidade/genericidade. Assim, nos casos de referenciação catafórica, o primeiro elemento apositivo é, tipicamente, um sintagma nominal indefinido ou uma proforma, e o segundo, um sintagma nominal mais específico, assemelhando-se a um tipo de anáfora descrita por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), em que o objeto de discurso ainda não foi categorizado.

De acordo com Nogueira (1999), nas construções apositivas que envolvem esse tipo de referenciação, as nominalizações resumitivas de conteúdo de oração ou trecho maior de texto são muito comuns e são similares às estratégias de rotulação descritas por Francis (1994), tais como as rotulações por nome genérico (coisa, fato, aspecto etc), nomes de caráter metalinguístico ou metadiscursivo (nomes ilocucionários, relativos a atos de fala), nomes relativos a atividades de usos linguageiros ou resultantes delas (relato, esclarecimento, explicação, descrição etc.), nomes relacionados a processos cognitivos ou deles resultantes (análise, avaliação, suposição etc) e nomes de caráter metalinguístico relativos a aspectos formais (palavra, sentença, frase, seção etc).

Uma outra função atribuída por Nogueira (1999) à aposição não restritiva é a de reformulação textual, em que a segunda unidade reformula o conteúdo ou uma expressão linguística da primeira unidade na tentativa de garantir a compreensão satisfatória por parte do ouvinte daquilo que foi formulado. Essa reformulação pode ocorrer por paráfrase, equivalência semântica, ou por correção, contraste semântico. Além desses, Nogueira sugere um tipo de reformulação em que a equivalência não seja semântica, mas referencial, para a análise das construções apositivas. A reformulação diferencia-se da referenciação catafórica, de acordo com a autora, pelo objetivo de retomar o que foi formulado, utilizando outras palavras, enquanto na referenciação catafórica, o primeiro elemento, genérico, é especificado pelo segundo; na reformulação, o segundo elemento pode ser usado como definições ou redenominações.

No caso da correção, a aposição não restritiva operaria uma autocorreção, ajustando a referência totalmente, negando o elemento anterior e estabelecendo outro, ou parcialmente, em que o elemento é apenas ampliado ou restringido. Nos casos de correção parcial, tem-se o apoio de expressões do tipo “*ou melhor*”, “*quer dizer*”.

No âmbito cognitivo, a aposição não restritiva serve à instauração de referentes no discurso de modos distintos. No caso da referenciação catafórica, a primeira unidade da

aposição instaura um referente que só será especificado na segunda unidade. Nas construções apositivas anafóricas, o referente é apresentado numa outra perspectivação a partir de redenominações ou da predicação de atributos com o intuito de evocar conhecimentos partilhados que contribuam para a identificação do referente.

Sobre a função argumentativo-attitudinal de avaliação da aposição não restritiva, Nogueira (1999) afirma que ela se torna evidente em construções em que o referente é apresentado com algum direcionamento de orientação avaliativa a partir de escolhas lexicais que revelem opiniões, crenças ou atitudes de quem constrói o texto.

Nogueira (1999) apresenta uma proposta de reformulação do quadro de relações textual-semânticas e funções textual-discursivas da aposição não restritiva, dando uma contribuição crucial no que diz respeito à distinção entre relação semântica (equivalência, atribuição e inclusão) e função textual-discursiva (ou retórica) de exemplificar, generalizar, particularizar, parafrasear etc. O quadro a seguir apresenta a proposta de Nogueira (1999):

Quadro 7: Relações textual-semânticas e funções textual-discursivas das aposições não-restritivas

RELAÇÃO SEMÂNTICA	TEXTUAL-	FUNÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA
Equivalência	Correferência	Identificação (Especificidade: $A < B$)
		Reformulação referencial Paráfrase referencial/ Correção (Especificidade: $A = B$)
	Sinonímia	Reformulação metalinguística ou metadiscursiva Paráfrase linguística /Correção (Especificidade: $A = B$)
Atribuição		Avaliação (Especificidade: $A > B$)
Inclusão		Exemplificação (Especificidade: $A < B$)
		Particularização (Especificidade: $A < B$)
		Generalização (Especificidade: $A > B$)

Fonte: (NOGUEIRA, 1999)

A tese de Nogueira (1999), ao dar um tratamento que vai além da descrição sintática a estas estruturas, colocando-as no campo dos estudos que abrangem a relação gramática-texto-discurso, traz grandes contribuições para a interpretação desse fenômeno, pois aponta para os aspectos funcionalmente motivados na construção dos sentidos do texto.

Em Nogueira (1999), um tipo de construção apositiva não restritiva foi,

especificamente, caracterizado pelo cruzamento da relação textual-semântica de atribuição e a função textual-discursiva de avaliação (da primeira para a segunda unidade). Esse tipo de aposição não restritiva é o tradicionalmente identificado como *aposto de oração*. Nossa pesquisa vai investigar um conjunto maior de ocorrências desse tipo de construção apositiva e poderá apontar outro tipo de relação semântica e função textual-discursiva, descrevê-las e analisá-las, detalhando propriedades.

3.4 A aposição na GDF

Em uma primeira tentativa, no âmbito da GDF, de classificação das apositivas não restritivas, Hannay e Keizer (2005, p. 165) asseveram que as intenções do falante têm efeito significativo sobre a semântica do elemento apositivo de cada construção e assumem as seguintes premissas:

1. Elementos apositivos podem ser referenciais ou não referenciais; quando o elemento da apositiva é referencial, seu referente será idêntico ao referente da matriz;
2. A omissão ou do primeiro ou do segundo elemento vai sempre afetar a expressão resultante sintática ou semanticamente; a omissão de qualquer elemento tem sempre um efeito sobre a interpretação e/ou coerência da construção resultante dentro do discurso.
3. As aposições serão analisadas como unidades discursivas independentes.⁶¹

Sobre essa terceira premissa, os autores acreditam que o fato de poder receber seus próprios modificadores no nível da predicação, a possibilidade de justaposição de advérbios que modificam a proposição e a Ilocução assim como marcadores discursivos e a contribuição das apositivas se dar no nível do discurso são argumentos suficientes para que a unidade apositiva receba estatuto de unidade discursiva.

Em uma aproximação entre aposição e as construções copulares, Hannay e Keizer (2005) consideram três funções discursivas importantes para a classificação das aposições com base na descrição das construções copulares especificativas, descrecionalmente identificativas e predicativas: identificação, justificativa e rotulação.

A identificação se refere à classe de construções de cópula identificativas, reunindo as

⁶¹ 1. Appositional elements can be either referential or non-referential (property-assigning); when the appositive element is referential its referent will be identical to that of the host.
 2. Omission of either host or apposition will always affect the resulting expression. In some cases, the resulting expression will be syntactically or semantically unacceptable; omission of either element will, however, always have an effect on the interpretation and/or coherence of the resulting construction within the particular discourse.
 3. Appositions will be analysed as independent discourse units; i.e. not as part of the matrix clause, though obviously linked to some element in the matrix clause. In other words, appositional elements will be seen as holophrases, being non-sentential in form, but making a full and complete contribution to the discourse (cf. Mackenzie 1998, Hengeveld forthc.).

categorias semanticamente baseadas nas relações de equivalência e inclusão, da classificação de Quirk et al. (1985). A justificativa se encontra na classe de construção de cópula atributiva. A rotulação seria uma categoria nova não reconhecida, conforme os autores, como tal em outras tipologias, embora esteja prevista como relação semântica de equivalência em Quirk *et al* (1985) e Meyer (1992).

O primeiro grupo abordado pelos autores é o de identificação de referência cuja função geral é permitir que o ouvinte identifique o referente de um sintagma da sentença em que a aposição se abriga, e pode ser efetivada por meio de especificação, descrição ou reformulação, respectivamente, exemplificados a seguir:

(44) O restante do investimento vai continuar subsidiando edifício comercial em quatro áreas específicas - *a Thames Gateway, Ashford, Milton Keynes e as Midlands sul, e o corredor Londres-Stansted-Cambridge*. (Ombro a ombro na despesa penhor, *The Guardian*, 12 de Julho de 2004)⁶²

(45) e então eu tive que uh bem Elizabeth, *minha prima*, eh telefonou para alguém que é bom com os carros <ICE-GB: S1a-038 # 67: 1: C>⁶³

(46) E o próprio Saddam Hussein em um comunicado confirmou que não haveria negociações e que o Iraque está embarcando em um *jihad, uma guerra santa* <ICE-GB: S2B-010 # 131: 1: A>⁶⁴

No primeiro caso, exemplo (44), o falante especifica o sintagma ‘quatro áreas específicas’ a partir dos nomes que indicam essas áreas ‘*Thames Gateway, Ashford, Milton Keynes e as Midlands sul, e o corredor Londres-Stansted-Cambridge*’. No segundo caso, exemplo (45), o falante apresenta uma descrição – ‘*minha prima*’ – ao referente ‘*Elizabeth*’ e, no terceiro caso, exemplo (46), encontramos a reformulação do termo ‘*jihad*’ a partir da expressão ‘*uma guerra santa.*’

De acordo com os autores, quando a segunda unidade da aposição tem a função de especificação, normalmente é realizada por um nome próprio, enquanto a primeira unidade apositiva consiste de uma descrição definida ou indefinida que funciona para indicar o papel ou a relevância do referente para o discurso, caso do exemplo (44). Como a descrição não necessariamente permite ao ouvinte identificar o referente, a aposição tem por função

⁶² The rest of the investment will go on subsidising commercial building in four specific areas – *the Thames Gateway, Ashford, Milton Keynes and the South Midlands, and the London-Stansted-Cambridge corridor*. (Shoulder to shoulder on spending pledge, *The Guardian*, 12 July 2004). (Hannay; Keizer, 2005, p. 170)

⁶³ And so I had to uh well Elizabeth *my cousin* eh phoned someone who is good with cars <ICE-GB: S1a-038 # 67: 1: C> (Ibidem, 171)

⁶⁴ And Saddam Hussein himself in a statement confirmed that there would be no negotiations and that Iraq is embarking on a *jihad a holy war* <ICE-GB: S2B-010 # 131: 1: A> (Ibidem, 173)

assegurar que o ouvinte possa recuperar o referente da descrição como uma entidade já conhecida. Nesse caso, a aposição implica uma relação entre dois Subatos Referenciais já que o Falante usa duas expressões para um único referente.

Quando a aposição tem função descritiva, a segunda unidade da aposição é uma descrição definida ou indefinida, e o termo “anfitrião” pode ter qualquer forma. Mais especificamente, temos aqui uma tentativa de identificar o referente, normalmente manifestado por um nome próprio, por meio de uma descrição relativa a esse referente, ou seja, trata-se do inverso da especificação, oferecendo informação de fundo quando o ouvinte sabe que há alguém ou algo a quem se dirige o nome próprio, mas não sabe nada sobre ele, caso do exemplo (45). Nesses casos, enquanto o primeiro elemento é tipicamente referencial, a segunda unidade da aposição tanto pode ser referencial quanto não referencial. Quando a segunda unidade é referencial, a identificação do referente é feita pela sucessão de dois subatos referenciais. Quando a aposição é não referencial, atribui uma propriedade entendida como propriedade do elemento da primeira unidade apositiva.

Quando a aposição tem função reformulativa, ela simplifica a identificação do referente da primeira unidade por meio de uma expressão alternativa mais familiar ou mais comum. Nesses casos, a primeira unidade pode ser uma descrição definida, quando o referente é tomado como disponível para o ouvinte, ou indefinida, quando o conceito denotado é apenas familiar. No primeiro caso, a aposição serve como ajuda extra para a localização do referente, enquanto, no segundo, a aposição possibilita ao ouvinte estabelecer o que um termo significa e pode ser realizada tanto por uma descrição definida quanto por uma indefinida, ou simplesmente por um nome, caso do exemplo (46).

O segundo grupo de aposição abordado pelos autores diz respeito à função de justificativa. As construções desse grupo envolvem a atribuição de uma propriedade para o referente dado na primeira unidade da aposição, com o objetivo de fornecer informações consideradas relevantes pelo falante em um determinado momento de fala ou em momento posterior. Em linhas gerais, serve para justificar ou motivar uma característica específica do ato discursivo, como a menção a um referente particular ou a presença do referente em cena.

Esse tipo de aposição, diferentemente da aposição identificativa, que é orientada para a referência, é orientada para o discurso, servindo para indicar a relevância de um aspecto particular do ato discursivo no contexto e podendo estar relacionada com diferentes níveis do conteúdo da cláusula.

Os autores subdividem esse grupo em seis funções. A primeira delas é a Justificativa de ato de fala, quando a aposição dá informações adicionais sobre o referente da primeira

unidade com vistas a esclarecer a relevância da cláusula matriz no que diz respeito ao discurso como um todo, conforme o exemplo a seguir:

- (47) Ele, *chefe do partido que deveria liderar o proletariado*, estava negligenciando os interesses da classe trabalhadora <ICE-GB: S2B-040 # 72: 2: A>⁶⁵

A segunda função desse grupo é a Motivação de proposição, quando a oposição é usada para explicar por que o Falante pensa que algo é verdadeiro, falso, provável, etc ou a prova da verdade da declaração veiculada na sentença matriz:

- (48) considero John, *um jovem inteligente e ambicioso*, ser o candidato ideal.⁶⁶

A terceira é a Motivação de estados-de-coisas, quando a oposição é usada para explicar por que o estado-de-coisas expresso na predicação matriz se mantém:

- (49) Ele parece já ter alcançado suas duas ambições imediatas. *Derrubar o Sr. VP Singh o homem responsável por sua derrota eleitoral humilhante há onze meses e dividir o Janata Dal* <ICE-GB: S2B-007 # 55: 1: I> - <ICE-GB: S2B-007 # 56: 1: I>⁶⁷

A quarta é a Justificativa da referência, quando a oposição justifica por que o Falante está se referindo a uma pessoa/coisa particular naquele momento:

- (50) Joep Lange, *presidente da Sociedade Internacional da Aids com sede na Suécia*, que organiza a conferência, disse que tinha sido forçado a retirar artigos que haviam sido aceitos para sessões de conferência após os autores cientistas norte-americanos terem permissão para vir recusada. (Anger at US ban in Aids scientists, *The Guardian*, 12 de Julho de 2004)⁶⁸

A quinta é a Justificativa da propriedade, quando a oposição justifica a atribuição de uma propriedade para o referente da primeira unidade:

- (51) Primavera e Verão, embora percam as salas de concertos habituais, trazem os bailes estudantis e, lamentavelmente, a fila idiota de banhistas, *juventude arrogante tediosa cantando bobagens em uníssono para seu próprio prazer e paciência de seus velhos*.⁶⁹

⁶⁵ He head of the party that should be leading the proletariat was neglecting the interests of the working class <ICE-GB: S2B-040 # 72: 2: A> (Ibidem, 174)

⁶⁶ I consider John, *na inteligente and ambitious young man*, to be the ideal candidate. (Ibidem, 174)

⁶⁷ He appears to have already achieved his two immediate ambitions. To bring down Mr V P Singh *the man responsible for his humiliating electoral defeat eleven months ago* and to split the Janata Dal <ICE-GB:S2B-007 #55:1:I>-<ICE-GB:S2B-007 #56:1:I> (Ibidem, 174)

⁶⁸ Joep Lange, *president of the Sweden-based International Aids Society*, which organises the conference, said it had been forced to retract papers that had been accepted for conference sessions after the US scientist authors had been refused permission to come. (Anger at US ban in Aids scientists, *The Guardian*, 12 July 2004) (Ibidem, 175)

⁶⁹ Spring and summer, though they lose the customary concert halls, brings on the proms and regrettably the idiot front row of the promenaders, *self-important tedious youth chanting tosh in unison to its own delight and the gritted tolerance of its elders*. (Ibidem, 175)

A última função apresentada pelos autores para esse grupo é a Atribuição, quando a aposição serve para atribuir uma propriedade não relevante no discurso imediato para o referente da primeira unidade:

- (52) Maradona Júnior vai chegar ao Ewood Park esta semana para um teste na frente do gerente Graeme Souness do Rovers tendo em vista a mudança de seu clube italiano Napoli.

[...]

O adolescente, *um produto de uma aventura de Maradona com a italiana Cristiana Sinagra*, devia pousar na Inglaterra ontem, mas a viagem foi adiada depois que ele sofreu uma lesão no treinamento. (Diego Maradona signs for Blackburn, *The Mirror*, 12 de Julho de 2004)⁷⁰

O terceiro grupo diz respeito à função de Rotulação, que envolve a introdução de um nome ou descrição adequada que se aplica ao referente da primeira unidade, mas é considerado novo para o ouvinte, em uma tentativa de alargar o conhecimento sobre esse referente pelo ouvinte.

Esse tipo de aposição é, de acordo com os autores, claramente não referencial, mesmo quando se apresenta por meio de um nome próprio. Pode se configurar como introdução de nome próprio ou como introdução de descrição alternativa.

- (53) Mas a mãe do Sr. Hobson e sua ex-esposa, *Kay*, tinham pedido a ele para se entregar. (Hunt termina para a maioria homem procurado, *The Guardian*, 26 de julho de 2004)⁷¹

- (54) As unidades de som da língua, *tecnicamente fonemas*, são geralmente cercados por linhas oblíquas: /p/ (Quirk *et al.* 1985: 1311)⁷²

No primeiro caso, embora o falante possa ter várias razões para querer introduzir o nome próprio, o mais óbvio é a introdução de um novo rótulo para ser usado como referência futura. No segundo, a aposição pode ser usada para introduzir um novo predicado para o discurso - novo, pelo menos, em relação à expressão referencial da primeira unidade.

Mesmo essa classificação se restringindo às aposições nominais, ela nos traz esclarecimentos sobre as funções exercidas por estruturas de aposição não restritivas e, embora não trate especificamente da estrutura que é objeto desta tese, pode nos ser útil quanto

⁷⁰ Maradona Junior will arrive at Ewood Park this week for a trial in front of Rovers manager Graeme Souness with a view to switching from his Italian Club Napoli.

[...]

The teenager, *a product of Maradona's fling with Italian Cristiana Sinagra*, was due to land in England yesterday but his trip was delayed after he picked up an injury in training. (Diego Maradona signs for Blackburn, *The Mirror*, 12 July 2004) (Ibidem, 176)

⁷¹ But Mr Hobson's mother and his ex-wife, *kay*, had pleaded with him to give himself up (Hunt ends for most wanted man, *The Guardian*, 26 July 2004) (Ibidem, 178)

⁷² Sound units of language, *technically*, are usually surrounded by slant line: /p/ (Quirk *et al.* 1985: 1311) (Ibidem, 178)

às funções das aposições no momento da descrição da aposição encapsuladora nos termos da GDF.

Ao tratar da classificação da aposição em aposição nominal e não nominal, Meyer (1992) enuncia que

A aposição não nominal inclui construções em que nenhuma das unidades é um sintagma nominal ou cláusula nominal ou construções em que uma unidade é um sintagma nominal e a outra um sintagma adjetival. [em sua pesquisa] Embora a aposição não nominal de sentenças tenha sido muito comum, as aposições não nominais de sintagmas, orações, e classes de forma diferente foram relativamente incomuns. (p. 30)⁷³

Essa noção de aposição não nominal descreve o modo como se realiza o *aposto de oração*, embora não esteja aí enunciado. Essa é apenas uma das peculiaridades que faz com que se possa conjugar o chamado aposto de oração à noção de aposição em que a relação não se dá entre núcleos nominais, mas sim entre uma estrutura oracional e uma expressão apositiva, que pode se manifestar como termo, sintagma ou ainda oração.

Juntemos a esse argumento o fato de que é possível considerar, com Meyer (1992), Quirk et al. (1985) e Nogueira (1999), a existência de aposições central e periférica, cabendo, nessa última, o tipo de construção identificado no tradicionalmente conhecido como *aposto de oração*. Isso se justifica porque é possível que, na relação entre oração e seu aposto, os critérios apontados por Meyer para a identificação da aposição em termos de (in)dependência sintática não estejam satisfeitos, já que nenhum dos elementos pode ser apagado e tampouco os termos que compõem a aposição podem ser intercambiáveis.

Nesse caso, ao considerar que esse tipo de aposto está no grupo de aposições periféricas, concebemos a dependência não apenas estrutural entre seus termos, mas também semântica e pragmática. Mais particularmente, o grau de perifericidade dessas estruturas existe porque se colocam como estruturas que estão numa indeterminação de fronteira entre a aposição e outras relações.

Como dissemos, em Nogueira (1999, p.41), “...a palavra aposição é designativa de um tipo de processo de construção e não de uma função sintática.”. Nesses termos, podemos incluir nesse fenômeno construções para as quais não se pode afirmar uma função sintática para um ou ambos os elementos da estrutura. Nogueira (1999, p.84) analisa o seguinte exemplo cujo termo fundamental é discursivamente construído:

⁷³ Non-nominal apposition includes constructions in which neither of the units is a noun phrase or nominal clause or constructions in which one unit is a noun phrase and the other an adjective phrase. Although non-nominal apposition of sentences was quite common (...), non-nominal apposition of phrase, clause, and different form classes was relatively uncommon.

(55) A bibliografia não é exaustiva, o que seria praticamente impossível tal a quantidade de livros de imagens que têm sido editados nos últimos anos. (FOT-LT)

Na interpretação de Nogueira (1999, p. 84), o pronome demonstrativo *o*, seguido de uma oração relativa, é tipicamente uma construção denominada, em nossas gramáticas, como *aposto de oração*. Por meio dela, faz-se um comentário sobre algo dito em um segmento anterior do discurso. Conforme a análise da autora, o que seria “praticamente impossível”, seria “ser a bibliografia exaustiva”, e não a afirmação de que ela não é.

O exemplo em questão foi dado para ilustrar casos em que o conteúdo que é escopo de uma unidade apositiva não está explícito, e assumindo que a referenciação é uma atividade sociocognitiva, tal como foi abordado em Nogueira (1999), a partir da leitura que a autora fez de Mondada e Dubois (1995) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), ele pode ser construído a partir do conteúdo da primeira unidade da construção.

Essas estruturas equiparam-se, conforme Nogueira, ao que Francis (1994) chama de rotulação retrospectiva, cuja função é encapsular um segmento discursivo realizado, mas deixa claro que “...no caso das construções apositivas, os *apostos de oração* funcionam muito mais como comentários do autor relativamente ao que foi expresso no segmento discursivo anterior do que como itens referenciais.” Essas propriedades são ilustradas pela autora com os seguintes exemplos:

(56) Portanto, a importância e o tamanho do país em nada influenciam a precedência dada a seus representantes diplomáticos: uma noção que não podemos esquecer. (DIP-LT)

(57) Um decreto veneziano de mil, duzentos e setenta e um impunha pesada multa ao cidadão que se recusasse a prestar esses serviços, quando solicitado pelas autoridades, *determinação que hoje nos parece estranha*. (DIP-LT)

(58) Logo me pus a pensar: está ali um amigo do superintendente de O Cruzeiro, que a seu pedido me viera falar sobre a reedição de uma obra, *o que lhe assegurava de antemão um livre trânsito na editora, como por efeito de uma espécie de habeas-corpus preventivo*. (CAR-LT)

Nos exemplos acima, os termos “*uma noção*”, no exemplo (56), “*determinação*”, no exemplo (57), e o pronome “*o*”, no exemplo (58), encapsulam os segmentos anteriores para, em seguida, acrescentar-lhes um comentário do autor acerca do conteúdo encapsulado.

Magalhães (2002), ao tratar da funcionalidade dos variados empregos dos pronomes demonstrativos, apresenta o pronome “*o*” entre os pronomes demonstrativos não dêiticos e de baixa deiticidade, colocando-o como um elemento que trabalha para manter a continuidade

focal. Assumimos com Castilho (1993) tratar-se de um mostrativo neutro, de identidade difusa, mas consideramos que, ao invés de um caráter estritamente dêitico, o pronome tem função encapsuladora neutra, cuja interpretação é altamente dependente do contexto.

É necessário apontar algumas peculiaridades relacionadas à estrutura e ao funcionamento do que denominamos aqui de aposição encapsuladora. Com base nos estudos de Decat (2011), podemos tecer algumas considerações a esse respeito. Para a autora, essas estruturas se enquadram no que ela chama de orações relativas apositivas e podem aparecer como estruturas que apresentam certo grau de ‘desgarramento’ em relação à primeira unidade que compõe o todo da construção apositiva. Tratemos, então, da dependência/independência dessas unidades do ponto de vista informacional e o papel focal dessas estruturas.

De acordo com Decat (2011), o desgarramento dessas orações e de SN denominados soltos está atrelado a estratégias de focalização com função argumentativa. É notório que SN ditos soltos e orações apositivas desgarradas correspondem, nesta pesquisa, a duas facetas do mesmo fenômeno. Ou seja, tratamos aqui de SN e orações com função, *a priori*, cognitiva encapsuladora, função pragmática focal e função discursiva argumentativa.

Como tratamos aqui as estruturas denominadas por Decat (2011) de ‘relativas sem cabeça’ como uma estrutura encapsuladora, não nos deteremos na discussão da correferência estrita entre sintagmas nominais em aposição, já tratada em seção anterior. Consideremos, então, as funções textual-discursivas apresentadas em Decat (2011):

Quadro 8: As funções textual-discursivas das ‘relativas sem cabeça’

Função	Exemplo
Avaliação	Formada, dedicou-se a ensinar poesia para estudantes e a fazê-los escrever versos. Uma tarefa árdua. (Gilberto Dimenstein, “A reinvenção da biblioteca”, FOLHA DE SÃO PAULO, 12/10/05, Caderno Cotidiano, p. C2)
Retomada	Imperdível também é a entrevista de Lucinha Araújo, a mãe de Cazuza, que fala do filho movida a lágrimas e fortes lembranças. Lembranças que são o alimento de dona Margot, a primeira mulher a surfar nas ondas brasileiras. (Revista GOL, nº 24, Editorial “O Brasil é aqui”, março/04, p. 6)

Fonte: Decat (2011)

No caso do exemplo de Retomada, não há encapsulamento, porque corresponde à retomada de um sintagma nominal (lembranças). Este caso é semelhante ao que Nogueira (1999) trata como sendo de relação de hiponímia por modificação sintagmática: *...lembranças. Lembranças que são o alimento.* Dessas funções apresentadas por Decat

(2011), reiteramos que apenas a primeira parece abarcar a aposição encapsuladora, tendo em vista que a função de retomada não corresponde ao comportamento das estruturas deste *corpus*, pois o encapsulamento não corresponde à retomada de um referente já designado em um sintagma nominal na porção textual anterior. A limitação dessa descrição nos remete ao questionamento sobre realmente ser apenas a função de avaliação exercida pela aposição encapsuladora, considerando que Nogueira nos apresenta um quadro mais amplo em que constam outras funções para as aposições não restritivas.

Diante dos estudos de Decat, consideramos, ainda, que o desgarramento não corresponde a uma característica específica das aposições encapsuladoras, já que a autora postula que outras estruturas também podem apresentar-se como desgarradas, como é o caso das orações adverbiais.

3.5 Interseções entre a noção de encapsulamento anafórico e aposição

Para a GDF, uma das motivações para se pensar uma gramática em níveis, a saber Nível Interpessoal e Nível Representacional para a formulação, de ordem pragmática e semântica; Nível Morfossintático e Nível Fonológico para a codificação, é a possibilidade de fazer referência anafórica a categorias de qualquer um desses níveis, de modo que eles devem estar disponíveis como potenciais antecedentes em representações subjacentes. Para ilustrar isso, Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 5) apresentam os seguintes exemplos⁷⁴:

Anáforas do Nível Interpessoal (pragmático):

- (59) A: - Saia daqui!
B: - Não fale comigo *assim*!

Anáforas do Nível Representacional (semântico):

- (60) A:- Há muitos semáforos nesta cidade!
B: Eu não notei *isso*.

⁷⁴ Interpersonal Level

(5) A Get out of here!
B Don't talk to me like *that*!

Representational Level

(6) A There are lots of traffic lights in this town.
B I didn't notice *that*.

Morphosyntactic Level

(7) A *Ihadchuletas de cordero* last night.
B *Isthat* how you say 'lamb chops' in Spanish?

Phonological Level

(8) A *Ihad/tSu"letasdekor"dero/* last night.
B Shouldn't *that* be '/tSu"letasdeθor"dero /'?

Anáforas do Nível Morfossintático:

- (61) A: - Eu comi ‘lamb chops’ noite passada.
 B: - É *assim* que vocês dizem ‘chuletas de cordeiro’ em inglês?

Anáforas do Nível Fonológico:

- (62) A: - Eu comi /tʃu'letasdekor'dero/ noite passada?
 B: - *Isso* não deveria ser /ʃu'letasdekor'dero/?

Para os autores, nesses exemplos, “*assim*” e “*isso*” têm seus papéis definidos de acordo com cada um desses níveis. Em linhas gerais, em (59), ‘*assim*’ remete à estratégia comunicativa escolhida por A. Em (60), ‘*isso*’ remete à situação no mundo externo descrita em 60A. Nos casos (61) e (62), as referências são ao código, metalinguísticas, respectivamente, ao sintagma “*chuletas de cordeiro*”, unidade morfossintática, e a cadeia fônica “/tʃu'letasdekor'dero/”, unidade fonológica. Do mesmo modo, concebemos que a aposição pode tomar como escopo qualquer categoria dos quatro diferentes níveis.

Para a GDF, conceber um nível pragmático e um nível semântico é conceber as expressões referenciais como subatos no Nível Interpessoal, pela intenção do falante de referir, e, no Nível Representacional, como codificadoras de significados semânticos selecionados pelo falante para fornecer pistas ao ouvinte sobre o referente pretendido. Como já explanado em capítulo anterior, os níveis são organizados em camadas e, no Nível Interpessoal, as evocações são feitas por subatos de referência e de atribuição, tentativas do falante de evocar, respectivamente, um referente e uma propriedade. No Nível Representacional, as designações são feitas pelas categorias semânticas de Indivíduo, Estado-de-Coisas, Conteúdo Proposicional, Propriedade, Localização e Tempo. Entendemos que a aposição encapsuladora é um ato discursivo que se realiza por meio de um Subato Atributivo, tendo em vista sua função predicativa em relação ao escopo.

Dado seu valor atributivo, vale esclarecer a diferença entre os usos atributivo e referencial das expressões nominais. Keizer (2005), ao descrever o funcionamento de construções copulares, remete aos exemplos a seguir em que Hengeveld e Mackenzie (2008) apresentam o uso atributivo e o uso referencial de determinadas descrições.

- (63) O professor é **alto**.⁷⁵

⁷⁵ a. The teacher is **tall**. (Keizer, 194)
 (Ascription of zero-order entity: T/f)

(64) **A altura** impressiona o professor.⁷⁶

(65) Sheila é **minha melhor amiga**.⁷⁷

(66) **Minha melhor amiga** me visitou na noite passada.⁷⁸

Com esses exemplos, ela mostra que as considerações feitas pelos autores sobre a relação entre o tipo de subato no Nível Interpessoal e o tipo de entidade designada no Nível Representacional apresentam problemas. Para os autores, a propriedade *alto* é atribuída em (63), mas referida em (64), do mesmo modo que a expressão nominal *minha melhor amiga* é atribuída em (65), mas referida em (66). Em conclusão, os autores afirmam que o tipo de entidade é o mesmo, mas usadas para evocar coisas diferentes. Para Keizer, no entanto, uma entidade de primeira ordem como **minha melhor amiga** não pode ser atributiva, visto que só propriedades podem funcionar como atributos, de modo que a diferença entre o uso das expressões nas sentenças acima é muito mais abrangente que apenas o tipo de subato realizado no Nível Interpessoal, englobando também o tipo de entidade envolvida no Nível Representacional.

A autora acredita que a confusão é posta porque a mesma expressão é usada e conclui que um sintagma nominal pode ser usado tanto prototipicamente, tendo um nome como componente principal, quanto não prototipicamente, sendo usado como um atributo complexo, de uso não referencial, comportamento observado nas aposições encapsuladoras.

Ao tecer suas considerações sobre as declarações de identidade, Keizer faz a distinção entre tipos de “mundos”. De acordo com a autora, existe um mundo real, ou algum mundo ficcional ou mítico, que existe independente do discurso ou de participantes de discurso, e há um mundo das representações mentais que os participantes do discurso fazem desses mundos, que, embora possam apresentar sobreposições, serão diferentes entre si. Há, em relação a esses, um terceiro mundo, o do discurso, cujas bases de introdução de entidades são textuais, além das entidades da situação de discurso imediata, que seriam correspondentes ao Componente Contextual da GDF, de modo que difere do mundo do discurso, cujas entidades são dadas por meios linguísticos.

Para exemplificar a relação entre esses três mundos que podem dar os contornos dos

⁷⁶ b. **Talness** impresses the teacher. (Ibidem, 194)

(Reference to zero-order entity: R/f)

⁷⁷ a. Sheyla is **my best friend**. (Ibidem, 194)

(Ascription of first-order entity: T/x)

⁷⁸ b. **My best friend** visited me last night. (Ibidem, 194)

(Reference to first-order entity: R/x)

referentes em uma situação de discurso, a autora se vale do seguinte exemplo:

(67) (Duas pessoas olhando para o céu)⁷⁹

A: Olhe, Vênus!

B: Onde? Eu só vejo a Estrela da Tarde.

A: Mas Vênus É a Estrela da tarde.

Para autora, há, nesse exemplo, uma situação imediata dividida por A e B, que inclui x_1 claramente visível, referido como *Vênus* por A e *Estrela da Tarde* por B. Além disso, há a informação pragmática dos dois participantes que corresponderia à representação mental do mundo real, fictício, mítico. Embora, seja um mesmo objeto no mundo extralinguístico (concepção de mundo 1), no mundo do discurso (concepção de mundo 3), há duas entidades (*Vênus* e *Estrela da tarde*). Diante da constatação de que as representações mentais dos dois participantes da situação de discurso (concepção de mundo 2) são diferentes, A propõe uma mudança na representação de B por meio de uma declaração de identidade, aproximando a representação de B da que A julga ser a correta, de modo que a referência a duas entidades de discurso diferentes passe a representar para B a mesma entidade.

Em suma, a autora acredita que as unidades do Nível Representacional, na verdade, não representam entidades referidas, mas um conteúdo semântico das expressões, a que ela denominou “conjunto de extensão mental”, que não necessariamente será o mesmo entre falante e ouvinte, onde se encontram as classes de entidades mentais dentro das quais se faz a atribuição do referente pretendido (e não entidades referidas), relação de natureza estritamente linguística. É com base nessa concepção que se pode definir que tipo de entidade está sendo encapsulada na aposição, considerando o tipo de encapsulador e o modificador oracional atrelado a ele.

Sobre os procedimentos anafóricos, tem importância capital para este trabalho a noção de encapsulamento, tendo em vista que é sobre esse fenômeno que se dará a discussão das propriedades discursivas do tradicionalmente chamado “*aposto de oração*”.

Apothéloz (1995) considera que as expressões anafóricas, a depender do controle sintático exercido – ou não – por seu antecedente, quando há um, apresentam propriedades diferentes. No caso de haver controle sintático do antecedente, a interpretação do anafórico

⁷⁹ (Two people staring at the sky:)

A: Look, Venus!

B: Where? I only see the Evening Star.

A: But Venus IS the Evening Star. (Ibidem, 197)

tem a inferência de uma interpretação sintática. Quando não há, são os fatores contextuais e pragmáticos que conduzem à interpretação do anafórico.

Esse ponto nos parece relevante, tendo em vista que a natureza da primeira unidade da estrutura apositiva reflete no modo como, por exemplo, interpretamos um encapsulador neutro como o pronome “o”, além de outros elementos contextuais, tais como o tipo de verbo que acompanha esse encapsulador.

Concordamos com Conte (1996, p. 1) quando afirma que o encapsulamento anafórico se configura como uma paráfrase resumidora de uma porção textual precedente por meio de um sintagma nominal, mas acrescentamos que o encapsulamento pode ocorrer também pelo uso de pronome neutro, no caso “o”. Esse tipo de anáfora difere da “anáfora-padrão” pelo fato de ter como antecedente referentes com estatuto ontológico diferente do estatuto de indivíduo, tais como estados-de-coisas, eventos, situações, processos, fatos, proposições e atos de enunciação. Além disso, de acordo com Conte, a reconstrução do antecedente é feita, nestes casos, pelo ouvinte/leitor.

A autora considera o encapsulamento anafórico sob a perspectiva do eixo velho-novo, colocando o fenômeno como claramente dependente do cotexto, e novo porque o item lexical núcleo do encapsulamento não tem ocorrência anterior no texto e porque não se trata apenas de categorização de informação cotextual dada, mas de transformação dessa informação em substância (hipóstase), e sob a perspectiva da organização textual como um princípio, funcionando como um recurso de integração semântica, em que “O sintagma nominal encapsulador produz um nível mais alto na hierarquia semântica do texto” (p. 5).

Além disso, esse sintagma pode ter valor axiológico, oferecendo uma avaliação dos fatos e eventos descritos. Em termos pragmático-discursivos, de acordo com a autora, além do funcionamento como pontos nodais na hierarquia semântica, o encapsulamento anafórico pode categorizar atos de fala e funções argumentativas, produzindo mudanças para o que ela chama de ‘nível metacomunicativo’.

Aproxima-se dessa configuração o que Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007) denominam anáfora complexa: uma expressão nominal que se reporta a um referente proposicionalmente estruturado, baseada em dois critérios não implicados um no outro. Ou seja, primeiramente, a primeira unidade deve ser uma entidade linguística complexa, consistindo de, pelo menos, uma cláusula e, segundo, o referente deve ser um item conceitualmente complexo, uma entidade de segunda ou terceira ordem.

Quanto à categoria ontológica encapsulada, Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007) apontam que não há concordância sobre que tipo de categoria é encapsulada, mas apresentam

a seguinte classificação, considerando uma escala de abstração dos tipos ontológicos propostos⁸⁰:

Quadro 9: Escala de abstração dos tipos ontológicos

Grau de abstração	Categoria ontológica	
Alto ↑ Baixo	Proposição Fato Estado Processo Evento	Dependente do mundo - dinâmico, - télico / dependente do mundo e do tempo + dinâmico, - télico + dinâmico, + télico

Fonte: Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007)

Tendo em vista os pressupostos da GDF que dizem respeito à anáfora, acrescentamos que os tipos ontológicos são tomados em outra perspectiva, de modo que assumimos a disponibilidade tanto de categorias do Nível Interpessoal quanto do Nível Representacional para retomadas textuais. Em outras palavras, não só categorias semânticas podem figurar encapsuladas, mas categorias pragmáticas como Ilocução, Move, Ato Discursivo e Conteúdo Comunicado, provenientes de Nível Interpessoal.

Dadas essas considerações, é mister, ainda, frisar que Nogueira (1999, p. 89) acentua que uma das características da aposição é sua capacidade de rotulação, conforme Francis (2003) constata, que se faz mediante o emprego de nomes genéricos, de nomes de caráter metalinguístico ou metadiscursivo, de nomes relativos a estados e processos cognitivos ou deles resultantes. Em outra passagem de seu texto, Nogueira afirma que:

A estratégia de rotulação, que também ocorre nas referências anafóricas, pode ser a expressão de uma avaliação do locutor em relação à proposição tópica explicitada na primeira unidade da aposição. Isso ocorre, particularmente, no tipo de construção conhecido em nossas gramáticas como *aposto de oração*. (NOGUEIRA, 1999, p. 105)

Segundo Francis (2003, p. 192), o rótulo pode ter função preditiva ou organizadora. No caso do rótulo retrospectivo, a função é organizadora, pois, ao encapsular uma extensão de discurso, indica ao leitor o modo como ele deve interpretar o trecho a que o rótulo se refere.

Nos trabalhos sobre encapsulamento, no âmbito da GDF, destaco o de Lopes (2010), que sustenta que as anáforas encapsulam, no Nível Representacional, apenas as categorias Conteúdo Proposicional, Estados-de-coisas, Propriedades, Episódios, Modo, Quantidade e Razão, e o trabalho de Pacheco (2014, p. 47-48), que apresenta as seguintes dimensões da anáfora encapsuladora:

⁸⁰ Tradução nossa

A dimensão **sociocognitiva**: a anáfora encapsuladora acionar o conhecimento sociocognitivo dos participantes da interação, acionando, dentre outros tipos de conhecimento, o Conhecimento Enciclopédico dos interlocutores.

A dimensão **discursiva**: o papel do encapsulamento anafórico de promover a categorização e a hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas no discurso, conforme apontado por Conte (2003); as funções Resumitiva, Coesiva, Metalinguística e Argumentativa; além disso, incorporariam a dimensão discursiva as funções rotuladora e avaliativa.

A dimensão **semântica**: as anáforas encapsuladoras designarem algum tipo de entidade semântica, particularmente uma entidade de segunda, terceira ou quarta ordem, nos termos de Camacho, Dall'aglio-Hattner e Gonçalves (2008).

A dimensão **morfossintática**: constituição estrutural interna das expressões anafóricas encapsuladoras.

Dessas funções, chamamos a atenção para a dimensão discursiva e semântica. Entendemos que a aposição encapsuladora se presta a funções discursivas mais abrangentes que as citadas pela autora, mas concordamos que, dentre essas funções discursivas, estão a rotulação e a avaliação. Sobre a dimensão semântica, vale dizer que as entidades designadas pelo encapsulamento podem ter também natureza pragmática ou morfossintática, embora acreditemos que sua atuação seja mais frequente sobre as entidades semânticas, mais especificamente sobre Estados-de-Coisas.

Quanto aos nomes que funcionam como rótulos, Francis (2003) sugere uma categoria relativa à ilocução. Eis alguns desses nomes:

Acusação, admissão, aviso, afronta, alegação, anúncio, resposta, apelo, argumento, asserção, encargo, reivindicação, comentário, queixa, cumprimento, conclusão, opinião, crítica, decisão, (nível de) negação, descoberta, desculpa, explanação, indicação, objeção, observação, promessa, predição, projeção, proposta, proposição, protesto, confiança renovada, reconhecimento, recomendação, rejeição, observação, lembrança, resposta, relatório, pedido, resposta, revelação, declaração, sugestão, aviso. (FRANCIS, 2003, p. 204-5).

Propõe, em outra categoria de rótulos, os nomes que designam atividades languageiras, tais como:

Consideração, ambiguidade, comparação, consenso, contraste, controvérsia, critério, debate, defesa, definição, descrição, detalhe, diagnóstico, disputa, distinção, conversa fiada, equação, exemplo, fórmula, ilustração, ocorrência, linguagem, mensagem, mito, bobagem, comprovação, (linha de) raciocínio, referencia, discussão, história, sumário, conto, conversa, tema, julgamento, colocação, (estilo de) escrita. (FRANCIS, 2003, p. 206)

e os que designam processos mentais, como:

Análise, atribuição, suposição, atitude, crença, conceito, convicção, doutrina, dúvida, descoberta, hipótese, ideia, insight, interpretação, conhecimento, noção falsa, noção, opinião, filosofia, posição, princípios, fundamento lógico, leitura, suspeita, teoria,

modo de pensar, pensamento, (ponto de) vista. (FRANCIS, 2003, p. 208)

Entendemos que essas três categorias pertencem a um mesmo grupo, em que temos o encapsulamento de categorias advindas do Nível Interpessoal. O encapsulamento por meios lexicais não representa grande dificuldade cognitiva, no entanto, quando esse encapsulamento é feito por meios gramaticais, como o uso do demonstrativo “o”, consideramos que a atividade cognitiva para o estabelecimento do que é encapsulado exige um esforço maior e o uso de recursos contextuais como a natureza do verbo que acompanha esse encapsulador ou do tipo de modificação veiculada na aposição.

Essa categoria permite-nos tratar da anáfora relativa às camadas do Nível Interpessoal, o que não nos é apresentado na proposta de Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007). Dada a natureza desse encapsulador, consideramos que a Atribuição feita pela aposição encapsuladora predica não sobre as categorias do Nível Representacional, mas sobre as categorias do Nível Interpessoal, licenciando as possibilidades anafóricas às categorias de qualquer um dos níveis previstos pela GDF. Não consideramos, no entanto, que se trata de uma categoria necessariamente com função avaliativa, no sentido valorativo do termo, mas de possibilidades de encapsulamento advindas da natureza do excerto encapsulado e do estabelecimento de escopo pretendido pelo locutor sobre o qual incidirá a informação contida na aposição.

A noção de anáfora apresentada aqui se aproxima da perspectiva apresentada pela Gramática Discursivo-Funcional, e já prevista no conceito de coesão tratado por Halliday na Gramática Sistêmico-Funcional, no que diz respeito à relação entre o termo anafórico e seu antecedente. Entendemos que a anáfora é um processo inscrito na língua e é salutar uma aproximação para se proceder ao tratamento da aposição encapsuladora como estrutura linguística capaz de espelhar um fenômeno textual.

Não há diferenças consideráveis entre os exemplos de Nogueira, apresentados acima (56, 57 e 58), e repetidos aqui como (68), (69) e (70) por conveniência:

(68) Portanto, a importância e o tamanho do país em nada influenciam a precedência dada a seus representantes diplomáticos: *uma noção que não podemos esquecer.* (DIP-LT)

(69) Um decreto veneziano de mil, duzentos e setenta e um impunha pesada multa ao cidadão que se recusasse a prestar esses serviços, quando solicitado pelas autoridades, *determinação que hoje nos parece estranha.* (DIP-LT)

(70) Logo me pus a pensar: está ali um amigo do superintendente de O Cruzeiro, que a seu pedido me viera falar sobre a reedição de uma obra, *o que lhe assegurava de antemão um livre trânsito na editora, como por efeito de uma espécie de habeas-corpus preventivo*. (CAR-LT)

e os exemplos apresentados em Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007) para tratar da aplicação dos dois critérios – sintático e semântico – propostos pelos autores.

Em primeiro lugar, o conteúdo a que se remete se encontra numa unidade complexa composta por uma ou mais orações e o elemento encapsulador apresenta estatuto ontológico, no caso dos exemplos (68) e (69), de entidades complexas como Estado-de-Coisas e Proposição, respectivamente. O exemplo (70) apresenta um pouco mais de dificuldade de definição da categoria ontológica, porque o encapsulamento é feito por um pronome denominado neutro, no caso, o pronome *o*. O aspecto que definirá a categoria ontológica encapsuladora e o estatuto da primeira unidade da aposição se dará com base no contexto imediato, colaborando para interpretação o tipo de verbo que acompanha o encapsulador ou outro aspecto relevante.

A seguir, apresentamos uma tentativa de aplicar os critérios apontados por Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007) para a definição da anáfora complexa à análise do exemplo a seguir:

(71) Um em cada cinco brasileiros foi autor ou réu no ano passado. Cerca de 80% acreditam que vale a pena procurar a Justiça e mais de 50% estão muito satisfeitos com o atendimento recebido e com os resultados obtidos. *Cenário Inédito*. (AO1809)⁸¹

Neste exemplo, tal qual explanado pelos autores, o critério relativo ao antecedente sintático é cumprido, tendo em vista que a expressão em itálico “Cenário Inédito” encapsula as sentenças que compõem o período anterior (*Um em cada cinco brasileiros foi autor ou réu no ano passado. Cerca de 80% acreditam que vale a pena procurar a Justiça e mais de 50% estão muito satisfeitos com o atendimento recebido e com os resultados obtidos*), mas a expressão anafórica (*Cenário Inédito*) não se configura como uma entidade sintaticamente complexa, mas semanticamente representa uma entidade de segunda ordem, um Estado-de-Coisas (Situação), que pode ser vista como uma entidade semanticamente mais complexa que Indivíduo. A anáfora é do tipo complexa, nos termos dos autores, porque o conteúdo referido (escopo) consiste em uma unidade complexa composta por uma ou mais orações, encapsulada como um Estado-de-Coisas.

A definição de anáfora complexa é prática quando se trata de expressões nominais,

⁸¹ Exemplo retirado do *corpus* desta pesquisa.

embora, como demonstrado pelo exemplo, nem sempre os critérios sejam contemplados, aparentemente, na íntegra para a realização de tal anáfora. Assim, tanto para as expressões que pareçam não respeitar o segundo critério de definição da anáfora complexa quanto para os casos de uso do pronome neutro *o*, o suporte para a definição da entidade ontológica encapsulada pode ser dado sob o espectro do contexto imediato da estrutura. A esse respeito, os autores apresentam exemplos que mostram que o tipo de verbo usado com a expressão anafórica pode dar o estatuto ontológico do que é referido.

Ao tratar das funções textual-discursivas da aposição, como já mencionado, Nogueira (1999) aponta a aposição como estratégia de referenciação e de reformulação textual, na função textual; na função cognitiva, de favorecimento da identificação de referentes e, na função argumentativo-attitudinal, de avaliação, apontando, para esta última, a estratégia de rotulação como manifesta, particularmente, por meio das estruturas denominadas como *aposto de oração* pelas gramáticas, com teor claramente argumentativo.

Embora essa classificação geral de Nogueira já abrigue o *aposto de oração*, caracterizando-o pelo cruzamento entre relação textual-semântica de Atribuição e função textual-discursiva de Avaliação, podemos nos questionar se existem outras configurações possíveis para esse tipo de construção e como ele pode ser caracterizado com base nas categorias do Nível Interpessoal e Representacional da GDF.

Em paralelo à proposta de Nogueira (1999), vale salientar a relação estabelecida por Decat (2010), com base na Teoria da Estrutura Retórica, entre funções textual-discursiva e relações retóricas na articulação de orações no português brasileiro em uso. Em resumo, para as relativas apositivas, a autora estabelece a seguinte correlação⁸²:

⁸² Decat (2010) apresenta essa correlação para as estruturas denominadas pela autora de relativas apositivas desgarradas.

Quadro 10: Correlação entre as funções textual-discursivas e relações retóricas das relativas apositivas desgarradas

Funções textual-discursivas	Funções retóricas	Exemplo
Avaliação	Elaboração	Na sua santa burrice, os propagadores do estreitamento, da separação e do isolamento, do nivelamento por baixo, ao que parece desejam que não sejamos continente, mas uma ilha no meio da civilização ocidental. <i>Que talvez nem seja lá grande coisa, mas é o que temos</i> (Língua escrita, gênero crônica, Luft, 2005, p. 21).
Retomada	Elabor./explicitação; Explicit./elabor	Um sujeito deve ser entendido a partir de uma contextualização. <i>Contextualização essa que prevê o conhecimento de diversos fatores [...]</i> (Língua escrita, gênero trabalho acadêmico, in Decat, 2005, p. 94).
Retomada com foco	Resumo	Valeu pelas viagens, encontros, desencontros. Ver argentinos em seu <i>habitat</i> natural, suportar Brasília, rever Curitiba, Ribeirão Preto, Piracicaba, Belo Horizonte algumas vezes...parar até em delegacia de Jacarepagua! <i>Movimento que faz a vida.</i> (Língua escrita, gênero crônica, Mayrink-Sabinson, 2008, p. 1)
Adendo	Elaboração; explicitação / Explicação	Na hora aça, ela fraquejou. Não apareceu. Não pulou a janela com a trouxa. Ele acabou se afastando desiludido, mas começou a mandar cartas para ela através de um amigo. <i>Que não as entregou.</i> Ao contrário, guardou-as, começou a namorar a moça e logo casou-se com ela. (Língua escrita, gênero crônica, Sant'Anna, 2004, p. 8).
Foco	Explicitação	Os trilhos continuaram mesmo com o asfalto. Ficaram ali como um sinal do passado. O bonde serviu de deboche dos cariocas para os mineiros: - "Mineiro compra bonde, dizem", pois parece que realmente foram comprados bondes por nós, quando ninguém mais os queria! E sempre que vejo um carioca, com aquele ar superior de quem tem mar, me sinto uma compradora de bondes! <i>Que viraram museu em Belo Horizonte.</i> O barzinho "Trem Bao", que funcionava no antigo vagão de um trem de ferro nos anos 1970, nos lembrava nostalgicamente do bonde (Língua escrita, gênero crônica, Cohen, s/d, p.1, grifo meu).
Foco e Adendo	Explicação /	Os textos que mandei de Nova York foram publicados pela Globo num

	Explicitação	caderno especial sobre os atentados, mas não foram distribuídos pela agência. <i>Levando alguns dos meus 17 leitores a suspeitarem que eu estava num processo patológico de rejeição da realidade, o que não é o caso.</i> Ainda. (Língua escrita, gênero crônica, Verissimo, 2001, p. 7).
--	--------------	--

Fonte; Decat (2010)

As funções aí apresentadas em correlação serão reagrupadas por nós como funções discursivas, ainda com a consideração das funções retóricas já prevista na GDF e as funções discursivas descritas em Keizer (2005), pois não consideramos pertinente a distinção apontada por Decat (2010) entre as funções Avaliação e Adendo, porque entendemos que a função Aparte recobre tanto a Avaliação, entendida como as emissões de juízos de valor, quanto o Adendo, entendido como comentários de ordem diversa.

Assim, a apresentação do Adendo como função textual-discursiva e o Aparte como função retórica correspondente parece não se sustentar, visto que podem ser atribuídas tanto a avaliações que a aposição encapsuladora veicula nas ocorrências analisadas nesta pesquisa, os juízos de valor do articulista sobre um Conteúdo Proposicional, Estado-de-Coisas, etc, quanto a comentários de outra ordem, que conduzem a interpretação do conteúdo encapsulado conforme orientação do autor.

A partir de uma leitura das funções retóricas apresentadas em Hengeveld e Mackenzie (2008) e explanadas em Keizer (2015) e de uma análise preliminar do *corpus* constituído para esta pesquisa, chegamos a um quadro de funções que podem ser explicitadas conforme suas especificidades para a aposição encapsuladora. Reorganizando as funções previstas nas propostas aqui revisitadas, sugerimos as seguintes funções da aposição encapsuladora, denominadas funções discursivas na análise, conforme a seguir:

Quadro 11: Proposta de reorganização de funções discursivas da aposição encapsuladora

Funções discursivas	Exemplos ⁸³
Avaliação	[...] mais de 30 mil jovens negros formados chegam ao mercado. Uma extraordinária vitória para toda a sociedade brasileira. (AO3410)
Explicação	Em geral, as desigualdades de renda diminuíram, resultado de políticas salariais e de transferência de renda aliadas a forte política de proteção social e expansão industrial. (AO4010)
Desdobramento	Mais do que de planilhas e números, estamos falando de pessoas, trabalhadores na ativa ou não, que terão maior poder de compra, o que gera, de imediato, melhoria na qualidade de vida do cidadão. (AO0106)
Constatação / ratificação	Daí o desastre a que estamos assistindo. Não por culpa da própria fundação, que foi constituída não para construir hospitais, mas para administrá-los com eficiência e competência, o que tem acontecido por mais de 25 anos. (AO4506)
Conclusão	[...] Já a participação das pessoas de cor parda na população caiu de 43,2% para 42,6%, o que confirma que houve uma migração dos que se declaravam pardos para o grupo dos que declaram pretos. (AO4207)

Cabe salientar que a função retórica *Aparte*, prevista por Hengeveld e Mackenzie (2008) e Keizer (2015), é tipicamente expressa como orações relativas ou elementos apositivos não restritivos e fornece informações básicas sobre uma entidade evocada no Ato Discursivo Nuclear. Consideramos que o *Aparte* é a função primária ou básica da aposição encapsuladora aqui investigada, tendo em vista que acreditamos que ela também pode operar não apenas para encapsular entidades de segunda, terceira ou quarta ordem, mas pode também fornecer informações sobre como se deve entender, o que é possível inferir, que consequências ou conclusões se pode tirar acerca de um segmento discursivo anterior.

3.6 Síntese Conclusiva

Neste capítulo, apresentamos algumas considerações sobre o estatuto do *aposto de oração* nas gramáticas tradicionais e tratamos da aposição, de modo geral, considerando os trabalhos de Meyer (1992), Nogueira (1999), Hannay & Keizer (2005), Decat (2010) no estudo da aposição não restritiva. Nogueira apresenta uma classificação, a partir da reelaboração das classes apresentadas por Quirk et al (1985) e Meyer (1992), que estabelece, entre os tipos de aposição propostos por esses autores, uma distinção entre as relações textual-

⁸³ Exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa

semânticas e as funções textual-discursivas, apontando a natureza escalar das posições.

Nogueira (1999) aponta como relações textual-semânticas a correferência, a sinonímia, a atribuição e a inclusão, resumidas, em Nogueira (2011), em equivalência (total e parcial) e atribuição; e, como funções textual-discursivas, identificação e reformulação (paráfrase e correção), a avaliação, a exemplificação, a particularização e a generalização. Hannay e Keizer (2005) apresentam sua classificação a partir das funções das construções de cópula, dividindo as posições em três grupos de funções: a identificação, a justificativa e a rotulação, cada uma com subgrupos que consideram dois esquemas gerais: um em que tanto a primeira quanto a segunda unidade são referenciais, e outro em que a primeira unidade é referencial, mas a segunda não é.

Embora esses dois esquemas não recubram a posição encapsuladora, a classificação de Hannay e Keizer interessa quanto ao estabelecimento das funções discursivas do tradicionalmente chamado *aposto de oração*, pois nos dão um parâmetro de descrição geral. Ao associar as abordagens de Hannay e Keizer (2005) e Nogueira (1999), definimos um quadro geral que servirá de base para a descrição da estrutura objeto desta tese no modelo de abordagem da GDF. Assim, apontamos seis funções para a posição encapsuladora: Avaliação, Explicação, Desdobramento, Constatação/Ratificação, Conclusão.

Além dos estudos sobre posição, buscou-se uma aproximação com os estudos acerca do fenômeno de encapsulamento textual a fim de tecer aproximações entre esse processo linguístico e a posição, tendo em vista que ele é relevante para a caracterização do tipo de estrutura, objeto desta pesquisa, por nós denominada posição encapsuladora com base nas suas características estrutural-funcionais. Mediante a caracterização da posição encapsuladora, tomaremos suas peculiaridades para, no capítulo dedicado à análise, descrever seu funcionamento sob a perspectiva discursivo-funcional.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta o desenho metodológico adotado para a realização desenvolvida nesta pesquisa, apresentando o *corpus* e a fonte de coleta, algumas considerações sobre o gênero artigo de opinião, os procedimentos metodológicos e as categorias analíticas.

4.1 Aspectos gerais da pesquisa

Tratar de um fenômeno de forma ampla nos permite tecer generalizações com certa segurança de que essas generalizações recubram os casos prototípicos do fenômeno. O mesmo não ocorre quando nos debruçamos sobre uma estrutura específica da língua que se coloca nas margens de uma categoria, gerando desconfiança acerca das generalizações já postas sobre o fenômeno que ela abriga. Tentaremos compreender as dimensões do fenômeno da aposição, considerando uma construção pouco explorada em termos de pesquisa: *o aposto de oração* ou, nos termos desta pesquisa, aposição encapsuladora. Esse desafio se torna maior quando a descrição assume um ponto de vista funcionalista que estende a pesquisa ao estudo do discurso relacionado a sua própria produção.

De acordo com os pressupostos teóricos da Gramática Discursivo Funcional (GDF), um modelo de gramática se torna especialmente efetivo quando o seu modo de organização respeita o processamento da linguagem no indivíduo. Sob essa perspectiva, a GDF entende que, na organização *top-down* que espelha a produção do discurso, existem dois processos gerais: Formulação e Codificação.

Isso implica a adoção de uma metodologia que leve em conta uma estratificação descendente de produção de enunciados, que relaciona as categorias advindas dos níveis de base pragmática e semântica ao modo como a língua codifica morfossintática e fonologicamente essas categorias em construções representativas desses níveis. Assim, em especial, procuramos descrever a codificação morfossintática em função das evocações pragmáticas e das representações semânticas.

Nesta pesquisa, delimitamos, como objeto de investigação, a aposição encapsuladora tradicionalmente reconhecida como “*aposto de oração*”, consideradas em seus aspectos relativos à codificação morfossintática e à formulação pragmática e semântica.

Em vista de que a GDF tem como objetivo compreender como as unidades linguísticas são estruturadas em termos do mundo que descrevem e das intenções comunicativas com que são produzidas, no intuito de investigar que decisões pragmáticas e que designações semânticas são codificadas nesse tipo de construção, elegemos o artigo de opinião para o

mapeamento dessa construção no uso do português contemporâneo.

As amostras textuais que compõem o *corpus* desta pesquisa são provenientes do acervo da Folha de S. Paulo, recolhidas aleatoriamente das edições dominicais.

Além disso, a adoção da GDF como teoria basilar para esta pesquisa se justifica pela pertinência da unidade de análise, o Ato Discursivo, que nos permite estudar porções maiores ou menores que a oração, possibilitando um tratamento espectral tanto de questões pragmáticas quanto de questões semânticas e morfossintáticas envolvidas no processamento da linguagem e passíveis de descrição, como já demonstrado no capítulo 1. Os estudos sobre Aposição nos permitem uma visão global do fenômeno e a definição mais apropriada da estrutura estudada nesta pesquisa em consonância com os estudos sobre encapsulamento, que nos permitem entender o modo como a língua resolve a retomada de porções textual na produção linguística.

Esse referencial teórico embasa a análise apresentada no capítulo 5 a fim de respondermos à questão central da pesquisa, qual seja: *Que propriedades relativas à formulação (pragmáticas e semânticas) e codificação (morfossintática, especificamente) caracterizam as construções apositivas em que se abriga a aposição encapsuladora tradicionalmente chamada de “aposto de oração” no português escrito contemporâneo no gênero artigo de opinião?*

Se considerarmos que o ponto de vista adotado tem como ponto basilar a perspectiva do uso, é mister que se apresente como pertinente um *corpus* que represente esse uso. Logo, sem delongas sobre as definições de tipo de pesquisa, consideramos a pesquisa documental como método *a priori* para a construção do *corpus* textual que compõe esse trabalho.

Nas seções que compõem este capítulo, serão apresentados o *corpus* de amostras textuais utilizadas para o estudo das construções apositivas encapsuladoras, os parâmetros para a coleta e a fonte de onde procedem, uma breve descrição do gênero, constituição do *corpus* de ocorrências, os procedimentos metodológicos e as categorias adotadas para a análise.

4.2 O *corpus* textual e a fonte da coleta

Para a composição do *corpus* textual desta pesquisa, optamos por artigos de opinião coletados no acervo da Folha de São Paulo para a posterior constituição do *corpus* de ocorrência. A coleta dos dados foi abrangente e feita mediante leitura de textos no próprio acervo da Folha de São Paulo, sem definição específica de temática ou de articulista.

Dado o fim da coleta, operamos o refinamento do *corpus*, descartando as estruturas

que não se encaixavam nos parâmetros de definição da aposição encapsuladora discutidos no capítulo anterior, inclusive os que não se encontravam em posição final no segmento apositivo, dado que o encapsulamento tem orientação anafórica, como fora definido por Conte (1995), e que os dados se restringem a estruturas que apresentam essa organização específica (escopo+aposição encapsuladora).

Como o jornal é de circulação diária, optou-se pelas edições dominicais, como forma de sistematizar a coleta, porque é o dia de maior tiragem do jornal, o que pode significar a preocupação com o alcance mais abrangente de público. A sistematização da coleta, feita com base na adaptação dos princípios da Linguística de *Corpus*, conforme Sardinha (2012), seguiu as seguintes orientações:

- 1 modo: escrito
- 2 registro: jornalístico
- 3 gênero: artigo de opinião
- 4 veículo: jornal
- 5 idioma: português
- 6 variante: brasileira
- 7 fonte: textos originais
- 8 codificação: não
- 9 etiquetagem: não
- 10 lematização: não

Em resumo, temos um banco de dados de artigos de opinião publicados em jornal, escritos em português do Brasil, coletados em jornal de grande circulação, guardados em arquivo de texto doc. Os artigos selecionados encontram-se na seção “Tendências e Debates”, da Folha de São Paulo, que, composicionalmente, apresenta dois artigos, versando sobre questões políticas, educacionais, jurídicas, culturais etc, assinados por alguma figura pública especialista/interessada no assunto em pauta, seja deputado, engenheiro, desembargador, escritor etc.

Considerando o lapso temporal, a periodicidade selecionada e a composição da seção em que figuram os textos, a amostragem se apresenta com 550 amostras de textos, dos quais foram identificadas as construções apositivas encapsuladoras que constituem o que designamos como *corpus* de ocorrências desta pesquisa. Decidimos não ampliar o escopo dos gêneros, porque, no âmbito da GDF, não há espaço para o tratamento de questões relativas às normas de comunicação se estas não tiverem impacto comprovado sobre o sistema linguístico, visto não se tratar, conforme os autores, de propriedades do sistema da língua. Decat (2011)

demonstra a produtividade desse tipo de estrutura no que ela denomina de Matéria Assinada, conforme tabela no anexo B. Supomos que o caráter argumentativo do gênero artigo de opinião condicionaria o uso recorrente dessa estrutura de valor argumentativo-atitude. Isso, no entanto, não constitui uma hipótese de pesquisa, já que não testaremos nada relacionado ao condicionamento do gênero sobre a estrutura de oposição.

Sobre a Folha de S. Paulo vale dizer que criou, em 1984, um manual de redação que, além de regras gramaticais e padronização da linguagem, trazia noções de produção gráfica e definições conceituais. Após duas edições, em 1987, ampliada, e em 1992, estabeleceu-se, em 2001, a versão que permanece até a atualidade. Esse foi um dos pontos que embasaram o recorte temporal, pois consideramos que é o momento em que o gênero artigo de opinião ganhou estabilidade como gênero de opinião no âmbito do jornal.

Em resumo, três critérios foram determinantes para a escolha da Folha de São Paulo: o acervo digital estar disponível gratuitamente na internet, o que viabilizou a coleta de textos para a constituição do *corpus*; ser um dos jornais de maior circulação e audiência no Brasil, segundo o ranking apresentado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) e ter, desde 2001, um manual de redação consolidado, que regulamenta o modo como os fatos devem ser tratados jornalisticamente, embora a seção que encerra os textos para a constituição do *corpus* não seja, necessariamente, escrita por jornalistas da Folha.

Dadas essas considerações sobre o *corpus* e o acervo da Folha de S. Paulo, passamos, na próxima seção, às considerações sobre o gênero artigo de opinião.

4.3 O gênero artigo de opinião

A clássica definição de Bakhtin de que gêneros são tipos “relativamente estáveis de enunciados” serve-nos de ensejo para justificar a escolha de apenas um gênero para analisar uma construção, em particular. Tendo em vista que, no contexto da GDF, as diferenças entre gêneros só devem ser levadas em consideração se tiverem incidência sobre a estrutura da língua, a ampliação do leque de gêneros é mais significativa para explicar fenômenos comunicativos no âmbito da enunciação, considerando que as características comunicativas do gênero não são, necessariamente, definidoras de estruturas sintáticas.

No entanto, no que diz respeito aos tipos de sequências, é muito mais provável que essas, e não os gêneros, predisponham o aparecimento de determinadas estruturas, como é o caso da oposição encapsuladora, que, como já visto, tem função de focalização com teor avaliativo *a priori*. Decat (2011) já nos apresenta uma pesquisa no âmbito dos gêneros que nos permite considerar que o tipo de sequência textual é muito mais pertinente para

determinar o aparecimento da construção em estudo aqui que o gênero em si. Em suas pesquisas, a autora nos apresenta um quadro em que nos mostra a ocorrência de orações adjetivas/apositivas⁸⁴ de diversos tipos em seis gêneros diferentes no português do Brasil (PB) e no português de Portugal (PE).

As estruturas abordadas em nossa pesquisa correspondem, na pesquisa de Decat, às estruturas C (O que/qual), 12 ocorrências; D (.N (prep) que), 9 ocorrências; E (, o que/_o que), 1 ocorrência; e G (N + ESP + que), 2 ocorrências. Essas estruturas aparecem com mais frequência, na pesquisa da autora, em Matéria Assinada e, em seguida, em Editoriais, com 3 ocorrências do tipo C e 1 do tipo D, gêneros semelhantes ao Artigo de Opinião. O que há de comum entre esses gêneros é sua constituição básica argumentativa, ou seja, o tipo de sequência textual predominante nesses gêneros é a argumentativa, diferentemente do que ocorre com a Notícia, gênero em que, em geral, não observamos a ocorrência de orações adjetivas/apositivas dos tipos estudados aqui, na tabela de Decat, que tem como sequência compositiva básica a narrativa.

Com base nos dados já apresentados por Decat (2011) sobre a produtividade de estruturas adjetivas/apositivas nos gêneros textuais, optamos por analisar, como já dito, textos escritos representativos do gênero artigo de opinião, tendo em vista que as estruturas apositivas semelhantes as estudadas aqui se mostraram mais produtivas em textos de base argumentativa, permitindo-nos a constituição de um *corpus* significativo de ocorrências para análise.

Sobre os gêneros da esfera jornalística, consideramos que têm por função, *a priori*, levar a conhecimento público acontecimentos sociais diversos. Marques de Melo (2003a) dividiram os gêneros jornalísticos impressos de acordo com a intencionalidade determinante dos relatos em duas categorias:

- 1 – Jornalismo informativo: o objetivo seria reproduzir o real, informar sobre os fatos, sob diversas perspectivas;
- 2 – Jornalismo opinativo: o objetivo seria ler o real a partir da visão pessoal sobre o assunto.

Considerando essa divisão, o artigo de opinião é entendido nesta pesquisa como um gênero representativo do jornalismo opinativo, em contraposição à reportagem, que pode ser considerada um gênero representativo do jornalismo informativo. Em consonância com Boff, Köche e Marinello (2009, p. 3), pode-se defini-lo como um gênero textual de base argumentativa, que se destina a analisar, avaliar e responder a questões controversas,

⁸⁴ As estruturas dos tipos C, D, E e G descritas por Decat, em nossa pesquisa, não são vistas como orações adjetivas, mas como estruturas apositivas, dado o caráter nominal de seu núcleo.

veiculando o ponto de vista de um articulista licenciado pelos fatores autoridade ou interesse no tema abordado. Tal tema é comprometido com a atualidade da discussão e pode ser de ordem social, econômica, política ou cultural, podendo ser considerado relevante para os leitores.

Do ponto de vista da organização, o artigo de opinião, de acordo com Borges e Mesquita (2011), apresenta dimensões discursivas e linguísticas peculiares. Na dimensão discursiva, temos definido o produtor de um artigo, que é escolhido, na maioria das vezes, com base em sua especialidade por ser considerado capaz de formar e modificar opiniões sobre o tema discutido. Além disso, a construção do discurso é pautada no convencimento do interlocutor, iniciando-se com a apresentação do tema, a partir de conhecimentos comuns ou ideológicos, seguindo-se de distanciamento do discurso precedente para apontar outros posicionamentos a fim de direcionar o interlocutor para uma dada conclusão.

No intuito de alcançar o objetivo maior do gênero artigo de opinião - modificar ou formar opinião - o autor, segundo Rodrigues (2005), usa estratégias 'estilístico-composicionais' que permitam construir uma refutação e/ou estabelecer distanciamentos. Alguns recursos usados para esses fins são ironia, aspas, negação e operadores argumentativos.

Na segunda dimensão, a linguística, segundo Borges & Mesquita (2011, p.4), o artigo de opinião é do tipo argumentativo '*stricto sensu*'. Este é um tipo definido pela dimensão pragmática, esquemática global e linguística de superfície. A primeira dimensão "...consiste, segundo Travaglia (1991), no modo de interação, ou, na forma de se relacionar linguisticamente ativada em situações discursivas em que se vê a necessidade de convencer ou persuadir o outro."

A segunda "...diz respeito ao esquema geral de organização do texto, conhecido como superestrutura, definida, segundo Van Dijk (1983), por categorias e regras de formação, que são responsáveis pela organização das partes do texto por relações hierárquicas." A terceira dimensão diz respeito ao uso de modalizadores, operadores argumentativos, metáforas temporais, conjunções adversativas, orações subordinadas substantivas e advérbios. Para Travaglia (1991), marcas como essas definem tipos textuais, enquanto para Hilá (2008) e Uber (2007/2008), essas marcas definem um gênero argumentativo específico como o artigo de opinião. Vale ressaltar que, conforme Bronckart (2003), as regularidades linguísticas de um gênero são, na verdade, reflexo do tipo de composição básica e não necessariamente do gênero.

Essas são as características predominantes no artigo de opinião que consideramos

pertinentes para a definição do gênero, embora, dentre elas, configurem-se como relevantes para esta pesquisa as características linguísticas, tendo em vista que a aposição encapsuladora pode se estabelecer no *hall* das características linguísticas da sequência argumentativa.

Feitas essas pontuações sobre o gênero artigo de opinião, passemos aos procedimentos metodológicos na seção a seguir.

4.4 Procedimentos metodológicos

O procedimento investigativo proposto neste estudo tem como objetivo tecer um retrato do fenômeno da aposição como algo que se inscreve nos usos da língua não com estatuto de um termo acessório da oração, mas como formulação linguística condutora de significados retóricos e direcionadora da argumentação.

Os processos de fundamentação teórica, coleta e análise dos dados são integrados e recursivos. À medida que avançamos na coleta e análise dos dados, aprofundamos as bases conceituais e interpretativas de acordo com o referencial teórico escolhido, dentro do qual fizemos reflexões críticas e propositivas.

Optamos pela pesquisa de cunho predominantemente qualitativo porque ela responde à pretensão de uma descrição discursivo-estrutural, como prevista na GDF, que tome como ponto de partida a língua em uso. A análise estatística de frequência tem valor demonstrativo nesta pesquisa como uma investigação explanatória, discutindo as motivações para o uso de uma expressão linguística em detrimento de outras possibilidades em dado contexto. Ao mesmo tempo, este procedimento possibilitou construir uma pesquisa que ensejasse discussões futuras sobre a aplicabilidade das descrições ou prescrições feitas nos manuais de sintaxe, permitindo uma tentativa de explicação funcionalmente embasada no uso real que fazemos da língua sobre as diferentes formas e funções da aposição encapsuladora.

Esta pesquisa não se limita ao método indutivo, a partir do qual se vai dos resultados empíricos para a formulação de generalizações. Partimos da observação de alguns dados e formulamos as hipóteses sobre a formulação e a codificação morfossintática da construção que é nosso objeto de investigação. Por meio de uma análise qualitativa e de uma análise de frequência de determinadas estruturas, voltamos a essas hipóteses para, com o auxílio da dedução, verificar a necessidade ou não de refazê-las.

A organização descendente (*top-down*) do modelo é uma condição prévia para uma teoria gramatical que tem como objetivo descrever os atos discursivos, em vez de cláusulas isoladas, na perspectiva das decisões comunicativas do falante. Em um modelo orientado para o discurso, a cláusula é apenas uma das opções que o falante tem para contribuir para o fluxo

discursivo, motivo pelo qual a formulação tem que preceder codificação.

Em função disso, toma-se como unidade básica de análise, de acordo com os pressupostos da GDF, o Ato Discursivo, que pode se manifestar na língua tanto como cláusulas, quanto como fragmentos de frase totalmente gramaticais, sintagmas ou palavras. Masson (2009, p. 80) acrescenta-nos que o ato discursivo nos permite compreender que o uso da linguagem não se limita ao processo de informar apenas, mas que se configura como a reconstrução do próprio mundo real.

Para identificação das ocorrências de aposição encapsuladora, assumimos a concepção de que a aposição é uma estrutura que pode remeter a outro elemento da sentença, mas também a toda a sentença ou a porções textuais difusas. Diante dos estudos já existentes para o fenômeno da aposição, em especial o de Nogueira (1999) e o de Decat (2001), voltamos nossa atenção para a expressão apositiva que toma como escopo orações, encapsulando-as e sobre elas predicando.

Definimos dois critérios estruturais mais gerais para a identificação das aposições encapsuladoras nas amostras textuais e constituição de nosso *corpus* de ocorrências para a análise:

a – O primeiro elemento da construção apositiva deve ser uma ou mais oração, podendo ser, ainda, uma porção de informação difusa ou apenas inferível sobre a qual recai o encapsulamento do núcleo da aposição encapsuladora,

b – O segundo elemento pode ser uma proforma ou um lexema, acompanhados de oração adjetiva, um sintagma composto de nome e modificador não oracional ou um nome sem modificador, conforme os exemplos a seguir:

(72) Desde que surgiram na imprensa algumas informações sobre o projeto que mandei elaborar, recebi muitos apoios. Surgiram também várias críticas, *o que é natural* [...] (AO1906)

(73) Paradoxalmente, a partir da década de 90, a prática de extorsão mediante sequestro foi sensivelmente maior do que antes, *fato que se repetiu, aliás, com outros tantos delitos mais ou menos hediondos*. (AO2406)

(74) [...] Mas, por falta de uma perspectiva mais lúcida, ou acabam resvalando, em alguma medida, na tese perigosa de que a corrupção é mais ou menos inerente a toda prática política operando em “meio” capitalista, ou atenuam responsabilidades por meio do argumento de que também os outros partidos cometeram pecados e que destes não se falou o quanto era preciso, *argumento insuficiente (mesmo se a imputação é legítima)*, já que, além do tamanho da operação, há, no caso do PT, uma circunstância agravante pelo fato de se tratar de um partido que se apresenta como modelo de virtude cívica. (AO2306)

- (75) Qual foi o gancho para a invasão do Iraque? Armas de destruição em massa, afinal nunca encontradas? Claro que não. E essa onda agora contra o Irã? O perigo de bomba atômica nas mãos dos aiatolás? *Conversa*. É que eles ainda têm muito petróleo e não podem escapar à dominação do Ocidente. (AO0806)

Nesses exemplos, temos que a primeira unidade é uma ou mais orações. Uma oração em (72) e (73), um período com duas orações coordenadas entre si, encaixadas em uma oração complexa em (74) e, em (75), o conteúdo construído: *o perigo de bomba atômica nas mãos dos aiatolás justifica essa onda agora contra o Irã*, a partir do conjunto de interrogativas. A segunda unidade de cada exemplo representa, respectivamente, um encapsulador pronominal (proforma) acompanhado de adjetiva, um nome acompanhado de adjetiva, um nome com modificador não oracional e um nome simples.

Ao final da leitura dos 550 artigos publicados entre 2006 e 2010 disponíveis no site da Folha de S.Paulo, chegamos a um total de 108 ocorrências. Embora pareça um número pequeno, levamos em consideração que se trata de uma estrutura muito específica e que, no decorrer da leitura, verificamos a repetição de padrões estruturais a serem descritos com base nas categorias da GDF.

Diante do mapeamento dessas construções apositivas que têm como escopo pelo menos uma oração, voltamos para a identificação dos padrões encontrados. Nesta fase, operamos a descrição das ocorrências, identificando, *a priori*, a configuração da aposição encapsuladora.

É necessário afirmar que as estruturas encapsuladoras analisadas nesta pesquisa ocupam a posição posterior ao segmento encapsulado, justificada por sua função discursiva geral de Adendo (*afterthought*). Por isso, para a análise desses dados, desconsideramos outros posicionamentos como o apresentado no exemplo a seguir:

- (76) Luiz Gama soube denunciar, com competência e indignação, essa impostura perversa. Sozinho – *fato único em nossa história* -, conseguiu libertar nos tribunais mais de 500 escravos. (AO2107)

Nesse exemplo, observamos que a aposição encapsuladora ocupa uma posição intermediária entre o segmento constituído pela palavra “Sozinho” e a oração “conseguiu libertar nos tribunais mais de 500 escravos”. Está claro que o escopo desse comentário (*fato único em nossa história*) é toda oração em que ele se encontra em posição intercalada (*Sozinho, conseguiu libertar nos tribunais mais de 500 escravos*). Dada a baixa frequência

dessas estruturas deslocadas, optamos por excluí-las do *corpus*.

Diante da diversidade de configuração estrutural, optamos por analisar a frequência de cada padrão para definir qual a mais recorrente. Para essa fase da pesquisa, adotamos a ferramenta computacional para análise estatística SPSS (*Statistical Package for Social Science*). Em linhas gerais, esse programa é um pacote estatístico para análise de dados em Ciências Sociais que tem como vantagem a interface fácil de ser manuseada e linguagem simples para a realização da análise de dados. Além disso, permite fazer análise descritiva, análises inferenciais multivariadas, módulos gráficos etc.

A partir da análise de frequência, observamos qual estrutura de aposição encapsuladora figura como mais recorrente, para a qual atribuímos o título de protótipo dessas construções. Esses dados numéricos, aliados à observação do fluxo informacional e da construção argumentativa, formaram um panorama que permitiu analisar não somente a estrutura da aposição encapsuladora, com a identificação das construções específicas, mas também a funcionalidade dessa construção apositiva - muito pouco estudada apesar de conter informações importantes sobre a condução argumentativa; por extensão, permitiu lançar luz sobre o modo como a aposição encapsuladora contribui para a construção dos sentidos do texto e como suas funções se efetivam com base no aporte da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), avançando da formalização, nos níveis NI, NR e NM, até sua funcionalidade.

A partir do tratamento estatístico dos dados, em termos de frequência, fizemos a apresentação em tabelas e, então, passamos ao tratamento qualitativo deles sob o escopo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Em suma, o fenômeno da aposição foi retomado para tratar especificamente da aposição encapsuladora por considerarmos que essa estrutura contribui de maneira peculiar para a construção dos textos.

4.5 Categorias de Análise

Para a definição das categorias de análise, retomamos as questões norteadoras do percurso desta tese. Essas questões dizem respeito aos aspectos a serem considerados na análise da aposição encapsuladora, portanto direcionadoras das categorias que compõem a análise.

A questão central diz respeito aos aspectos globais da estrutura apositiva encapsuladora como um todo e seu funcionamento textual-discursivo. Assim, prevê a discussão das propriedades relativas à Formulação (pragmáticas e semânticas) e Codificação, especificamente no Nível Morfossintático, caracterizadoras das construções apositivas em que

se abriga a aposição encapsuladora tradicionalmente chamada de “*aposto de oração*” no português escrito contemporâneo usado no gênero jornalístico artigo de opinião.

Diante desse interesse mais geral, algumas questões foram levantadas sobre as unidades que compõem esse tipo de estrutura apositiva. Aparecem divididas a seguir em dois blocos: o primeiro relativo à primeira unidade da construção apositiva, e o segundo relativo à segunda unidade. Embora as perguntas sejam apresentadas em separado, cumpre dizer que elas são mutuamente influenciáveis, tendo em vista que a natureza do segmento escopo pode definir a natureza do encapsulador do mesmo modo que o encapsulador pode definir como o segmento encapsulado deve ser interpretado a depender de outras informações do contexto imediato, como já previsto por Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007). Dados esses esclarecimentos, apresentamos as perguntas norteadoras:

O primeiro bloco é composto pelas seguintes questões:

- *Qual a constituição discursiva prototípica do segmento que é escopo da aposição encapsuladora?*
- *Que tipo de ilocução caracteriza, prototipicamente, o ato discursivo da primeira unidade desse tipo de construção apositiva?*
- *Que tipo de categoria semântica caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora?*
- *Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora?*

A primeira unidade da construção apositiva pode variar conforme o que o Falante deseja encapsular, de modo que o escopo pode ser uma categoria do Nível interpessoal, do Nível Representacional ou do Nível Morfossintático. No entanto, nem todas as camadas dos Níveis são relevantes, dada a peculiaridade do escopo do encapsulamento. Assim sendo,

no Nível Interpessoal, ele pode corresponder a⁸⁵:

I. Ato Discursivo:

(77) O Supremo está consolidando sua mudança de interpretação. Esse é o fato. E está apenas começando. O poder não deixa vácuos, nossos congressistas certamente sabem. O país não pode parar à espera de necessárias leis que não chegam. Se o Congresso não aprova as normas

⁸⁵ À exceção do exemplo de encapsulamento de Move, que não é um caso de aposição encapsuladora, extraído de Pacheco (2014, p. 128), todos os outros exemplos são do *corpus* desta pesquisa.

criadas pelo Supremo, basta que legisle. Legislar é preciso. Até que isso aconteça, com todas as complexas variáveis envolvidas, a legislação judicial continuará a avançar. *Aviso aos navegantes.* (AO4508)

II. Conteúdo Comunicado:

(78) [...] Em discurso proferido ante o Congresso, disse que assinei documentos e recebi quantias em dinheiro da embaixada americana pelos mísseis, *fatos*⁸⁶ *desmentidos documentalmente e pelo embaixador.* (AO4806)

no Nível Representacional, a:

III. Estado-de-Coisas (entidade de segunda ordem):

(79) [...] As novas formas de sociabilidade na internet são horizontais, e não hierárquicas, encorajando a cooperação, *fato que é muito bem ilustrado pelos modelos de ‘colaboratório’ de pesquisas ou dos softwares de computador de ‘fonte aberta’* (AO4306)

IV. Episódio:

(80) De lá para cá, o financiamento da educação ora tem avançado, ora recuado, *o que demonstra a contradição entre a prática e a prédica das classes dirigentes do país em relação ao tema.* (AO3008)

V. Conteúdo Proposicional (entidade de terceira ordem):

(81) Se os seus executantes são camponeses – *o que aliás nem sempre é verdade* -, na grande maioria dos casos as iniciativas são não só dirigidas mas também planejadas, por equipes ideológicas. (AO2306)

Ressaltamos que a análise dos dados poderá revelar outras categorias como escopo e, embora consideremos a disponibilidade das categorias do Nível Morfossintático para serem encapsuladas, não encontramos exemplos que pudessem ilustrar o encapsulamento das categorias desse Nível.

O segundo bloco de questões diz respeito ao segundo segmento da construção apositiva, aquele que é tradicionalmente designado como *aposto de oração*:

- *Qual a constituição discursiva prototípica do segmento que constitui a aposição encapsuladora?*

⁸⁶ Apesar do substantivo “fatos”, que, em geral, encapsula Estados-de-coisas, o que é desmentido tem natureza de Conteúdo Comunicado.

- *Que tipo de ilocução caracteriza, prototipicamente, o ato discursivo da segunda unidade desse tipo de construção apositiva?*
- *Que tipo de categoria semântica caracteriza, prototipicamente, o núcleo encapsulador da construção apositiva?*
- *Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza, prototipicamente, a segunda unidade da construção apositiva, a aposição encapsuladora?*
- *Quais as funções discursivas desempenhadas pela segunda unidade da construção, a aposição encapsuladora?*

Formulamos esses questionamentos, consideramos que a proforma ou um nome encapsulador pode ser um termo que encerre em sua significação qualquer uma das categorias apresentadas para o primeiro segmento da aposição, no entanto isso não se dá aprioristicamente, mas a partir do direcionamento dado pelas informações contextuais que cercam o encapsulador de modo que ele pode ter uma natureza pragmática (argumento, notícia, aviso, comentário, pergunta etc.), uma natureza semântica (ideia, opinião, história, episódio, fato, acontecimento, situação etc.) ou puramente morfossintática (palavra, frase etc.). No caso do pronome neutro *O*, consideramos que é um encapsulador genérico, servindo, portanto, a diferentes tipos de escopo. Seu valor como encapsulador é dado exclusivamente a partir das informações contextuais, tal como a natureza do primeiro segmento e o predicado que o acompanha.

Quanto às funções discursivas atribuídas à aposição encapsuladora, propomos um redimensionamento das funções estudadas. A função básica definida no contexto desta pesquisa é o Aparte, entendido como comentário, e as funções específicas foram definidas conforme os valores expressos por essas aposições. Assim, elegemos as funções Explicação, Avaliação, prevista como função textual-discursiva em Nogueira (1999), Desdobramento, que engloba as construções que veiculam consequências factuais ou eventuais dos fatos expressos no escopo, Constatação e Conclusão, conforme exemplificados a seguir com ocorrências do *corpus*:

A. Explicação: retomada para explicar, com outras palavras, um conteúdo:

- (82) [...] As novas formas de sociabilidade na internet são horizontais, e não hierárquicas, encorajando a cooperação, *fato que é muito bem ilustrado pelos modelos de 'colaboratório' de pesquisas ou dos softwares de computador de 'fonte aberta'* (AO4306)

B. Avaliação: julgamento sobre fatos (estado-de-coisas e episódios), ideias (Conteúdo Proposicional) ou afirmações (Conteúdo Comunicado) apresentados no segmento escopado. Consideramos que a avaliação pode se manifestar tanto por meio de estruturas complexas, como no exemplo (83), em que temos o pronome encapsulador acompanhado de adjetiva restritiva, quanto por meio de um nome acompanhado de modificador, como no exemplo (84), e por meio de um rótulo axiológico, como no exemplo (85):

(83) Com relação às pessoas físicas e às empresas, a solução de reclamações passa, sucessivamente, por consultas entre as seções nacionais do Grupo Mercado Comum dos estados em que haja a contenda, pela intervenção do próprio Grupo Mercado Comum, pelo exame e parecer por especialistas, *o que é nitidamente insatisfatório.* (AO5007)

(84) Conforme o IBGE, entre outubro de 2008 e abril deste ano, já em plena crise, 316 mil pessoas saíram da pobreza nas grandes cidades brasileiras. *Um dado fantástico.* (AO3009)

(85) [...] Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC. *Ingratidão.* (AO2510)

C. Desdobramento: São acréscimos de informação que, em relação ao conteúdo anterior, se apresenta em conjunção (com a mesma orientação argumentativa - E), disjunção (outra alternativa de compreensão do segmento anterior - OU), ou contrajunção (um conteúdo contrário, de contraexpectativa - MAS). Podem, ainda, expandir o conteúdo anterior apresentando uma *consequência* (decorrência) de um EC ou episódio escopado:

(86) No dia 30 de junho foram assinados 311 acordos de cooperação, *o que permitirá oferecer, em 2007, 90 mil vagas de ingresso, majoritariamente para professores da educação básica, atendidos por 4.800 professores universitários.* (AO3006)

D. Constatação / Ratificação: Conteúdo que reitera a validade da premissa apresentada na primeira unidade:

(87) Daí o desastre a que estamos assistindo. Não por culpa da própria fundação, que foi constituída não para construir hospitais, mas para administrá-los com eficiência e competência, *o que tem acontecido por mais de 25 anos.* (AO4506)

E. Conclusão: uma *conclusão* feita a partir de uma ideia escopada (Conteúdo Proposicional) apresentado como premissa:

(88) Por isso, a violência islâmica não é um desvio, é inerente ao islã, *o que o faz uma religião inferior.* (AO4306)

Em suma, embora hajam propostas como as apresentadas em Hengevel & Mackenzie (2008) e Keizer (2015) sobre as funções retóricas que podem ser assumidas por Atos Discursivos; propostas como a de Decat (2010), de correlação entre funções textual-discursivas e retóricas das relativas; como a de Nogueira (1999) sobre as funções textual-discursivas da aposição; e como a de Keizer (2005) sobre as funções discursivas, trataremos as funções da aposição encapsuladora no *corpus* como *funções discursivas*, definidas com base nas características semântico-pragmáticas, morfossintáticas e nos valores informacionais acrescentados por essas estruturas ao discurso, dada sua característica essencialmente argumentativa.

4.6 Síntese Conclusiva

Este capítulo tratou dos procedimentos analíticos e as categorias de análises que foram implementados nesta pesquisa para a análise de dados. O gênero que forneceu os dados amostrais foi o artigo de opinião e a descrição da aposição encapsuladora ocorreu com base nos pressupostos da GDF, no que diz respeito à codificação dos aspectos semânticos e pragmáticos dessas construções. Os padrões morfossintáticos definidos para essas estruturas foram: pronome neutro “o” ou nome seguido de relativa restritiva, nome seguido de oração não finita ou modificador não oracional e, por fim, um nome apenas. Como possibilidades de categorias possíveis de serem encapsuladas, apontamos o Ato Discursivo, Conteúdo Comunicado, do NI, Estado-de-Coisas, Episódio e Conteúdo proposicional, do NR. Foram definidas as funções discursivas da segunda unidade da construção relativamente ao conteúdo tomado como escopo (a primeira unidade): Explicação, Avaliação, Desdobramento, Constatação/Ratificação e Conclusão.

5 ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO APOSITIVA ENCAPSULADORA EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Este capítulo é dedicado à apresentação da análise da aposição encapsuladora, em termos das operações de Formulação e Codificação, conforme os pressupostos da GDF, nos Níveis Interpessoal e Representacional e, embora a Codificação seja construída nos Níveis Morfossintático e Fonológico, será considerado aqui apenas o Nível Morfossintático. Para o tratamento das funções discursivas da aposição encapsuladora, propomos um quadro de funções específicas desse tipo de aposição tomando como parâmetro as propostas de Nogueira (2009, 2012), e de Hannay e Keizer (2005) para as aposições não restritivas, tendo em vista a contribuição daquela para o estudo da aposição em português, e destes para o tratamento da aposição no âmbito da GDF; além da proposta de Decat (2011) para a correlação entre funções textual-discursivas e relações retóricas na articulação de oração do PB em uso.

As análises feitas neste capítulo pretendem responder ao seguinte questionamento: *Que propriedades relativas à formulação (pragmáticas e semânticas) e codificação (morfossintática, especificamente) caracterizam as construções apositivas em que se abriga a aposição encapsuladora no português escrito, em artigos de opinião?*

Esse questionamento se desdobra nas seguintes questões específicas:

- ✓ *Qual a constituição discursiva prototípica do segmento que é escopo da aposição encapsuladora?*
- ✓ *Que tipo de ilocução caracteriza, prototipicamente, o ato discursivo que contém a primeira unidade desse tipo de construção apositiva?*
- ✓ *Que tipo de categoria semântica caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora?*
- ✓ *Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora?*
- ✓ *Qual a constituição discursiva prototípica do segmento que constitui a aposição encapsuladora?*
- ✓ *Que tipo de ilocução caracteriza, prototipicamente, o ato discursivo da segunda unidade desse tipo de construção apositiva?*
- ✓ *Que tipo de categoria semântica caracteriza, prototipicamente, o núcleo encapsulador da construção apositiva?*
- ✓ *Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza, prototipicamente, a segunda*

unidade da construção apositiva, a aposição encapsuladora?

- ✓ *Quais as funções discursivas desempenhadas pela segunda unidade, que abriga a aposição encapsuladora, da construção?*

A fim de tratar dessas questões, pontuamos que, neste estudo, a constituição prototípica será considerada em termos de frequência e que o encapsulamento, conforme os estudos de Conte (1996, p. 1), realiza-se por meio de um sintagma nominal que faz uma “paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto⁸⁷”, que, de uma forma prototípica, pode ser ilustrada pelo exemplo a seguir:

- (89) E Kohl [...] vê a sua missão agora como ancoragem Alemanha no fundo de uma Europa unida. Ele quer que Alemanha, França e um punhado de outros para se mover rapidamente em direção a [...] uma moeda única e um Parlamento Europeu reforçado. [...]

A questão, no entanto, não é exatamente acelerar as taxas de pulso na Baviera ou North Rhine-Westphalia, e muito menos a antiga Alemanha Oriental. (Conte, 1996)⁸⁸

A abordagem de Conte para o encapsulamento anafórico prevê os casos de estabelecimento de novo referente para a continuidade do texto. O encapsulamento de que tratamos aqui pode ser visto por outra perspectiva, considerando o uso atributivo desse tipo de nominalizações, conforme ilustrado pelo exemplo a seguir:

- (90) Em 2008, o consumo nacional de etanol em veículos leves superou o de gasolina – *um marco a ser destacado*. (AO1908)

O SN “*um marco a ser destacado*” retoma todo o Estado-de-Coisas expresso na primeira unidade da construção apositiva “*Em 2008, o consumo nacional de etanol em veículos leves superou o de gasolina*”. Embora as teorias sobre encapsulamento apontem que esse fenômeno introduz um novo referente, entendemos que esse recurso, na verdade, promove a nominalização de uma categoria de ordem superior e tal nominalização pode tanto ser usada referencialmente, quando estabelece um referente no contexto, como pode ser usada atributivamente, quando expressão com valor predicativo, tal como podemos observar

⁸⁷ “...a noun frase functions as a resumptive paraphrase for a preceding portion of a text. (CONTE, 1996, p.1)

⁸⁸ “And Kohl [...] sees his mission now as anchoring Germany deep in a United Europe. He wants germany, France and a handful of others to move rapidly toward [...] a single currency and a strengthened European Parliament. [...]

The issue, however, does not exactly quicken pulse rates in Bayern or North Rhine-Westphalia, let alone the former East Germany.”

também nos exemplos a seguir:

(91) A liga será sempre para as pessoas que lutam contra a classe governamental – *esta promessa* de Dasi provocou uma aclamação na praça. (CONTE, 1996, p. 6)⁸⁹

(92) O número dos que se declaram de cor preta cresceu de 11,5 milhões para 12,9 milhões, de 2005 para 2006. E a população de pretos e pardos, 49,5% do total, está bem próxima do número de brancos, 49,7%, *fato que não ocorria há muitos anos [...]* (AO4207)

No caso do exemplo (91), temos o uso de uma expressão nominal encapsuladora que, acompanhada do pronome demonstrativo, coloca-se como uma introdução referencial, conforme os pressupostos de Conte (1996). No entanto, no caso dos exemplos (90) e (92), consideramos que o uso não é referencial, tendo em vista o valor predicativo da expressão *fato*, que pode ser traduzido por uma estrutura do tipo “*este é um fato que não ocorria há muitos anos*”, à semelhança das orações copulares, conforme defendido por Hannay e Keizer (2005). Tal leitura é autorizada pelos pressupostos de Hengeveld e Mackenzie (2008) acerca dos usos referenciais e atributivos de uma expressão nominal. Essas questões serão retomadas na seção 5.5, que tratará das funções discursivas da aposição encapsuladora, conforme os pressupostos de Hannay; Keizer (2005) e Nogueira (1999; 2012).

Dadas essas considerações iniciais, trataremos, nas seções a seguir, da descrição das construções apositivas encapsuladoras nos níveis da GDF e, em seguida, trataremos das funções discursivas dessas construções.

5.1 A aposição encapsuladora no Nível Interpessoal

No Nível Interpessoal, no qual lidamos com a evocação de referentes e propriedades, a aposição realiza-se como um Ato Discursivo independente daquele que toma como escopo, assumindo uma relação de equipolência. Por isso recebe uma representação própria com os Subatos correspondentes às evocações feitas nele e uma Ilocução específica. Nos casos analisados aqui, em sua maioria, a Ilocução é declarativa, e o Ato Discursivo é constituído de um Subato de Atribuição, como no exemplo a seguir.

(93) Mais do que planilhas e números, estamos falando de pessoas, na ativa ou não, que terão maior poder de compra, *o que gera, de imediato, melhoria na qualidade de vida do cidadão.* (AO0106)

⁸⁹ “La lega sarà sempre per la gente che suda contro la classe dei governanti. – Questa promessa di dasi há provocato l’acclamazione dela piazza.”

Esse caso pode receber a seguinte representação no NI:⁹⁰

- (93) a. (M₁: [(A₁: – Mais do que planilhas e números, estamos falando de pessoas, na ativa ou não, *que terão maior poder de compra* – (A₁)) (A₂: – o que gera melhoria, de imediato, na qualidade de vida do cidadão – (A₂))] (M₁))

É importante dizer que, na escrita, Hengeveld & Mackenzie (2008) propõem que a integridade do *Move* está refletida na divisão dos parágrafos. Conforme os autores, em um gênero argumentativo, os Atos Discursivos correspondem à declaração introdutória do parágrafo, às unidades desenvolvidas pela declaração e à conclusão, todas identificadas como Atos Discursivos que compõem o mesmo *Move*.

No exemplo (93), temos um caso em que o escopo é uma oração que ocupa a posição de um modificador - *que terão maior poder de compra* - de um Subato Referencial – *pessoas, na ativa ou não, que terão maior poder de compra* -. Esse modificador, em virtude da recursividade da língua, evoca um Subato Atributivo preenchido, no Nível Representacional, por um Estado-de-Coisas, constituído por um *frame* de predicação, ao invés de um item lexical.

No exemplo (94), a seguir, temos um caso em que a unidade em que se encontra o escopo da aposição encapsuladora pertence, no NI, à categoria Ato Discursivo, cujo reconhecimento é possível pela diferença entonacional entre os Atos que compõem o primeiro e o segundo *Move*.

- (94) Mas como podemos aliviar o sofrimento e reduzir a tensão? Em primeiro lugar, organizações humanitárias precisam ter acesso imediato, irrestrito e regular à região, *o que não é permitido agora*. (AO1008)

A natureza do escopo, neste exemplo, é representacional (*as organizações humanitárias terem acesso imediato...*), pois a permissão se instaura no domínio das ações. Esse caso é uma simulação que o autor faz da presença de um leitor realizando um *Move* de Iniciação, com o Ato Discursivo interrogativo: *Mas como podemos aliviar o sofrimento e reduzir a tensão?* Em seguida, o autor responde em um *Move* de reação “*Em primeiro lugar, organizações humanitárias precisam ter acesso imediato, irrestrito e regular à região, o que*

⁹⁰ A representação será simplificada para demonstrar a relação entre os Atos Discursivos, sem se deter no interior desses Atos, salvo quando relevante para a análise. Além disso, a descrição da função discursiva será feita, nesta seção, a partir da função básica *Aparte*, especificada na seção 5.5.

não é permitido agora”. O escopo, nesse caso, está abrigado no Ato Discursivo que constitui o segundo Move.

Sobre a constituição discursiva da primeira unidade da construção apositiva, então, é possível afirmar que pode ser um Ato Discursivo ou parte de um Ato Discursivo, como o modificador, um Ato Discursivo Subsidiário.

Essas considerações gerais sobre a localização do escopo e o tipo de ato realizado pela aposição encapsuladora precisam ser subsidiadas pelo fato de que, conforme a GDF, a ordem linear de Atos Discursivos múltiplos reflete uma sucessão temporal, mas, no interior dos Atos, onde não se tem função retórica, mas sim função apenas pragmática, a ordenação é arbitrária. No caso de Atos Múltiplos, ainda, a expressão de um Ato Discursivo pode ser interrompida em algum ponto para a inserção de outro Ato conforme a decisão do Falante, tal qual no exemplo a seguir:

- (95) Agora, nenhum grupo estudantil reivindicou o protagonismo da invasão. *Malgrado o intento, simpatizantes da UNE e a atual diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto - que chegara a se oferecer para mediar acordo entre a diretoria da faculdade e os ocupantes, o que, ‘per se’, implica não ser parte – passaram a brandir o argumento da presença estudantil.* (AO3207)

O exemplo (95) pode ser formalizado conforme representação a seguir:

- (95) a. (M₁: [(A₁: – Agora, nenhum grupo estudantil reivindicou o protagonismo da invasão – (A₁)) (A₂: – *Malgrado o intento, simpatizantes da UNE e a atual diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto -* (A₃: – *que chegara a se oferecer para mediar acordo entre a diretoria da faculdade e os ocupantes,* – (A₃) – (A₄: – **o que, ‘per se’, implica não ser parte** – (A₄)) – *passaram a brandir o argumento da presença estudantil.*” – (A₂))] (M₁))

A descrição do exemplo (95) mostra que o Ato Discursivo (A₂) é interrompido duas vezes. Primeiro para inserir um Ato Discursivo Subsidiário, que abriga o escopo da aposição encapsuladora e, em seguida, interrompido para a realização de (A₄), Ato Discursivo que constitui a aposição encapsuladora, tendo em vista que o escopo se encontra no Ato Discursivo (A₃).

Conforme os exemplos, as relações que se estabelecem entre os Atos Discursivos dentro de um *Move* podem ser de equipolência ou dependência. No caso da aposição encapsuladora, consideramos que a relação com o Ato Discursivo que abriga o escopo é de equipolência, pois a Ilocução do Ato Discursivo que constitui o segmento encapsulador vem depois de uma pausa entonacional e não necessariamente é do mesmo tipo que a Ilocução do Ato Discursivo do segmento encapsulado, tal como no exemplo a seguir:

(96) *Qual foi o gancho para a invasão do Iraque? Armas de destruição em massa, afinal nunca encontradas? Claro que não. E essa onda agora contra o Irã? O perigo de bomba atômica nas mãos dos aiatolás? Conversa.* É que eles ainda têm muito petróleo e não podem escapar à dominação do Ocidente. (AO0806)

Como podemos observar, há uma sucessão de Atos Discursivos com ilocução interrogativa na unidade que abriga o escopo, que seria um Conteúdo Proposicional (*essa onda agora contra o Irã NÃO se justifica pelo perigo de bomba atômica nas mãos dos aiatolás*) recuperado a partir das duas últimas interrogativas “*E essa onda agora contra o Irã? O perigo de bomba atômica nas mãos dos aiatolás?*”, encapsulado pelo termo “Conversa”, que compõe, sozinho, o Ato Discursivo que abriga a aposição encapsuladora cuja ilocução é declarativa.

Compreendido o tipo de relação entre o Ato Discursivo que abriga o escopo e o Ato Discursivo que constitui a aposição encapsuladora, consideremos a composição do Conteúdo Comunicado do Ato Discursivo que abriga a aposição encapsuladora. Em termos de função pragmática, a aposição encapsuladora pode ser considerada uma estratégia de marcação de Foco, tal como a avaliação do articulista sobre o valor da informação que compõe o escopo, uma predição, uma inferência necessária para o preenchimento de alguma lacuna na informação do leitor.

Dentre as possibilidades de marcação de Foco apresentadas na GDF, está o uso de construção de Foco especial, o que consideramos ser o caso da aposição encapsuladora, dada a sua independência como Ato Discursivo, sua posição posterior ao seu escopo, embora haja casos em que ela figura em algum ponto de interrupção do Ato Discursivo com que se relaciona, e uma variedade de informação que ela pode veicular.

No interior da aposição encapsuladora, entretanto, podemos dizer que o papel do núcleo encapsulador é estabelecer o tópico para o qual será atribuído o comentário. No exemplo (106), retomado a seguir, podemos apontar a atribuição dessas funções no Ato Discursivo que abriga a aposição encapsuladora:

(96) a. (M₁: [(A₁: – Agora, nenhum grupo estudantil reivindicou o protagonismo da invasão – (A₁)) (A₂: – *Malogrado o intento, simpatizantes da UNE e a atual diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto* - (A₃: – *que chegara a se oferecer para mediar acordo entre a diretoria da faculdade e os ocupantes,* – (A₃) – (A₄: – **o que**^{tópico}, **‘per se’, implica não ser parte**^{comentário} – (A₄))_{Foco} – *passaram a brandir o argumento da presença estudantil.*” – (A₂))] (M₁))

Hengeveld & Mackenzie (2008) deixam claro que a relação entre Foco e Tópico não é

complementar, mas que a relação Tópico – Comentário é parte da dimensão Focal. A noção de Tópico, então, é aplicada a um Subato com função especial dentro do Ato Discursivo, sinalizando a relação do Conteúdo Comunicado com o registro gradualmente construído no Componente Contextual. Assim, o estabelecimento da função Tópico para o Subato responsável pelo encapsulamento é uma instrução para que o leitor recupere o conteúdo do escopo, para, sobre ele, aplicar o comentário.

Dadas as peculiaridades do escopo da aposição encapsuladora, o antecedente do Tópico pode ser qualquer categoria das camadas mais altas de qualquer um dos Níveis gramaticais, cabendo ao Ouvinte recuperar no contexto o antecedente do Tópico, no Nível Representacional, dado que no Nível Interpessoal temos apenas as evocações dos tipos de Subatos Discursivos realizados pelos Falante, embora admitamos que o escopo possa ser uma categoria do NI, quando encapsulado por substantivos como *pergunta, ordem, promessa etc.* Considerando que a função básica do Tópico é relacionar o Conteúdo Comunicado à informação existente no Componente Contextual, é possível que o encapsulamento seja um recurso para o estabelecimento de Tópicos que estão disponíveis no Componente Contextual como *frames* de conteúdo.

Consideremos, ainda, que essas funções não são antagônicas ou excludentes, de modo que elas podem ser atribuídas cumulativamente a um mesmo conteúdo, quando há coincidência entre o Subato Tópico e a informação focal. Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram que, normalmente, os valores para os quais encontramos codificações linguísticas são os primeiros valores dos pares Foco/Fundo, Tópico/Comentário e Contraste/Sobreposição. No entanto, no caso da aposição encapsuladora, podemos ter conteúdos que combinam as funções Foco e Comentário, conforme o exemplo a seguir:

(97) [...] Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC. Ingratidão. (AO2510)

(97) a. (M₁: [(A₁: – Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC – (A₁))
(A₂: – **Ingratidão**_{Comentário} – (A₂))_{Foco}] (M₁))

A combinação Foco/Comentário é ilustrada no exemplo (97), com a atribuição da função Foco ao Subato Atributivo que compõe, sozinho, A₂, Ato Discursivo que abriga a aposição encapsuladora com um núcleo lexical que carrega um conteúdo de julgamento por parte do articulista acerca do Conteúdo de A₁.

Assim, a aposição, como manifestação de Comentário focalizado, realiza-se como um Ato Discursivo autônomo com Ilocução e Conteúdo Comunicado próprios, relacionando-se

com o(s) Ato(s) Discursivo(s) que a precede(m) por meio do encapsulamento.

Por fim, em termos de escopo da aposição encapsuladora, consideramos que, no caso dos encapsuladores lexicais, parece-nos que a natureza da categoria tomada como escopo é dada, de fato, pela natureza do encapsulador. No caso do encapsulador gramatical, é o contexto que parece indicar qual é o escopo sobre o qual recai a atribuição feita na aposição encapsuladora como um todo. Os exemplos a seguir podem esclarecer essa diferença:

(98) Desde que surgiram na imprensa algumas informações sobre o projeto que mandei elaborar, recebi muitos apoios. Surgiram também várias críticas. *O que é natural...* (AO1906)

(99) [...] Lutavam na mata fechada: *uma disputa das mais ferozes*. (AO0506)

Nesses exemplos, observamos que, em (98), o encapsulador toma como escopo “*Surgiram também várias críticas*” e, sobre esse Estado-de-coisas, apresenta um comentário do articulista. Nesse caso, o tipo de comentário é quem conduz à interpretação do interlocutor de que a predicação contida na aposição não se dá sobre o Ato Discursivo, já que a natureza pragmática licenciaria comentários sobre o tipo de ato etc. Assim, falar em termos de naturalidade ou não naturalidade, tomada aqui com o sentido de *usuabilidade* de um fato costumeiro (o surgimento de várias críticas), só poderia nos levar à conclusão de que o escopo é um Estado-de-coisas. No caso de (99), o nome ‘*disputa*’ remete, por si só, a um Estado-de-Coisas, dada a definição de que Estados-de-Coisas são eventos ou estados que podem ser avaliados em termos de realidade. Assim “*uma disputa*” pode ser entendida, neste caso, como uma codificação nominal (Morfofossintático) para o que, no Nível Representacional, é um Estado-de-Coisas.

Essas peculiaridades sobre a natureza do escopo, no entanto, são dadas, *a posteriori*, a partir da interpretação do encapsulador. Por essa razão, não nos parece relevante construir uma análise separada do escopo, mas apontar a natureza dele quando for relevante para identificar em que tipo de categoria a aposição encapsuladora enquadra o que toma por escopo, o que só pode ser feito a partir das categorias do Nível Representacional. Cabe dizer ainda que a aposição encapsuladora pode designar seu escopo como uma categoria do Nível Interpessoal, como, por exemplo, uma ilocução, naqueles casos de reflexividade, de uso metadiscursivo/metalinguístico (*afirmação*).

5.2 A aposição encapsuladora no Nível Representacional

No Nível Representacional, como já explanado no capítulo 2, as informações do Nível Interpessoal, evocações, recebem designações, e as unidades são tratadas em termos de

categorias ontológicas representadas na língua (semânticas). Uma peculiaridade da GDF, como afirmado naquele capítulo, é a possibilidade de a recursividade atuar em diversos estratos da língua.

Dentre as possibilidades de recursividade, destacamos, primeiramente, a possibilidade de um Estados-de-Coisas, ao invés de se expressar por um núcleo configuracional⁹¹, se expressar por um núcleo lexical. Essa possibilidade, aliada ao fato de que a aposição pode se realizar pelo estabelecimento de nomes que ficam disponíveis para serem ativados quando necessário, permite-nos considerar uma descrição em que a aposição encapsuladora seja uma nominalização com núcleo configuracional quando temos estruturas em que há o pronome “o” e o modificador em oração restritiva.

É possível descrever a aposição encapsuladora, no Nível Representacional, tal qual a GDF concebe as relativas ‘sem cabeça’ ou não nucleadas, como a seguir, mas com a peculiaridade de que, em vez de uma entidade do tipo Indivíduo (x), teríamos uma entidade do tipo Propriedade (f), que pode ter o núcleo preenchido por Estado-de-Coisas, Conteúdo Proposicional ou Episódio, além das categorias disponíveis para serem encapsuladas do Nível Interpessoal:

$$(f_1: [M_1/A_1/C_1/T_1/p_1/ep_1/e_1/Le_1/Cl_1: [(f_2: \blacklozenge / (f_2)) \dots] (M_1/A_1/C_1/T_1/p_1/ep_1/e_1/Le_1/Cl_1)]) (f_1))$$

Das categorias semânticas básicas, podemos ter expressões nominais derivadas via encapsulamento anafórico. Assim o termo ‘*disputa*’, no exemplo (100), nominaliza um Estado-de-Coisas (e), enquanto ‘*Grave equívoco*’, no exemplo (101), nominaliza um Conteúdo Proposicional (p), e ‘*história mal contada*’, no exemplo (102), nominaliza um Episódio:

(100) [...] Lutavam na mata fechada: *uma disputa das mais ferozes*. (AO0506)

(100) a. (e_i: (f_i: [(f_j: – Lutavam na mata fechada – (f_j))] (f_i)) (e_i): (f_j: [(e_j: [(f_k: (f_i: **uma disputa** (f_i))_{encapsulador} (f_m: – **das mais ferozes** – (f_m))_{modificador} (f_k))] (e_j)] (f_j))

(f_i: [e_i: [f₂: **uma disputa das mais ferozes** (f₂))] (e₁))] (f₁))

No caso do exemplo (100), temos o encapsulador ‘*disputa*’ correspondente ao Estado-de-Coisas “*Lutavam na mata fechada*”. Nesse caso, consideramos se tratar de um

⁹¹ Uma estrutura complexa com predicados e argumentos.

encapsulamento de Estado-de-Coisas em vista da possibilidade de localização no espaço e no tempo, diferentemente do que ocorre no exemplo (111), a seguir:

(101) A elite reformadora e republicana que criou o SUS, e que zela por sua integridade, entende que só se deve abordar o segundo problema – o da injustiça – depois de equacionar o primeiro problema – o do financiamento. *Grave equívoco*. (AO0310)

(101) a. (e_i: (f_i : [(f_j: – A elite reformadora e republicana que criou o SUS, e que zela por sua integridade, entende – (f_j)) (p_i: [f_k: – *que só se deve abordar o segundo problema – o da injustiça – depois de equacionar o primeiro problema – o do financiamento* – (f_k))] (p_i)) (e_i) : (f_j : [(p_j: [f_k : (f_i: **equívoco** (f_i))_{encapsulador} (f_m: – **Grave** – (f_m))_{modificador} (f_k))] (p_j)] (f_j))

(f_i: [p_i: [f_k: **Grave equívoco** (f_k))] (p_i))] (f_i))

Nesse exemplo, dada a natureza do verbo ‘entender’ na primeira unidade, consideramos se tratar do encapsulamento de um Conteúdo Proposicional (p), tendo em vista, ainda, a possibilidade de avaliação em termos de verdade ou falsidade, o que é operado pelo próprio encapsulador ao retratar o conteúdo do escopo como ‘*equívoco*’.

No exemplo a seguir, o escopo abriga mais de um Estado-de-Coisas (e), o que nos permite dizer que se trata de um Episódio (ep):

(102) De lá para cá, o financiamento da educação ora tem avançado, ora recuado, o que demonstra a contradição entre a prática e a prédica das classes dirigentes do país em relação ao tema.

(102) a. (ep_i: (e_i: (f_i : [(f_j: – o financiamento da educação ora tem avançado – (f_k))] (f_i)) (e_i) (e_k: (f_k : [(f_i: – ora recuado – (f_i))] (f_k)) (e_k) (ep_i)): (f_j : [(ep_j: [(f_k : (f_i: **o** (f_i))_{encapsulador} (f_m: – que demonstra a contradição entre a prática e a prédica das classes dirigentes do país em relação ao tema – (f_m))_{modificador} (f_k))] (ep_j)] (f_j))

No caso do exemplo (102), consideramos que o fato de termos Estados-de-Coisas correlacionados na primeira unidade sobre os quais o Falante deseja predicar faz com que eles sejam encapsulados como um episódio (ep) a partir do demonstrativo ‘o’. Os segmentos “*o financiamento da educação ora tem avançado*” e “*ora tem recuado*” são colocados em correlação na estrutura da primeira unidade, o que nos leva a interpretar o núcleo da aposição encapsuladora ‘o’ como um encapsulador desses dois Estados-de-Coisas.

Além das categorias básicas, há possibilidade, dada a disponibilidade das categorias dos outros Níveis, de encapsulamento de Conteúdos Comunicados (C), Ato Discursivo (A), tal como nos exemplos a seguir:

(103) Conforme o IBGE, entre outubro de 2008 e abril deste ano, já em plena crise, 316 mil pessoas saíram da pobreza nas grandes cidades brasileiras. *Um dado fantástico*. (AO3009)

- (103) a. (C_i: – entre outubro de 2008 e abril deste ano, já em plena crise, 316 mil pessoas saíram da pobreza nas grandes cidades brasileiras – (C_i)): (f_j : [(C_j: [(f_k : (f_i: Um dado (f_i))_{encapsulador} (f_m: – **fantástico** – (f_m)_{modificador} (f_k))] (C_j)] (f_j))

(f_n: [C_i: [f_o:– **Um dado fantástico** – (f_o))] (C_i))] (f_n))

No caso de exemplo (103), o que nos autoriza a apontar que a categoria encapsulada é o Conteúdo Comunicado (C) é o fato de a cláusula da primeira unidade apresentar a expressão ‘*Conforme o IBGE*’, que é um modificador reportativo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103), sendo a reportatividade uma das características que diferencia o Conteúdo Comunicado (C) do Conteúdo Proposicional (p).

No caso do exemplo (104), em que temos também o encapsulamento de um Ato Discursivo, o recurso que nos conduz é a forma verbal que encabeça o trecho encapsulado:

- (104) Entretanto, docentes e dirigentes reivindicam autonomia dos fins. Tal posição tem justificado, por exemplo, rechaçar políticas de ações afirmativas e inclusão social, *o que pouco contribui para tornar mais justa a sociedade que abriga, sustenta e legitima a universidade.* (AO0309)

O verbo *rechaçar*, nesse caso, se entendido como resultado de *replicar*, *contestar*, *rebatêr*, autoriza a interpretação de que o *demonstrativo* ‘o’, embora apenas introduzido no Nível Morfosintático, aponte para a oração ‘*rechaçar políticas de ações afirmativas e inclusão social*’, como antecedente potencial do encapsulamento sobre o qual recai o modificador oracional ‘*pouco contribui para tornar mais justa a sociedade que abriga, sustenta e legitima a universidade*’. No entanto, se entendido como um evento de ação, um fazer, e não um fruto desse fazer, autoriza a interpretação de que o encapsulador de um Estado-de-Coisas e não de um Ato Discursivo.

Dados os casos descritos acima, observemos que, embora os pronomes dêiticos possam ser caracterizados como pronomes referenciais com traço mais identificativo⁹² não correspondentes nem ao Falante nem ao Ouvinte no Nível Interpessoal, há pronomes anafóricos de terceira pessoa que apresentam um comportamento diferente. Assim sendo, o pronome “o” nos casos analisados aqui é considerado pronome encapsulador que remete o Leitor à porção textual que é o escopo da aposição encapsuladora, estabelecendo a inserção de um novo ‘nome’ com valor atributivo, que, embora receba o valor semântico da natureza do

⁹² Para o qual podemos identificar um referente expresso no cotexto.

que é encapsulado no Nível Representacional, sua inserção só ocorrerá de fato no Nível Morfossintático.

Retomemos o exemplo (94), retomado como (105), a seguir, por conveniência⁹³:

(105) “Mas como podemos aliviar o sofrimento e reduzir a tensão? Em primeiro lugar, organizações humanitárias precisam ter acesso imediato, irrestrito e regular a região, o que não é permitido agora.” (AO0106)

(105) a. $(e_1: [(f_i: \text{organizações humanitárias precisam ter acesso imediato, irrestrito e regular a região} - (f_i)_{\text{escopo}}] (e_1)) : (f_i: [(e_j: (f_i - \mathbf{O} - (f_i)) (e_j))_{\text{encapsulador}} : (f_k: \text{que não é permitido agora} - (f_k)_{\text{modificador}} (e_j))] (f_i))$

Nesse exemplo, a relação entre escopo e aposição encapsuladora ocorre em uma estrutura predicativa, realizada pelo verbo de cópula entre o núcleo encapsulador “o” e a predicação “*não é permitido agora*”. A natureza gramatical do núcleo encapsulador faz com que ele só seja inserido no Nível Morfossintático, mas seu valor como Estado-de-Coisas já é dado já no Nível Representacional, ou melhor, o demonstrativo é inferido como EC no NR pela informação do contexto, e não por seu valor no Componente Gramatical.

O valor anafórico do encapsulador “o” será especificado por meio das informações disponíveis no contexto para o estabelecimento do antecedente como um Estado-de-Coisa, na primeira unidade, para o pronome ‘o’, na segunda unidade. Outra representação possível seria aquela em que, ao invés de resgatar o Estado-de-Coisas expresso no Ato Discursivo como um todo, se resgatasse como escopo o Estado-de-Coisas designado no argumento complexo “*ter acesso imediato, irrestrito e regular a região*”.

A priori, não nos parece claro qual o escopo do encapsulador *o* nessa estrutura pela existência de duas unidades possíveis de serem encapsuladas. Se considerarmos que *o* toma como escopo (e_j), o encapsulamento ocorre sobre um argumento que ocupa uma posição destinada a um SN expresso como um Estado-de-Coisas em uma das posições argumentais (*ter acesso imediato, irrestrito e regular a região*), mas, se considerarmos que o escopo é todo o segmento anterior, temos um encapsulador que sintetiza um Estado-de-Coisas como um todo, estabelecendo uma relação entre unidades estruturais diferentes a ser refletida no Nível Morfossintático, já que o pronome “o” está condicionado ao valor semântico de seu escopo, disponível contextualmente.

⁹³ No Nível Morfossintático, há a operacionalização das informações provenientes dos dois níveis da Formulação para a construção da representação estrutural morfossintática dos Atos Discursivos. Essa representação é finalizada no Nível Fonológico, do qual não trataremos. Em função disso, a representação será feita considerando a representação ortográfica das unidades em detrimento da representação fonológica das formas que já assumiram sua forma final.

Quando a aposição encapsuladora se realiza a partir de um encapsulador que, diferentemente do que ocorre no exemplo anterior, tem natureza lexical (um nome genérico, por exemplo, ou uma categoria semântica específica, como *fato*, acompanhado de oração relativa), a recuperação da categoria encapsulada se dá, em parte, pelo valor semântico do segmento encapsulado e, em parte, pela natureza semântica do encapsulador. Nesses casos, há a introdução de uma expressão que encapsula, a partir da perspectiva do Falante, a primeira unidade da estrutura apositiva. Tomemos como exemplos as duas ocorrências a seguir:

- (106) Atender essas necessidades, abrangentes em excesso, requer, obrigatoriamente, planejamento. A curto, médio e longo prazos. *Hábito* que o governo federal, em relação à Copa do Mundo, desprezou. (AO4709)
- (107) Paradoxalmente, a partir da década de 90, a prática de extorsão mediante sequestro foi sensivelmente maior do que antes, *fato* que se repetiu, aliás, com outros tantos delitos mais ou menos hediondos. (AO2406)

Esses casos de encapsulamento nos conduzem à consideração de que, de fato, temos uma nominalização a partir do modo como a primeira unidade é interpretada e não apenas uma anáfora estritamente gramatical, como poderia sugerir o uso do pronome “o”. Se considerarmos o que dizem Consten; Knees e Schwarz-Friesel (2007), no caso dos exemplos (106) e (107), temos um grau de abstração alto, tendo em vista os tipos de encapsulador usados, ‘*hábito*’ e ‘*fato*’, que são considerados pelos autores como dependentes do mundo, que existem no espaço e no tempo. Podemos sugerir que se trata do encapsulamento de um Estado-de-Coisas, nos termos da GDF, uma entidade de segunda ordem, cuja diferença está entre, no primeiro caso, tratar-se de um Estado-de-Coisas com aspecto de frequentativo e, no segundo caso, um evento pontual.

No Nível Representacional, o encapsulador será caracterizado conforme o tipo de entidade encapsulada. Assim, embora possamos ter uma expressão metafórica como encapsulador, consideramos que o descompasso entre unidade encapsulada e encapsulador é resolvido no Contexto, o que, portanto, justifica a representação da metáfora no exemplo (108) como um Estado-de-Coisas ao invés de Indivíduo, permitindo a interpretação pertinente do que é escopo da aposição.

- (108) Também é fato que os envolvidos pertencem a uma família de classe média, *um ingrediente a mais no caldo da curiosidade popular* (AO1010)
- (108) a. (e_i: [(f_i:– Também é fato – (f_i)) (e_j: (f_k:– que os envolvidos pertencem a uma família de classe média – (f_k)) (e_j)] (e_i)) : (f_j: [(e_k: (f_i: – **um ingrediente a mais** – (f_i))_{encapsulador}: (l_k: – **no**

caldo da curiosidade popular – (l_k)_{modificador} (e_k)] (f_i)

O demonstrativo serve como uma espécie de suporte que recebe as características do antecedente para a manutenção do caráter anterior do conteúdo que se transmuta em nome, ficando a cargo do predicado o acréscimo de informações acerca dele. No caso dos encapsuladores lexicais, a tendência parece ser a designação específica de como o Falante pretende que a porção encapsulada seja tomada, direcionando a informação pragmática do Ouvinte.

Já nas ocorrências com encapsulador absoluto, aquele que sozinho compõe a segunda unidade da estrutura apositiva sem a presença de modificadores de qualquer natureza, como em (109) e (110), temos situações diversas:

(109) [...] Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC. *Ingratidão.*”
(AO2510)

(110) Qual foi o gancho para a invasão do Iraque? Armas de destruição em massa, afinal nunca encontradas? Claro que não. E essa onda agora contra o Irã? O perigo de bomba atômica nas mãos dos aiatolás? *Conversa.* É que eles ainda têm muito petróleo e não podem escapar à dominação do Ocidente. (AO0806)

Os encapsuladores nos exemplos (109) e (110) são interpretados com base nas informações contextuais, tendo em vista seus valores metafóricos. No caso dessas estruturas, temos em (109) o encapsulamento de um Estado-de-Coisas enquanto em (110) temos o encapsulamento de um Conteúdo Proposicional. O que se pode depreender das representações acima é que a aposição encapsuladora realiza-se como Ato Discursivo autônomo dentro do Move, com Conteúdo Comunicado e Ilocução própria, assumindo função retórica e pragmática em relação ao Ato Discursivo que o precede, conforme seu escopo seja todo o Conteúdo Comunicado no Ato Discursivo precedente ou parte desse Conteúdo Comunicado, tendo em vista que seu valor é dado atributivamente em relação a algum ponto do Ato Discursivo que toma por escopo.

Nesses casos, como já mencionado, a natureza categorial do que é encapsulado é definida a partir do contexto, considerando o que é predicado sobre o conteúdo encapsulado, dado que a predicação veicula algum tipo de modificação aplicado a Estado-de-Coisas, Conteúdo Proposicional, Conteúdo Comunicado etc. A tabela a seguir nos mostra os resultados relativos à frequência das categorias encapsuladas:

Tabela 1: Frequência das categorias encapsuladas

Categoria encapsulada	Frequência	Porcentagem
Ato Discursivo	3	2,8
Conteúdo Comunicado	9	8,3
Estado-de-Coisas	83	76,9
Episódio	2	1,9
Conteúdo proposicional	11	10,2
Total	108	100,0

Como mostra a tabela, a categoria mais sensível ao encapsulamento é o Estado-de-Coisas, com 83 ocorrências, correspondendo a 76,9% de frequência, seguida do Conteúdo Proposicional, com 11 ocorrências, correspondendo a 10,2% em termos de frequência. Esses dados mostram que a aposição encapsuladora veicula informações, na maioria dos casos, sobre Estados-de-Coisas expressos nos Atos Discursivos, o que coloca sua atuação mais expressiva no Nível Representacional. As outras categorias parecem menos propícias a retomadas por encapsulamento, de modo que a frequência não é expressiva no *corpus*.

Dadas essas considerações sobre o padrão estrutural das ocorrências no *corpus*, em um âmbito geral do tratamento dos Atos Discursivos na GDF, os tipos de atos analisados aqui são aqueles denominados atos comunicativos de conteúdo⁹⁴, ou seja, aqueles que sempre têm um Conteúdo Comunicado, e o tipo de ilocução predominante nos atos de conteúdos analisados aqui é declarativo.

Considerando que a tarefa do Nível Morfossintático é fundir as entradas dos Níveis Interpessoal e Representacional em uma representação estrutural, trataremos agora do reflexo desses dois níveis na estrutura morfossintática da aposição encapsuladora.

5.3 A aposição encapsuladora no Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático, dependente dos Níveis da Formulação, aplica seus próprios princípios de organização. Assim, dado que há uma certa variedade de modos de organização da aposição encapsuladora, passaremos agora a suas realizações estruturais.

⁹⁴ Contentive Discourse Acts: atos discursivos caracterizados por sempre terem um Conteúdo Comunicado. (Hengeveld, Mackenzie, 2008, p.64)

Sobre as estruturas estudadas aqui, podemos depreender, pelo menos, quatro formas estruturais:

A) Pronome ‘o’ acompanhado de relativa restritiva:

(111) No dia 30 de junho foram assinados 311 acordos de cooperação, **o** *que permitirá oferecer, em 2007, 90 mil vagas de ingresso, majoritariamente para professores da educação básica, atendidos por 4.800 professores universitários.* (AO3006)

(111) a. (Le_i: [(Cl_j: – No dia 30 de junho foram assinados 311 acordos de cooperação – (Cl_j)): (Np_i: [(Gw_i – **O** (Gw_i)) (Ap_i: [(Cl_k: – **que permitirá oferecer, em 2007, 90 mil vagas de ingresso, majoritariamente para professores da educação básica, atendidos por 4.800 professores universitários.**” – (Cl_k) (Ap_i)] (Np_i))] (Le_i))

B) Nome acompanhado de modificador não oracional:

(112) Um em cada cinco brasileiros foi autor ou réu no ano passado. Cerca de 80% acreditam que vale a pena procurar a Justiça e mais de 50% estão muito satisfeitos com o atendimento recebido e com os resultados obtidos. *Cenário Inédito.* (...) (AO1809)

(112) a. (Le_i: [(Cl_i: – Um em cada cinco brasileiros foi autor ou réu no ano passado – (Cl_i)). (Cl_j: – Cerca de 80% acreditam que vale a pena procurar a Justiça – (Cl_j)) (Cl_k: – e mais de 50% estão muito satisfeitos com o atendimento recebido e com os resultados obtidos – (Cl_k))] (Le_i): (Np_i: [(Nw_i: – **Cenário** – (Nw_i)) (Ap_i: – **Inédito** – (Ap_i))] (Np_i))

C) Nome acompanhado de relativa restritiva:

(113) Paradoxalmente, a partir da década de 90, a prática de extorsão mediante sequestro foi sensivelmente maior do que antes, *fato que se repetiu, aliás, com outros tantos delitos mais ou menos hediondos.* (AO2406)

(113) a. (Le_i: [(Cl_i: – Paradoxalmente, a partir da década de 90, a prática de extorsão mediante sequestro foi sensivelmente maior do que antes. – (Cl_i)): (Np_i: [(Nw_i: – **fato** – (Nw_i)) (Ap_i: [(Cl_j: – **que se repetiu, aliás, com outros tantos delitos mais ou menos hediondos** – (Cl_j))] (Ap_i))] (Np_i))] (Le_i))

D) Nome absoluto:

(114) [...] Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC. *Ingratidão.*” (AO2510)

(114) a. (Le_i: [(Cl_k: – Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC – (Cl_k)): (Np_i: [(Nw_i: – **Ingratidão** – (Nw_i))] (Np_i))] (Le_i))

Cabe ressaltar que, desses casos, o exemplo (114) é a única ocorrência do *corpus*, o que nos leva a acreditar que a aposição encapsuladora não tem como fim em si mesmo apenas

encapsular um conteúdo anterior, mas criar condições estruturais de atribuição sobre um antecedente oracional via nominalização.

Quanto à relação entre o Nível Morfossintático e os Níveis da Formulação, acreditamos que, no caso da aposição encapsuladora, haja predisposição para a submissão ao princípio de iconicidade. A aposição assume uma posição final em relação ao seu escopo, tendo em vista que a realização de encapsulamento tende a ocorrer depois que o conteúdo encapsulado já tenha sido expresso, exceto quando o Falante quer dar ênfase a algum ponto da estrutura encapsulada. No caso da aposição encapsuladora, o que, provavelmente, motiva a posição posposta é sua função discursiva geral de aparte, adendo (*afterthought*).

Retomando os padrões gramaticais descritos acima, consideremos que o pronome ‘o’ é o exemplar prototípico do encapsulamento anafórico, dado que sua atuação é específica do Nível Morfossintático em função de sua categorização como Palavra Gramatical. Assim, no caso do pronome, acreditamos que ele permite a nominalização que torna um conteúdo alvo de uma predicação (da adjetiva), sendo usada atributiva toda a segunda unidade. Neste caso, consideramos que há uma informação vinda do Nível Representacional de que há o espaço de um nome que é preenchido por uma proforma no Nível Morfossintático, conforme observamos no exemplo a seguir:

(115) O projeto de lei permite que as empresas de telecomunicações atuem no mercado de TV por assinatura. *O que é bom.* (AO3810)

(115) a. (Le_i: [(Cl_i: – O projeto de lei permite que as empresas de telecomunicações atuem no mercado de TV por assinatura. – (Cl_i): (Np_i: [(Gw_i – O (Gw_i)) (Ap_i: [(Cl_i: – **que é bom** – (Cl_i))] (Ap_i))] (Np_i))] (Le_i))

Na primeira unidade, temos realizados os valores gramaticais de definitude, número e a realização sintática do primeiro Ato Discursivo, que aparece composto por duas Cláusulas, sendo uma introduzida por uma Gw com valor de conjunção e a especificidade de realização de SN complexo como Cláusula.

No exemplo (115), portanto, o encapsulador se realiza como uma palavra gramatical, que, para receber a devida interpretação, recebe, no Nível Representacional, o valor semântico da categoria que encapsula a partir das informações da Cláusula que lhe é escopo, apontando para a porção textual que permite a recuperação do valor representacional de “o”.

No exemplo 116, a seguir, temos também uma oração na posição de modificador.

(116) Em 2008, o consumo nacional de etanol em veículos leves superou o de gasolina – *um*

marco a ser destacado. (AO1908)

A oração “(a) **ser destacado**” corresponde a uma relativa: *que será destacado; que deve ser destacado*. Segundo as gramáticas tradicionais, poderia ser classificada como subordinada adjetiva restritiva reduzida de infinitivo, de modo que esse tipo de modificador será tratado como relativa. Assim sua formalização pode ser dada como a seguir:

- (116) a. (Le_i: [(Cl_i: – Em 2008, o consumo nacional de etanol em veículos leves superou o de gasolina. – (Cl_k): (Np_i: [(Gw_i: – um – (Gw_i)) (Nw_i – **marco** – (Nw_i)) (Ap_i: [(Cl_j: – **a ser destacado** – (Cl_j))] (Ap_i))] (Np_i)) (Le_i))

Tendo em vista que esses modificadores são importantes para a interpretação da estrutura como um todo e não, necessariamente, para a interpretação do encapsulador, optamos por tratá-los em grupo único.

Consideremos agora um exemplo como (117) a seguir:

- (117) Também é fato que os envolvidos pertencem a uma família de classe média, *um ingrediente a mais no caldo da curiosidade popular.* (AO1010)

- (117) a. (Le_i: [(Cl_i: – os envolvidos pertencem a uma família de classe média – (Cl_i): (Np_i: [(Gw_i: – **um** (Gw_i)) (Nw_i: – **ingrediente** – (Nw_i)) (Ap_i: [(Gw_i – **a mais** – (Gw_i) (Advp_i: – **no caldo da curiosidade popular** – (Advp_i))] (Ap_i))] (Np_i))] (Le_i))

Uma peculiaridade da ocorrência (117), à semelhança do que ocorre em (115), é a realização de um dos argumentos como uma Cláusula: “*as empresas atuem no mercado de TV por assinatura*”, em (117); e “*os envolvidos pertencem a uma família de classe média*”, em (128). Essas Cláusulas não refletem a realização de um Ato Discursivo Subsidiário. Em (115), por exemplo, a cláusula encaixada assume a posição de um argumento do verbo “*permitir*” e, não sendo possível estabelecer qualquer função retórica em relação ao restante do Ato, será analisada, no Nível Morfossintático, como uma oração que ocupa a posição de um SN na estrutura argumental do verbo. Em (117), temos que a realização de um dos Sintagmas Nominais (Np) é, portanto, em termos sintáticos, uma oração encaixada na função de sujeito, como previsto pelo princípio da recursividade. Assim o encapsulamento recai sobre um argumento da primeira porção, provendo uma caracterização desse argumento, um SN no Nível Morfossintático, interpretado como um Estado-de-Coisas no Nível Representacional.

Essas estruturas, a nosso ver, podem ser representadas como SN, que pode ter um modificador em forma oracional, portanto um SA complexo, dentro do SN com valor

predicativo, considerando as peculiaridades semânticas do encapsulador para definir o núcleo da estrutura. Perini chama SN complexo quando a oração corresponde a um substantivo, como ocorre na primeira unidade da estrutura apositiva em (117): “*que os envolvidos pertencem a uma família de classe média*”. Nos exemplos (115) e (117), no entanto, o segmento que abriga a aposição encapsuladora, além do núcleo encapsulador, abriga um modificador em forma de oração que corresponde a um adjetivo, portanto o modificador se realiza como um SA complexo dentro de um SN, compondo a segunda unidade da aposição, que tem, como núcleo, um nome ou um pronome.

Reiteramos que não é possível estabelecer a coindexação entre o encapsulador e seu antecedente nesses casos de aposição, porque isso só seria possível se tivéssemos uma relação de correferencialidade, entre dois Subatos Referenciais, o que não é o caso dessas ocorrências. Assim consideramos se tratar de um processo em que se predica sobre o conteúdo de uma porção textual encapsulada.

Nos exemplos (118) e (119), temos a realização da aposição encapsuladora numa unidade menor que a Cláusula, o que não a impede de ser informativa e funcionar como uma unidade discursiva independente.

(118) Um milhão e quinhentas mil assinaturas entregues a Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 2009, foram o fruto de uma bela e esperançosa campanha nacional visando apresentar um projeto de lei exigindo ficha limpa dos candidatos a cargos eleitorais. *Um evento histórico de maior importância para a democracia brasileira.* (AO0510)

(119) “Maneira sutil de o executivo impor o apoio a desejadas consequências políticas. Como o Congresso era controlado pelo Executivo, pretendia-se que o judiciário dependesse do Congresso. *Dependência em cascata.* (AO2109)

No exemplo (118), o SN da estrutura apositiva encapsula uma Expressão Linguística (Le), composta por um conjunto de cláusulas (Cl), enquanto no exemplo (119), o núcleo da aposição encapsuladora tem um antecedente expresso em uma posição dedicada na estrutura da cláusula a um SN_i precedente, em itálico, mas que tem uma realização recursiva a uma cláusula.

No Nível Morfossintático, é possível observar a representação dos limites precisos, em termos estruturais, de como a informação proveniente dos outros níveis se materializa na língua. A interpretação das peculiaridades da aposição encapsuladora como processo que se faz a partir da nominalização de um segmento de estatuto não nominal para que seja alvo de uma predicação só pode ser feita em conjunto com as informações provenientes do Nível

Representacional.

Em termos linguísticos, entendemos que o encapsulamento se coloca como uma estratégia estrutural, morfossintática, que alinha os outros dois níveis, Interpessoal e Representacional, quando o falante intenta predicar sobre o conteúdo que, *a priori*, apresenta-se em uma estrutura de natureza ainda não nominal. Esse conteúdo pode corresponder ao Conteúdo Comunicado (NI) ou Conteúdo Proposicional, Estado-de-coisas ou Episódio (NR).

Dadas essas considerações, a tabela a seguir nos traz algumas informações gerais relevantes para o entendimento das ocorrências que compõem o *corpus*, em função do padrão estrutural da aposição encapsuladora.

Tabela 2: padrões estruturais da aposição encapsuladora

Padrão estrutural	Frequência	Porcentagem
dem + rel	76	70,4
nom + rel	9	8,3
nom + mod	21	19,4
Nome	2	1,9
Total	108	100,0

Diante desses dados, é notório que o padrão mais frequente é aquele composto de Dem+Rel (o + que), com 76 ocorrências, representando 70,4% de frequência, seguida pela estrutura Nom+Mod, com 21 ocorrências, o que representa 19,4% de frequência. Os padrões Nom+Rel, com 9 ocorrências, e Nome, com apenas 2 ocorrências, corresponderam, respectivamente, a 8,3 e 1,9%.

Quatro padrões morfossintáticos foram encontrados com base nessas especificações, com duas manifestações diferentes, que marcam uma flutuação no grau de dependência da aposição encapsuladora em relação ao seu escopo:

O primeiro grupo é constituído a partir do encapsulador ‘O’ + oração relativa:

- o+que:

(120) Com nossa atuação junto às escolas públicas, decidimos implantar, mediante convênio com a Secretaria de Educação, o sistema de avaliação seriada no ensino médio, que será dirigido às escolas que aderirem ao programa e prevê a aplicação de provas ao término de cada ano, com notas ponderadas que se agregarão aos resultados do vestibular. *O que* permitirá também que a USP possa atuar em áreas vitais para promover a elevação da qualidade do ensino nessas escolas. (AO4606)

(121) [...] o projeto de lei permite que as empresas de telecomunicações atuem no mercado de TV por assinatura, *o que é bom* [...] (AO3810)

(122) O próprio preâmbulo do texto de 1948 salienta que a “compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso” – *o que*, é claro, não é possível sem a garantia do pleno direito à informação. (AO3910)

Do ponto de vista morfossintático, os três exemplos anteriores não apresentam diferenças. O que se tem são duas manifestações que marcam uma flutuação no grau de dependência da aposição encapsuladora em relação ao seu escopo. Essa flutuação, no entanto, não é considerada em termos analíticos nesta pesquisa.

O segundo grupo ocorre por meio de encapsuladores lexicais + modificadores oracionais:

- Nome+ relativa

(123) Atender essas necessidades, abrangentes em excesso, requer, obrigatoriamente, planejamento. A curto, médio e longo prazos. *Hábito que* o governo federal, em relação à Copa do Mundo, desprezou. (AO4709)

(124) “Paradoxalmente, a partir da década de 90, a prática de extorsão mediante sequestro foi sensivelmente maior do que antes, *fato que* se repetiu, aliás, com outros tantos delitos mais ou menos hediondos.” (AO2406)

(125) “É preciso ter tranquilidade também com os medicamentos. A automedicação, além de prejudicial à saúde, pode aumentar a resistência do vírus, conforme já alertou a OMS. No Japão, em Hong Kong, na Dinamarca e no Canadá já há casos de resistência do H1N1 ao tratamento medicamentoso – *sinal que* nos deixa em alerta e exige critério redobrado com a prescrição indevida e automedicação.” (AO2909)

- Nome + oração não finita

(126) Em 2008, o consumo nacional de etanol em veículos leves superou o de gasolina – *um marco* a ser destacado. (AO1908)

O terceiro grupo ocorre por meio de encapsuladores lexicais + modificadores não oracionais:

- Nome+mod

(127) Sua candidata acaba de receber o apoio dos usineiros. Mas o discurso oficial diz que José Serra não gosta da agricultura familiar. *História mal contada*. (AO2510)

(128) [...] Aliás, nem é importante ter um ministro da Cultura, *sonho de Berlusconi* [...] (AO3910)

Embora haja casos, como o do exemplos (126), em que observamos o uso de determinantes indefinidos (um, uma) e casos em que observamos a ausência de determinante, consideramos que a presença do artigo indefinido não diminui o caráter atributivo dessas construções.

O quarto grupo ocorre por meio de encapsuladores lexicais sem modificadores adicionais:

- Nome

(129) [...] Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC. *Ingratidão.*”
(AO2510)

Assim, sob a perspectiva da frequência, a estrutura prototípica da aposição encapsuladora é aquela constituída de palavra gramatical e oração adjetiva restritiva, o que nos leva a afirmar que, em termos de funcionalidade sistêmica, o núcleo encapsulador se encarrega de estabelecer como alvo um segmento de informação de natureza diversa, a fim de que se possa aplicar nova predicação, de caráter avaliativo ou não, àquele segmento.

5.4 As funções discursivas da aposição encapsuladora

As funções discursivas da aposição encapsuladora são definidas aqui com base nos estudos de Nogueira (1999) e Hannay e Keizer (2005). Dado que assumimos com Meyer (1992) e Nogueira (1999) uma abordagem que prevê uma indeterminação categorial, conforme a teoria de protótipos, para a aposição encapsuladora, as estruturas analisadas aqui não apresentam os traços de uma representação prototípica da construção apositiva (NOGUEIRA, 1999). O valor atributivo dessas estruturas, segundo a literatura sobre aposição, coloca-as distantes do protótipo. Assim, o que faz da aposição encapsuladora uma estrutura apositiva é sua natureza centrípeta, de elaboração.

Para fins de análise, assumimos ainda que essas estruturas têm relação textual-semântica de atribuição, baseados na descrição de Nogueira (1999), e que podem expressar funções discursivas de Avaliação, já prevista em Nogueira (1999), mas também outras funções como Explicação, como propõe Decat (2011), Desdobramento, Constatação e Conclusão.

5.4.1 A função Avaliação

Observemos o exemplo a seguir:

(130) O projeto de lei permite que as empresas de telecomunicações atuem no mercado de TV por assinatura. **O que é bom.** (AO3810)

Nesse exemplo, consideramos que o encapsulamento se situa no âmbito da Avaliação, veiculando um julgamento por parte do articulista sobre o conteúdo encapsulado pelo pronome ‘o’. O demonstrativo “o” não tem nenhuma carga semântica própria, mas apenas faz remissão ao valor semântico do seu antecedente. Notamos que o encapsulador parece mais servir de suporte, como meio de estabelecer um foco, para que se tome como escopo o Estado-de-Coisas expresso na primeira unidade e seja possível uma Atribuição com função discursiva de Avaliação numa estrutura de cópula.

Optamos por descrever esse tipo de estrutura com base nos pressupostos de Hannay e Keizer (2005) para as estruturas de cópula. No caso do exemplo em questão, temos uma estrutura predicativa, no sentido de que é orientada discursivamente para estabelecer uma informação de fundo sobre o conteúdo da primeira unidade da construção apositiva, veiculando uma avaliação feita pelo locutor sobre o fato expresso nessa primeira unidade ou algum outro aspecto julgado relevante pelo Falante.

Sobre esse exemplo, numa descrição semelhante à que é proposta por Hannay e Keizer (2005), quando tratam de Justificativa de ato de fala, Motivação de proposição e Motivação de Estado-de-Coisas, podemos afirmar que, no caso do exemplo (130), trata-se de **Avaliação** de Estado-de-Coisas, tendo em vista que a aposição valorativa, avaliando algo como bom ou ruim, recai sobre o Estado-de-Coisas expresso como complemento oracional do verbo ‘permitir’.

No exemplo a seguir, temos uma aposição encapsuladora com valor metafórico construído a partir de um rótulo, a fim de definir o conteúdo encapsulado em relação ao que vinha se enumerando dentro do Move. Nesse exemplo, ainda, o operador enfático *também* coloca o Conteúdo Comunicado, no primeiro Ato Discursivo, em relação de enumeração com outro Conteúdo Comunicado, assim como o conteúdo do Ato Discursivo subsequente coloca o Conteúdo desse Ato como um agravamento, pelo uso do modificador “**a mais**”, em relação à temática tratada no texto como um todo.

(131) Desde logo adianto que não irei trazer nenhum fato relativo ao processo em si, que ainda

tem seu trâmite na justiça. É fato que a vítima, Isabella Nardoni, era uma criança, linda e inocente.

Também é fato que os envolvidos pertencem a uma família de classe média, **um ingrediente a mais no caldo da curiosidade popular** (AO1010)

A partir desses exemplos, é possível afirmar que, no caso da Avaliação, há possibilidade de ocorrer tanto por meio do modificador acompanhando um encapsulador neutro, como no exemplo (130), quanto por meio da própria rotulação, nos termos de Hannay e Keizer (2005)⁹⁵, que consideram que a Rotulação serve para alargar o conhecimento do Leitor e não necessariamente para evitar dúvidas sobre o que é encapsulado, como ocorre no exemplo (131).

No exemplo (132), a seguir, embora reconheçamos a atividade cognitiva de rotulação, identificamos a função discursiva de Avaliação:

(132) Passado um mês de sua entrega, não havia relator designado e entrou no inexorável ritmo do passo lento daquela pesada máquina burocrática. **Uma decepção!** A ficha limpa foi para a gaveta de Michel Temer. (AO0510)

No caso da estrutura em (132), consideramos que o rótulo serve mais ao propósito de valoração do que necessariamente de alargamento do conhecimento do leitor. A primeira unidade é retomada nominalmente por uma expressão descritiva cujo valor metafórico tem muito a dizer sobre o modo como se deve interpretar a primeira unidade da aposição. Assim o rótulo orienta argumentativamente a interpretação que o leitor fará do conteúdo encapsulado, assumindo, portanto, uma função avaliativa. Assim, embora Hannay e Keizer (2005) assumam a Rotulação como uma função discursiva, optamos por não usar essa função em nossa análise por considerarmos o encapsulamento se tratar de um processo semântico-textual.

O Ato Discursivo “*Uma decepção!*” recebe um operador enfático, o sinal indicativo de uma ilocução exclamativa, significativo em português quando se trata de marcar o caráter enfático do Ato Discursivo, dando destaque ao modo como o autor interpreta o Estado-de-Coisas expresso no Ato Discursivo que compõe o Move.

A ênfase é significativa no que diz respeito à proeminência da informação contida na segunda unidade que orienta a interpretação do segmento anterior da construção apositiva. Podemos entender, sobre este aspecto, que a marcação de ênfase sobre a aposição dá

⁹⁵ A Rotulação (labelling) não é a mesma coisa em Francis (1994) e em Hannay e Keizer (2005). Francis trata casos de encapsulamento, de nominalização. Hannay e Keizer tratam de aposições não restritivas de natureza nominal. A Rotulação, neste caso, pode ser, inclusive, o fornecimento de um nome ou uma designação alternativa.

proeminência ao julgamento feito pelo autor acerca do conteúdo do ato expresso na primeira unidade, ou seja, estabelecendo uma espécie de foco secundário na informação do segundo Ato Discursivo.

Esse tipo de formulação é transmitido do Nível Interpessoal diretamente para o Fonológico, já que, em português, a ênfase pode ser marcada pela prosódia e, no caso do texto escrito, pelo sinal gráfico de pontuação – o chamado *ponto de exclamação*, sinalizando uma ilocução exclamativa. Esse tipo de ato, no entanto, não se confunde com os atos discursivos com ilocução admirativa, que expressam surpresa.

Em suma, observamos que a aposição encapsuladora pode expressar um juízo de valor sobre um Estado-de-Coisas, como ocorre no exemplo (130), em que “as empresas de telecomunicações atuem no mercado de TV por assinatura” é avaliado por meio do adjetivo ‘*bom*’, ou sobre um Episódio, como no exemplo (132), em que “*Passado um mês de sua entrega, não havia relator designado e entrou no inexorável ritmo do passo lento daquela pesada máquina burocrática*” é avaliado negativamente por meio do rótulo “*Uma decepção!*”.

5.4.2 A função Desdobramento

Entendemos que as funções discursivas assumidas pela aposição encapsuladora podem variar conforme as orientações pretendidas pelo articulista. No caso do exemplo (133), a seguir, consideramos que a função discursiva desempenhada pela aposição encapsuladora é de Desdobramento, tendo em vista que abriga uma consequência relativa ao seu escopo.

- (133) O crescimento da demanda americana na última década tem sido associado a uma impressionante expansão do endividamento e a uma política tributária claramente regressiva. As inovações financeiras facilitaram e ampliaram essa tendência, porque geraram uma valorização especulativa de ativos, **o que, por sua vez, levou a mais acesso a crédito, mais consumo e menos poupança** [...] (AO1207)

A aposição encapsuladora ‘*o que, por sua vez, levou a mais acesso a crédito, mais consumo e menos poupança...*’ é interpretada como consequência do Estado-de-Coisas “*geraram uma valorização especulativa de ativos*”, encapsulado pelo pronome ‘*o*’.

Nos exemplos (134) e (135), a seguir, temos um caso em que a aposição encapsuladora faz uma previsão de uma consequência futura ao conteúdo encapsulado: uma predição que, em termos de força argumentativa, pode representar um grau menor que uma consequência dada como realizada, já que se situa no campo da possibilidade:

(134) Com nossa atuação junto às escolas públicas, decidimos implantar, mediante convênio com a Secretaria de Educação, o sistema de avaliação seriada no ensino médio, que será dirigido às escolas que aderirem ao programa e prevê a aplicação de provas ao término de cada ano, com notas ponderadas que se agregarão aos resultados do vestibular. **O que permitirá também que a USP possa atuar em áreas vitais para promover a elevação da qualidade do ensino nessas escolas.** (AO4606)

(135) Por seu turno, a oposição, talvez ampliada e ainda aguerrida, manterá o governo sob fogo cerrado, **o que inviabilizará a aprovação das reformas indispensáveis ao país.** (AO2006)

Nesses casos, consideramos que o uso da forma verbal do Futuro imprime um caráter de possibilidade de realização do conteúdo expresso na aposição encapsuladora, diferentemente do que ocorre no exemplo (133) cujas informações contidas na aposição encapsuladora são apresentadas como dadas, tendo em vista o uso do verbo no Passado. Outra forma de expressar a predição seria como no exemplo (136) a seguir:

(136) É importante que o debate em torno da eficiência da gestão aconteça em nível nacional e que ele envolva a sociedade como um todo. Devemos ficar atentos para não desqualificar esse necessário debate, **o que terminaria por camuflar deficiências históricas que precisam ser enfrentadas na administração pública brasileira.** (AO4307)

O uso da forma verbal do Futuro do Pretérito em (136) imprime ainda mais incerteza que a forma de Futuro usada nos exemplos (134) e (135), pois, embora a forma verbal de Futuro expresse um fato não realizado, coloca-se como fato que se realizará em tempo posterior (diferentemente do que ocorre com a forma de Futuro do Pretérito, presente em (138), que tem caráter hipotético, sujeito à realização da condição expressa pelo conteúdo encapsulado ‘*desqualificar esse necessário debate*’.

Nesses casos, consideramos se tratar da função discursiva Desdobramento, já que apresenta prováveis consequências dos Estados-de-Coisas “*desqualificar esse necessário debate*” encapsulado pelo pronome ‘o’, no exemplo (136), “*a oposição, talvez ampliada e ainda aguerrida, manterá o governo sob fogo cerrado*”, no exemplo (135).

Caso diferente temos no exemplo (137), a seguir:

(137) [...] Permite identificar boas práticas, disseminando-as, e insuficiências, **o que torna possível enfrentá-las de forma efetiva.** (AO3006)

Nesse caso, a função da aposição encapsuladora é apresentar a consequência do conteúdo encapsulado. Assim, o conteúdo “*o que torna possível enfrentá-las de forma efetiva*” coloca o conteúdo “*identificar boas práticas, ..., e insuficiências*” como condição para a

realização do resultado ou desdobramento expresso na aposição encapsuladora, portanto esse seria o propósito a ser atingido atendidas as condições expressas pelo conteúdo encapsulado.

Outro exemplo que pode ser dado para ilustrar o que chamamos de Desdobramento é o seguinte:

- (138) Mas, em uma primeira análise, no caso da Unifesp, verificamos que os candidatos convocados tiveram altas notas no Enem, **o que nos leva a acreditar que o nível dos ingressantes permaneça no patamar dos anos anteriores em relação à qualidade.** (AO0810)

Novamente aqui o encapsulador se realiza como a proforma “o”, para o qual só podemos atribuir valor semântico concernente ao Estado-de-Coisa anterior, que toma como escopo. A aposição encapsuladora orienta a interpretação do Estado-de-Coisas descrito no segmento anterior (*...os candidatos convocados tiveram altas notas no Enem*) como uma evidência que sustenta a opinião expressa no Conteúdo Proposicional (*o nível dos ingressantes permaneça no patamar dos anos anteriores em relação à qualidade*), portanto assumindo a função de Desdobramento.

No exemplo a seguir, temos, mais uma vez, um caso em que a aposição encapsuladora apresenta uma consequência concernente ao que é encapsulado:

- (139) Há outro lado que somente os ingênuos não percebem. A troca de partido decorre de cooptação indesejável, para dizer o mínimo. O detentor do mandato, que o exerce em nome do partido por meio do qual foi eleito, vira as costas a este último com o intuito de desfrutar de benesses, **o que modifica o equilíbrio político resultante da vontade dos eleitores.** (AO3507)

Nesse caso, o articulista fornece informações que preenchem lacunas do leitor acerca do conteúdo encapsulado, oferecendo uma espécie de desdobramento do que foi enunciado no primeiro Ato Discursivo.

Nos exemplos a seguir, temos outros exemplos dessa relação:

- (140) Em virtude da crise, diversos ativos tiveram seu valor de mercado depreciado, **o que trouxe boas oportunidades de negócio tanto para empresas brasileiras como para investidores estrangeiros.** (AO0710)
- (141) Urge romper esse círculo vicioso, que faz os mais pobres adoecerem mais por doenças crônicas, terem sua produtividade reduzida e seu gasto com medicamento aumentado, **o que contribui para aprofundar sua própria pobreza.** (AO0710)

Nesses casos, a proforma serve como suporte para estabelecer um direcionamento interpretativo da primeira unidade como causa para a consequência apresentada na expressão

apositiva. Poderíamos admitir, então, uma espécie de relação semântica de causalidade não expressa estruturalmente por um conectivo, em que ganha destaque a informação da primeira unidade, colocando um dos pares correlatos como uma informação de fundo na apositiva.

5.4.3 A função Explicação

No exemplo (142), o articulista oferece uma releitura do conteúdo encapsulado, orientando a forma como ele deve ser interpretado, aproximando-se da função de reformulação, apresentada por Hannay e Keyzer (2005), que tratamos aqui como função de discursiva Explicação, aproximando-se da função Orientação já prevista na GDF, cujo fim, conforme Keizer (2015), é de esclarecer o Ato Discursivo anterior.

(142) Na sua análise, a Corte Interamericana de Direitos Humanos realçou as duas dimensões da liberdade de expressão: o direito individual de manifestação do pensamento e o direito coletivo, de todos, de receber informação e conhecer a expressão do pensamento alheio. Por isso, os meios de comunicação social devem estar virtualmente abertos para todos, sem discriminação – **o que significa que não cabem exclusões a priori do acesso à mídia.** (AO2806)

Nesse caso, o articulista oferece uma releitura do significado do Conteúdo proposicional “*os meios de comunicação social devem estar virtualmente abertos para todos, sem discriminação.*” Essa releitura oferece, ao nosso ver, uma reorientação interpretativa do conteúdo encapsulado.

No caso do exemplo a seguir, também temos a função de Explicação, como uma forma de preencher uma lacuna na informação do leitor, apresentando o Estado-de-Coisas encapsulado como consequência de algo:

(143) Em geral, as desigualdades de renda diminuíram, **resultado de políticas salariais e de transferência de renda aliadas à forte política de proteção social e expansão industrial.** (AO4010)

Nesse exemplo, o encapsulador “*resultado*” qualifica o Estado-de-Coisas expresso na primeira unidade como consequência do Estado-de-Coisas expresso como modificador na posição encapsuladora. A função discursiva Explicação corresponde à função discursiva Motivação, prevista por Keizer (2015).

5.4.4 A função Constatação

Em (144), temos a apresentação da frequência temporal com que o Estado-de-Coisas encapsulado se realiza:

(144) Daí o desastre a que estamos assistindo. Não por culpa da própria fundação, que foi constituída não para construir hospitais, mas para administrá-los com eficiência e competência, **o que tem acontecido por mais de 25 anos.** (AO4506)

Nesse caso, consideramos que a aposição veicula uma constatação, pois coloca a informação como um adendo que apresenta uma informação sobre a duração temporal em que se situa o Estado-de-Coisas encapsulado. Nesse caso, consideramos que a função discursiva Constatação parece fornecer uma asseveração ou ratificação do que foi dito antes.

5.4.5 A função Conclusão

A última função a ser considerada é a Conclusão, ilustrada no exemplo (145):

(145) Penso que esses debates refletem um processo de amadurecimento das políticas do setor que, por causa de acertadas decisões governamentais, teve suas ações mais qualificadas, **o que dá mais consistência e visibilidade aos resultados.** (AO3206)

Nesse caso, consideramos que a aposição encapsuladora veicula uma dedução pertinente a partir do que é encapsulado, apresentando uma conclusão acerca do escopo. Essa função se diferencia da Explicação e do Desdobramento porque aquela ressignifica o escopo enquanto essa apresenta consequências factuais ou eventuais advindas do que lhe serve de escopo.

No que diz respeito a essas funções discursivas, a hipótese de que a aposição encapsuladora seria um recurso para imprimir atitudes avaliativas do locutor não se confirma. Observemos os dados presentes na tabela a seguir:

Tabela 3: Funções Discursivas da aposição encapsuladora

Função discursiva	Frequência	Porcentagem
Avaliação	24	22,2
Explicação	31	28,7
Desdobramento	37	34,3
Constatação	8	7,4
Conclusão	8	7,4
Total	108	100,0

A função discursiva Avaliação corresponde apenas a 22,2% dos casos analisados aqui. A função preponderante foi a de Desdobramento, com um percentual de 34,3%, o que significa dizer que, na maioria dos casos, a aposição encapsuladora acrescenta alguma informação focal ao conteúdo encapsulado, que pode ser de consequência, propósito, inferência etc acerca do conteúdo encapsulado. A segunda função que se destaca em termos de frequência é a Explicação, que corresponde a 28,7% dos casos. O que podemos concluir da predominância das funções discursivas Desdobramento e Explicação é que a aposição encapsuladora serve aos propósitos de preencher lacunas na informação do Leitor, nos termos de Keizer (2005), a fim de evitar perguntas do tipo “Por que esse fato é relevante?”, “O que isso significa”, “Qual a consequência disso?”.

5.5 Síntese Conclusiva

Neste capítulo, apresentamos uma proposta de análise das aposições encapsuladoras com base nas categorias da GDF e nas funções textual-discursivas da aposição, tratadas em Nogueira (1999), Hannay e Keizer (2005) e Decat (2010). Quanto à descrição, observamos que a aposição encapsuladora pode apresentar estruturas diversas e, nos exemplos analisados, a primeira unidade, normalmente, expressa um Estado-de-Coisas que pode se realizar, no Nível Morfosintático, ora por meio de uma Expressão Linguística como um todo, ora por meio de oração ocupando a posição, em vista da recursividade da língua, de um Sintagma Nominal. A segunda unidade pode se realizar como uma proforma, casos em que consideramos que a função é mais cognitiva, para instaurar uma categoria nominal no discurso e a ele atribuir alguma propriedade, avaliação etc. por meio de uma Atribuição; mas também pode se realizar como um lexema, que pode ser simples ou complexo.

No que diz respeito às funções discursivas, consideramos que a aposição

encapsuladora apresenta uma função discursiva básica, denominada Aparte, prevista como função retórica na GDF para as relativas não restritivas e para os apositivos, conforme Keizer (2015), e funções mais específicas como Desdobramento, Explicação etc. sobre categoria encapsulada.

Dadas essas considerações, cinco funções foram identificadas para a aposição encapsuladora no *corpus*. São elas: Conclusão, Avaliação, Explicação, Desdobramento, Constatação, conforme os tipos de informação que veiculam no texto.

6. Conclusão

A GDF, um modelo de componentes e níveis integrados, confirmou-se como opção pertinente para descrição e análise das construções apositivas pretendida nesta pesquisa, uma vez que, conforme Nogueira (1999), essas construções não podem ser caracterizadas apenas por uma propriedade, seja ela sintática, semântica ou pragmática. Além disso, tornou-se viável a discussão da aposição encapsuladora no âmbito da GDF em virtude das peculiaridades dessa gramática ao considerar que a língua apresenta muitos fenômenos funcionalmente motivados e passíveis de formalização dentro de um quadro que parte da intenção comunicativa e chega à forma linguística que um Ato Comunicativo apresenta.

Retomando a análise e a pergunta da pesquisa sobre as propriedades relativas à Formulação e à Codificação que caracterizam as construções apositivas em que se abriga a aposição encapsuladora no português escrito, no gênero jornalístico artigo de opinião, podemos dizer que, do ponto de vista da Formulação, a aposição encapsuladora se coloca como um Ato Discursivo independente, que ocupa a posição de Modificador dentro do frame do Nível Interpessoal.

Dada sua função modificadora, não atribuímos a ele valor referencial, portanto, sua realização se dá por meio de Subatos Atributivos modificadores de Atos Discursivos. No que diz respeito à Codificação, o padrão prototípico ocorre a partir do uso do pronome, que encapsula o escopo, seguido de uma oração restritiva que carrega, na maioria das vezes, informações que elaboram a categoria encapsulada ou a esclarecem.

Nesses tipos de estrutura, não há, como ocorre nas posições prototípicas, relações de correferência, portanto não há como fazer a coindexação entre os Atos Discursivos, já que, nesse Nível, a coindexação só é possível entre Subatos Referenciais que evoquem o mesmo referente. Como o encapsulamento, em linhas gerais, estabelece uma nominalização que pode ser usada referencial ou atributivamente, consideramos que seu uso, nesse tipo de aposição, ocorre como um Subato Atributivo e o encapsulador recebe representação não coindexada pela primeira unidade apositiva por não se tratar de relação correferencial.

A constituição discursiva prototípica do segmento que é escopo da aposição encapsuladora é Ato Discursivo ou o Conteúdo Comunicado e, embora tenhamos aventado a possibilidade de o *Move* também ser encapsulado, não houve casos no *corpus* que confirmassem essa possibilidade. Os Atos Discursivos que abrigam o escopo da aposição encapsuladora apresentam Ilocução, prototipicamente, declarativa, mas, mesmo que raramente, podem apresentar Ilocução interrogativa. No *corpus*, observamos apenas um caso.

No Nível Representacional, a categoria semântica que caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora, é o Estado-de-Coisas. Esse resultado era esperado, já que o gênero artigo de opinião discute fatos, expressando opiniões, apresentando desdobramentos, explicações acerca desses fatos.

A estrutura morfossintática que caracteriza, prototipicamente, a primeira unidade da construção apositiva, escopo da aposição encapsuladora, é a oração, tendo em vista que a recursividade da língua permite a realização de moldes nas diversas camadas, essas orações ora se equiparavam à Expressão Linguística, ora correspondiam a um dos argumentos da estrutura argumental.

A categoria morfossintática prototípica do núcleo encapsulador foi o pronome demonstrativo. Tendo em vista que o Subato Atributivo é evocado no Nível Interpessoal, mas o encapsulamento ocorre no Nível Morfossintático, consideramos que o encapsulamento é uma atividade cognitiva que tem sua realização no sistema da língua tanto por meios gramaticais, como é o caso da categoria prototípica do núcleo encapsulador, encapsulamento por meio do pronome “o”, quanto por meios lexicais, quando o encapsulamento ocorre por meio de nomes, genéricos ou específicos.

Sobre a segunda unidade da estrutura que abriga a aposição encapsuladora, acreditamos que a função discursiva básica é Aparte. As funções discursivas especificamente desempenhadas pela segunda unidade, que abriga a aposição encapsuladora, foram Desdobramento, Explicação, Avaliação, Constatação e Conclusão.

Embora as funções mais frequentes tenham sido Desdobramento e Explicação, é necessário considerar que o *corpus* é composto por ocorrência de apenas um gênero textual, o artigo de opinião, o que pode significar que, em outros gêneros, outras funções possam se sobressair ou outras funções discursivas podem ser listadas. Uma pesquisa em outros gêneros pode ser útil para definir se os propósitos socialmente conhecidos dos gêneros condicionam essas funções discursivas.

No caso das estruturas com encapsulador expresso por uma proforma, os sentidos são atribuídos pelo modificador do núcleo, seja em forma de oração ou de sintagmas, de modo que o encapsulador parece ser um suporte para a introdução de um predicado, que, ao que parece, se constitui de algum valor positivo ou negativo, no caso da avaliação, ou para o estabelecimento de comentário de natureza diversa, tal como uma constatação uma explicação, uma causa, uma consequência etc.

A função Avaliação já estava prevista em Nogueira (1999) e a função Explicação em Decat (2010). As funções Desdobramento, Constatação e Conclusão são nossa sugestão conforme os valores que a aposição encapsuladora pode manifestar no *corpus*.

Acreditamos que o chamado *aposto de oração* é uma estrutura funcionalmente motivada por aspectos interacionais e tem grande valor discursivo, provendo informações para orientar o leitor sobre o modo como deve conduzir a interpretação de um conteúdo informacional que é tomado como escopo da aposição encapsuladora. Suas características são definidas em relação à constituição de seu escopo e a seu valor discursivo. É dado que essas construções são consideradas periféricas em relação ao protótipo de aposição e que a elas não se aplicam integralmente os princípios de correferencialidade, identidade categorial e identidade funcional.

Por fim, vale ressaltar que a análise feita aqui não se esgota nem nos casos estudados aqui, nem nas funções discursivas descritas, dado que elas podem ser de natureza muito diversa e podem surgir outras funções não identificadas no nosso *corpus* se houver um alargamento dele ou dos gêneros textuais. Além disso, consideramos os encapsulamentos situados na posição posterior ao segmento encapsulado, embora reconheçamos outros posicionamentos como a inicial, antes do segmento encapsulado. O que pode, também, alargar o quadro dessas funções discursivas.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ D. & REICHLER-BÉGUELIN, M. Construction de la référence et stratégies de designation. In: BERRENDONNER A. & REICHLER-BÉRGUELIN (Orgs.). **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995.
- ARAUJO, Marizeth Faria dos Santos. **O Aposto, um mecanismo linguístico-discursivo em textos publicitários**. Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, 2005 (dissertação de mestrado em Língua Portuguesa da UFRJ)
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática do Português**. 36 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006
- BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação**. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009. [www.revel.inf.br].
- BORGES, Andréa Lopes; MESQUITA, Elisete Maria de Carvalho. **Artigo de opinião ou outro gênero?** Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2011
- BRONCKART, Jean-Paul. Os tipos de discurso. in: **Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 2003. p. 137-216.
- BURTON-ROBERTS, N. **Nominal apposition**. In: *Foundations of language*, 13, p. 391-419, 1987.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **O demonstrativo e seus usos**. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v.20, n.01, p.157-181, jan./jun. 2002
- CONTE, Maria-Elisabeth. Anaphoric encapsulation. In: DE MULDER, W.; TASMOWSKI, L. (Eds.). **Coherence and Anaphora** (Belgian Journal of Linguistics, 10), 1996, pp. 1-10
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3a ed..2001.
- DECAT, Maria Beatriz N. **Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: oposição rumo ao “desgarramento”**. In: *Scripta*. Belo Horizonte, vol.5, no. 9, p.104, 2o. semestre de 2001
- _____. **Relações retóricas e funções textual-discursivas na articulação de orações no português brasileiro em uso**. In: *Calidoscópico*, v. 8. n. 3, p 167-173, set/dez 2010
- _____. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Pontes Editores: 2011
- DIAS, Nilza Barrozo. **Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo**. VEREDAS - Rev. Est. Ling., Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.63-77, jan./dez. 2004.
- _____. **Cláusulas apositivas em português: estatuto sintático-discursivo**. Estudos

Linguísticos XXXV, p. 1534-1543, 2006

Dik, Simón C. **Functional Grammar**. Dordrecht and Providence: Foris Publications, 1981

_____. **The Theory of functional grammar. Part 1: the structure of the clause**. New York: Mouton de Gruyter, 1997

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. 16 ed. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix LTDA, 2011 [1973].

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE M.M., RODRIGUES B.B. & CIULLA A. (Orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to functional grammar**. 3 ed., London: Edward Arnold, 2004 [1985].

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London: Longman: 1976

HANNAY, Mike; KEIZER, Evelien. A Discourse Treatment of English Non-Restrictive Nominal Appositions in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. Lachlan & GÓMEZ-GONZÁLES, María de los Ángeles (orgs). **Studies in Functional Discourse Grammar**. Bern: Peter Lang, 2005. (159-194)

HENGEVELD, Kees & MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar: a tipologically-based theory of language structure**. New York: Oxford University Press, 2008

HENGEVELD, Kees & MACKENZIE, J. Lachlan (trad. AGLIO-HATTNER, Marize Mattos Dall'. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, Edson Rosa (org.). **Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012

HILÁ, Cláudia Valéria Doná. **O gênero artigo de opinião: diagnóstico e intervenção na formação inicial de português**. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 47(1), 2008. p. 183-201.

JUBRAN, Clélia C. A. S. Parênteses: propriedades identificadoras. In: **Gramática do português Falado**, vol. IV.(Orgs): Castilho e Basílio. São Paulo: FAPESP/Ed. Da Unicamp, 1999.

KEIZER, M.E. **A Functional Discourse Grammar for English: a textbook**. Oxford: Oxford Textbooks in Linguistics, 2015.

LAGO, J. **A special type of nonrestrictive modification: the apposition**. Santiago Compostela: Verba, 18, 1991, p. 487-520.

LOPES, M.G. **Encapsulamentos Semânticos em Perspectiva Discursivo-Funcional**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2010.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do Português**. 2 ed. São Paulo:

Pioneira, 1974.

MACIEL, M. A. **Gramática descritiva**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003a.

MASSON, Solange Passos. **O aposto na (re)construção de referentes**. In: Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, vol. XII, nº 12, 2009. (Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos)

MONDADA, L e DUBOIS, D. **Construction des objets de discours et catégorization: une approche des processus de référenciation**. In: *TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, n. 23, p. 273-302, 1995.

MORAES, Lygia Corrêa Dias de. **Da conversação à gramática: a natureza do aposto**. Alfa, São Paulo, 44:247-260, 2000.

MEYER, C. F. **Apposition in English**. In: *Journal of English Linguistics*, 1987, vol 20.1.

_____. **Apposition in contemporary English**. New York: Cambridge University Press, 1992.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escrito no Brasil** (Tese de doutorado). Araraquara: UNESP, 1999.

_____. **O uso de expressões apositivas como estratégias de reformulação em artigos científicos**. (s/d).

_____. **A Construções apositivas e sua formalização no modelo da Gramática Discursivo-Funcional** (Relatório de Estágio Pós-Doutoral- 2011) – Universidade Federal do Ceará / Instituto de Linguística Teórica e aplicada – ILTEC (Portugal- Lisboa).

PACHECO, Lucivânia Marques. **A referência anafórica por encapsulamento: gramática e discurso**. Tese (Doutorado). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE). Universidade Estadual Paulista (UNESP). São José do Rio Preto. 2014

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 2009

QUIRK, R. et al. **A comprehensive grammar of the english language**. London/New York: Longman, 1985

RODRIGUES, R. H Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L. et al. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RODRIGUEZ, C. F. **De nuevo sobre la aposición**. Sevilla: Verba, 16, 1989, p. 215-236.

SARDINHA, Tony Beber. Linguística de Corpus. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Lúcio de Sousa (orgs). **Ciências da Linguagem: o fazer científico**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012 (Ciências da Linguagem)

SCHWARZ-FRIESEL, Monika; CONSTEN, Manfred; KNESS, Mareile. **Anaphors in text: cognitive, formal and applied approaches to anaphoric reference**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

TABOADA, M. **Relaciones sintácticas en el interior de la frase nominal: la aposición**. In: *Verba*, 5, 1978, p. 315-340.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization – prototypes in Linguistic theory**. New York: Oxford University Press, 1992.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas SP, 1991. 264 p.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer. **Artigos de opinião: estudos sobre um gênero discursivo**. Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2007-2008. Universidade Estadual de Maringá.

ANEXO A – CÓDIGOS E LINKS DAS OCORRÊNCIAS POR ANO DE COLETA

2006

Janeiro

AO0106 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/01/29>

“Mais do que de planilhas e números, estamos falando de pessoas, trabalhadores na ativa ou não, que terão maior poder de compra, o que gera, de imediato, melhoria na qualidade de vida do cidadão.” (Salário mínimo: vitória do diálogo)

AO0206 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/01/22>

“Em relação ao ano de 2004, o PIB regional teve incremento de 4,3%, e a renda per capita, de 3%. O desemprego recuou de 10,3% para 9,3% e, o que é mais auspicioso, os índices de pobreza baixaram de 44% em 2002, para 40,6% em 2005.” Retirar da análise de frequência (O primeiro ano de um novo Brasil)

AO0306 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/01/15>

“Segurança jurídica significa respeito às normas. O que produz um efeito “objetivo”, pois implica, por um lado, resultados coerentes (idênticos feitos produzirão idênticos resultados.)” (Um avanço para a integração)

AO0406 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/01/08>AO0506 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/01/01>

“...Lutavam na mata fechada: uma disputa das mais ferozes.” (Um sonhador)

Fevereiro

AO0606 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/02/26>AO0706 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/02/19>AO0806 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/02/12>

“Qual foi o gancho para a invasão do Iraque? Armas de destruição em massa, afinal nunca encontradas? Claro que não. E essa onda agora contra o Irã? O perigo de bomba atômica nas mãos dos aiatolás? Conversa. É que eles ainda têm muito petróleo e não podem escapar à dominação do Ocidente.” (Mais calma, mais razão)

AO0906 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/02/05>

“Exemplo de absoluta imaturidade técnico-científica foi o programa nuclear Brasil-Alemanha, não pela calamidade tecno-financeira, mas antes pela intencional rejeição de qualquer participação de especialistas nacionais, o que resultou em uma permanente alienação, se não aversão, da comunidade científica em relação ao programa nuclear.” (A maturidade tecnológica brasileira)

Março

AO1006 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/03/26>AO1106 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/03/19>

“Enquanto a China vem mantendo, no curso dos últimos 30 anos, uma extraordinária taxa anual de crescimento econômico – de ordem de 10%, o que a transferiu do rol de um dos países mais atrasados para a quinta economia do mundo [...]” (Decadência ou nova emergência)

AO1206 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/03/12>

“Há novidade, mas ela está em que os fatos mostram o que não é de modo algum uma boa notícia – que, na América Latina (em termos de força, simplesmente), as possibilidades do

populismo não estão esgotadas; e revelam também, o que, em boa parte, é uma consequência, que o poder totalitário em Cuba terá, provavelmente, uma sobrevida maior do que previa.” (A esquerda e o país)

AO1306 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/03/05>

“As professoras e professores do primeiro ano do primeiro ciclo das escolas municipais passarão a contar com um auxiliar em sala de aula, o que é corriqueiro na maioria dos estabelecimentos particulares, mas uma novidade no ensino público.” (A revolução do verbo)

Abril

AO1406 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/04/30>

“A projeção do consumo de petróleo na frota nacional, o que é particularmente impactante num país com imenso território e praticamente sem malha ferroviária, aponta: o diesel é responsável por 50,7% do consumo de combustíveis nos veículos.” (Petróleo: infinito enquanto dure)

AO1506 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/04/23>

AO1606 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/04/16>

AO1706 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/04/09>

AO1806 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/04/02>

Maio

AO1906 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/05/28>

“Desde que surgiram na imprensa algumas informações sobre o projeto que mandei elaborar, recebi muitos apoios. Surgiram também várias críticas, o que é natural...” (Abaixo a poluição visual)

AO2006 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/05/21>

“Por seu turno, a oposição, talvez ampliada e ainda aguerrida, manterá o governo sob fogo cerrado, o que inviabilizará a aprovação das reformas indispensáveis ao país.” (‘Concertación’ enquanto é tempo)

AO2106 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/05/14>

AO2206 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/05/07>

Junho

AO2306 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/06/25>

“...Allende era um democrata, mas cometeu o erro – muito da época, é verdade – de aceitar uma ajuda importante de Castro antes da sua eleição, o que abriu a porta para todo tipo de manobras.”

“Castro prolongou a sua visita ao Chile em 1971, o que criou problemas para Allende.”

“Se os seus executantes são camponês – o que aliás nem sempre é verdade -, na grande maioria dos casos as iniciativas são não só dirigidas mas também planejadas, por equipes ideológicas.”

“..Mas, por falta de uma perspectiva mais lúcida, ou acabam resvalando, em alguma medida, na tese perigosa de que a corrupção é mais ou menos inerente a toda prática política operando em “meio” capitalista, ou atenuam responsabilidades por meio do argumento de que também os outros partidos cometeram pecados e que destes não se falou o quanto era preciso, argumento insuficiente (mesmo se a imputação é legítima), já que, além do tamanho da operação, há, no caso do PT, uma circunstância agravante pelo fato de se tratar de um partido

que se apresenta como modelo de virtude cívica.” (Esquerda totalitária e esquerda democrática)

AO2406 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/06/18>

“Paradoxalmente, a partir da década de 90, a prática de extorsão mediante sequestro foi sensivelmente maior do que antes, fato que se repetiu, aliás, com outros tantos delitos mais ou menos hediondos.” (A duras penas)

AO2506 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/06/11>

AO2606 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/06/04>

Julho

AO2706 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/30>

“Em outras palavras: a ilegalidade resultava da incapacidade de as empresas produzirem, dentro da política financeira e tributária, computadores compatíveis com o nível de renda do consumidor. Não vinha da incapacidade de policiais, fiscais ou juízes ou do ‘jeitinho’ e da “antiética” do brasileiro. Era a alternativa econômica à falta de oferta legal dentro dos limites dos consumidores. O que não se resolve na polícia ou na Justiça.” (O PC ilegal)

AO2806 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/23>

“Na sua análise, a Corte Interamericana de Direitos Humanos realçou as duas dimensões da liberdade de expressão: o direito individual de manifestação do pensamento e o direito coletivo, de todos, de receber informação e conhecer a expressão do pensamento alheio. Por isso, os meios de comunicação social devem estar virtualmente abertos para todos, sem discriminação – o que significa que não cabem exclusões a priori do acesso à mídia.” (Liberdades e regulamentação do jornalismo)

AO2906 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/16>

AO3006 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/09>

“As transferências voluntárias da União, que em 2002 atenderam 497 municípios, passaram a atender 1625, o que permitiu ampliar o acesso a projetos federais voltados para formação de professores, reforma e construção de escolas, equipamentos, material pedagógico etc.”

“O Prova Brasil muda o conceito de avaliação. Os dados do Saeb (sistema de avaliação da educação básica), antes amostrais, são divulgados também por escola, o que aumenta a responsabilidade da comunidade de pais, professores e dirigentes com o desempenho.”

“...Permite identificar boas práticas, disseminando-as, e insuficiências, o que torna possível enfrentá-las de forma efetiva.”

“No dia 30 de junho foram assinados 311 acordos de cooperação, o que permitirá oferecer, em 2007, 90 mil vagas de ingresso, majoritariamente para professores da educação básica, atendidos por 4.800 professores universitários.” (Educação básica)

AO3106 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/07/02>

“Cai o pano, revelando o que é tão ostensivo que dispensa rebuscados argumentos: trata-se de uma medida eleitoreira, o que não nega a necessidade dos reajustes, que poderiam ter ocorrido ao longo dos anos, dada a penúria em que se encontram funcionários civis da União.”

“Com o “intermezzo” da Copa, que será (?) nossa de novo, partiremos renovados para outubro: outro feito do governo Lula.” (Cai o pano, cai a máscara)

Agosto

AO3206 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/27>

“Penso que esses debates refletem um processo de amadurecimento das políticas do setor que, por causa de acertadas decisões governamentais, teve suas ações mais qualificadas, o que dá mais consistência e visibilidade aos resultados.”

“Em contrapartida, o efeito de outros programas de transferência de renda, apesar do elevado potencial de reduzir a desigualdade – por terem maior cobertura -, tem mais impacto no alívio imediato da pobreza, o que não pode ser desprezado.” (Transferir renda e superar a pobreza)

AO3306 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/20>

“... Ao contrário, elevam essas ações ao patamar de políticas de estado, o que garante sua perenidade, e constituem uma orientação necessária para que as políticas universalistas contemplem também os grupos discriminatórios.” (Inclusão e cotas raciais e sociais)

AO3406 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/13>

AO3506 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/08/06>

Setembro

AO3606 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/09/24>

AO3706 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/09/17>

“Que dizer da quase inevitável reeleição de Lula? Em seu primeiro mandato, revelou ser um homem extremamente inteligente, o que lhe permitiu contornar, em parte, seu grande despreparo.” (mais um quadriênio perdido)

AO3806 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/09/10>

AO3906 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/09/03>

“Nada foi encoberto. Todos os partidos foram alvejados – o que não era esperado pela elite tucano-pefelista, que comandou o país no tempo de FHC.” (O fim da política)

Outubro

AO4006 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/10/29>

AO4106 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/10/22>

AO4206 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/10/15>

AO4306 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/10/08>

“...As novas formas de sociabilidade na internet são horizontais, e não hierárquicas, encorajando a cooperação, fato que é muito bem ilustrado pelos modelos de ‘colaboratório’ de pesquisas ou dos softwares de computador de ‘fonte aberta’”. (Partilha do conhecimento)

“Por isso, a violência islâmica não é um desvio, é inerente ao islã, o que o faz uma religião inferior.” (A exatidão do erro)

AO4406 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/10/01>

Novembro

AO4506 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/11/26>

“A essa evolução correspondeu uma mudança de qualidade: o sistema privado ganhou terreno na base, com recursos humanos e regime de trabalho voltados ao ensino e sobretudo com contratos de hora/aula, e o sistema público, desde a década de 60, avançou em pesquisa e pós-graduação, forçando o aumento da qualificação de seu corpo docente, o que significou maior valorização de seus diplomas.” (A PUC – SP e o ensino superior no Brasil)

“Sugeri também, na mesma ocasião, que idêntico procedimento fosse adotado pelo Hospital

de Clínicas, o que foi recusado pelos médicos do HC sob a argumentação de que o atendimento à saúde deveria ser universal e gratuito.”

“Daí o desastre a que estamos assistindo. Não por culpa da própria fundação, que foi constituída não para construir hospitais, mas para administrá-los com eficiência e competência, o que tem acontecido por mais de 25 anos.” (Em defesa do Incor)

AO4606 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/11/19/2/>

“Segundo: a política externa brasileira soube nos colocar numa relação privilegiada, inclusive com capacidade de dialogar lealmente com os EUA de Bush, sem provocações e sem humilhações, o que tornou desinteressante, para o império, qualquer tentativa de desestabilização do Brasil.” (Mais além do populismo)

“...Finalmente, elas tendem a ser afetadas pelas características do seu entorno, fator que influencia suas políticas de inserção local e regional.”

“Com nossa atuação junto às escolas públicas, decidimos implantar, mediante convênio com a Secretaria de Educação, o sistema de avaliação seriada no ensino médio, que será dirigido às escolas que aderirem ao programa e prevê a aplicação de provas ao término de cada ano, com notas ponderadas que se agregarão aos resultados do vestibular. O que permitirá também que a USP possa atuar em áreas vitais para promover a elevação da qualidade do ensino nessas escolas.” (Vestibular e inclusão social na USP)

AO4706 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/11/12>

“... Em discurso proferido ante o Congresso, disse que assinei documentos e recebi quantias em dinheiro da embaixada americana pelos mísseis, fatos desmentidos documentalmente e pelo embaixador.” (Evo e os mísseis do ódio)

AO4806 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/11/05>

Dezembro

AO4906 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/12/31>

AO5006 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/12/24>

AO5106 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/12/17>

“Ainda que o decreto legislativo nº444, de 2002, disponha que a remuneração dos membros do Congresso Nacional “Corresponderá à maior remuneração percebida, a qualquer título, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal” e que as “Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados regularão, em ato conjunto, a aplicação” do respectivo decreto legislativo, os artigos 48 e 52 da Constituição rezam, com muita clareza, que a própria remuneração dos parlamentares deverá ser objeto de iniciativa de lei, o que significa ser aprovada pelo conjunto dos membros de ambas as Casas.”

“Mais adequado será não haver ajustes nos salários dos ministros do STF até que se chegue à equiparação dos vencimentos dos postos mais altos dos três Poderes, o que poderá ocorrer no momento em que as finanças públicas estiverem melhor e houver a compreensão de que os níveis de remuneração estejam mais de acordo com o que acontece com o conjunto da sociedade e as responsabilidades dos respectivos cargos.” (Mais do que nunca, escutar o povo)

AO5206 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/12/10>

“Uma abordagem global dos direitos humanos não se limita a abordar as idéias erradas e os mitos em torno dos pobres, ajudando antes – o que é ainda mais importante – a encontrar vias sustentáveis e equitativas para sair da pobreza.” (O dia dos direitos humanos e a pobreza)

AO5306 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2006/12/03>

2007

Janeiro

AO0107 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/01/28>

AO0207 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/01/21>

AO0307 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/01/14>

AO0407 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/01/07>

Fevereiro

AO0507 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/02/25>

“Porém, as limitações previstas pelo ECA paralisam as autoridades do Executivo, do Ministério Público e do Judiciário e geram intranquilidade social. Na verdade, as regras em vigor desprezam a hipótese de que também os adolescentes sejam, eventualmente, muito perigosos. Ignoram, assim, a realidade, o que tem sido causa de injustiça, pois impedem a resposta adequada às infrações mais graves por eles cometidas.” (Rigor na dose certa)

AO0607 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/02/18>

“No último meio século, a população urbana mundial foi de 732 milhões, em 1950, para mais de 3,2 bilhões, em 2006. Embora as cidades cubram só 0,4 % da superfície terrestre, elas são a maior fonte de emissões mundiais do carbono, o que as torna cruciais para amenizar a crise climática. A contabilização dos prejuízos das mudanças climáticas empurra o mundo para a era da descarbonização.” (Descarbonizando o carnaval da Bahia)

AO0707 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/02/11>

“E delas nos desvinculamos culturalmente, o que certamente inspirou o desejo irônico do poeta Manuel Bandeira de mudar-se para uma Pasárgada imaginária, onde, por ser amigo do rei, teria “a mulher que quero, na cama que escolherei.” (Fome e sede de justiça)

AO0807 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/02/04>

Março

AO0907 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/03/25>

AO1007 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/03/18>

AO1107 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/03/11>

AO1207 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/03/04>

“Centrar os esforços na propriedade intelectual traz o benefício adicional de promover inovação, pesquisa e desenvolvimento. Isso ajuda a criar um ambiente melhor para os investimentos, que resulta em mais produtividades e melhor competitividade, o que é bom para o crescimento econômico.” (Oportunidades em um ‘ano de engajamento’)

Abril

AO1307 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/04/29>

“No presente inseguro, garantir futuro seguro – uma difícil tarefa das normas jurídicas.” (Insegurança jurídica)

AO1407 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/04/22>

AO1507 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/04/15>

“Precisamos, para resgatar a confiança do povo no seu poder constituinte, de programas municipais, estaduais e federais, que integrem as políticas de segurança pública com as políticas sociais, e para isso é preciso, em primeiro lugar, ter “foco” determinado (o que não

significa artesanato ou micro-experiências localizadas), “centro” em grandes áreas metropolitanas, sobre faixas etárias específicas (juventude) mais sensíveis e “prioridade social” para setores mais atingidos pela criminalidade, face a carências culturais e econômicas.” (Violência e estado)

AO1607 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/04/08>

AO1807 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/04/01>

“O legítimo desejo de segurança só se materializa no trabalho por uma segurança plena, em iguais condições para todos, a partir da construção de uma nação menos desigual e mais justa – o que exige a mobilização da sociedade inteira.” (Juventude e projeto nacional)

Maio

AO1907 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/05/27>

“O Brasil apresenta grande possibilidade de superação dessa vulnerabilidade. Nossa base produtiva, ciência, recursos humanos qualificados e sistema de saúde universal conferem ao Estado elevado poder de compra de bens industriais, com financiamento de longo prazo pelo BNDES. Fatores singulares na realidade latino-americana.” (A saúde em novo modelo de desenvolvimento)

“Luiz Inácio Lula da Silva, o atual presidente, nunca disfarçou seu desprezo pelos intelectuais, sentimento ou perspectiva compartilhada, aliás, por não poucos dos seus camaradas. Houve até um ministro importante do primeiro mandato que, ao anunciar a criação de um núcleo de estudos estratégicos no governo, avisou imediatamente que nele não teriam assento intelectuais que discutissem eternamente o “sexo dos anjos”, o que deu para desconfiar que ele não entendia nada de sexo ou de anjos – ou dos dois.” (O pós-moderno)

AO2007 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/05/20>

AO2107 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/05/13>

“Luiz Gama soube denunciar, com competência e indignação, essa impostura perversa. Sozinho – fato único em nossa história -, conseguiu libertar nos tribunais mais de 500 escravos.” (Luiz Gama, herói do povo brasileiro)

AO2207 http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/05/06_

“Profetas do pessimismo nos ensinam que a população cresce tão rápido que todas as terras agricultáveis precisam ficar reservadas à produção de comida. Com dois séculos de atraso, replicam o catastrofismo do clérigo inglês Thomas Malthus 91766-1834), que, no seu lúgubre ensaio sobre “o melhoramento futuro da sociedade”, de 1798, advertia sobre a colisão entre o fenômeno populacional e a capacidade limitada para garantir alimentos a todos os viventes. O que se passou depois que o fundador da demografia vaticinou o pior figura entre as grandes lições acerca do engenho humano.” (sic) (Fidel Malthus Chavez)

Junho

AO2307 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/24>

“A autonomia que defendemos certamente é marcada por transparência e responsabilidade, o que significa não questionar o dever de prestarmos contas de nossas ações – autonomia não é sinônimo de soberania.” (Autonomia universitária: o jardim em risco)

AO2407 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/17>

“É preciso que o povo seja, de fato, senhor da história. Sujeito, e não objeto. É preciso que a sociedade brasileira volte a exercitar a força das ruas. Um movimento, que poderia orientar-se sob o lema “Reage, Brasil”.”(Reage, Brasil)

AO2507 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/10>

AO2607 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/03>

Julho

AO2707 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/29>

“Ao verificar o desvirtuamento da proposta original, o procurador-geral pediu à Assembleia a retirada do projeto, o que, porém, lhe foi negado.” (A defesa do Ministério Público)

AO2807 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/22>

AO2907 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/15>

“E, como de costume, me limitei a dizer que se tratava de um projeto de Le Corbusier. Uma preocupação antiga que temos em preservar a autoria de qualquer projeto arquitetônico – coisa antiga que, já no passado, Michelangelo revelava, ao se recusar a interferir no projeto original de Bramante para a basílica de São Pedro em Roma.” (Entrevistas (texto único))

AO3007 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/08>

AO3107 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/01>

Agosto

AO3207 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/08/26>

“Agora, nenhum grupo estudantil reivindicou o protagonismo da invasão. Malgrado o intento, simpatizantes da UNE e a atual diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto – que chegara a se oferecer para mediar acordo entre a diretoria da faculdade e os ocupantes, o que, ‘per se’, implica não ser parte – passaram a brandir o argumento da presença estudantil.” (Os fins não justificam os meios)

AO3307 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/08/19>

“Mesmo a reboque dos países mais avançados, onde a união civil homossexual é reconhecida legalmente, o Brasil está vencendo a guerra desumana contra o preconceito, o que significa fortalecer o Estado democrático de Direito, sem dúvida alguma, a maior prova de desenvolvimento social.” (A igualdade é colorida)

AO3407 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/08/12>

AO3407 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/08/05>

“O episódio que há um mês levou à renúncia do senador Joaquim Roriz (PMDB – DF) recoloca o tema em pauta. Ex-governador do Distrito Federal por quatro vezes, foi eleito com expressiva votação. Descobriu-se, no entanto, que havia incorrido em práticas delituosas, o que o levou a renunciar para evitar cassação iminente no Conselho de Ética.” (os senadores clandestinos)

“No ‘tira-teima’, vemos que o árbitro – ou melhor, o juiz de direito – disse que, ‘se fosse homossexual’, bem, ‘nessa hipótese’, para o jogador, ‘melhor seria que abandonasse os gramados’. Uma peça rasa, de mau gosto e pobre de argumentos.” (Gol contra do preconceito)

Setembro

AO3507 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/09/30>

“O sistema não contempla candidatura avulsa. Os candidatos são escolhidos em convenção, têm a campanha financiada pelo fundo partidário, entre outros recursos, registram-se com numeração reveladora da sigla partidária à qual são integrados e que também serve à escolha feita pelo eleitor. Se este, eventualmente, equivoca-se ao digitá-la na urna eletrônica,

acertando apenas os dois primeiros algarismos identificadores do partido, valida mesmo assim o voto, que será computado para o partido, fato de consequência ímpar.”

“Há outro lado que somente os ingênuos não percebem. A troca de partido decorre de cooptação indesejável, para dizer o mínimo. O detentor do mandato, que o exerce em nome do partido por meio do qual foi eleito, vira as costas a este último com o intuito de desfrutar de benesses, o que modifica o equilíbrio político resultante da vontade dos eleitores.” (A traição não consentida)

AO3607 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/09/23>

AO3707 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/09/16>

AO3807 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/09/09>

AO3907 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/09/02>

“O processo de reeleição é muito recente no Brasil e ainda está amadurecendo. Um ponto positivo é o fato de ter um ciclo fiscal mais suave no primeiro governo, já que este poderá suceder a si mesmo. Outro é que o tempo torna o governo e o governante inevitavelmente mais transparentes, mais previsíveis, o que ajuda o jogo democrático.” (O governo Lula acabou)

Outubro

AO4007 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/10/28>

“Nos acordos firmados pelo Brasil com os países exportadores de capital – Canadá, Japão, países da Europa ocidental -, todos eles concordaram em isentar do imposto os lucros e dividendos que suas empresas e pessoas físicas recebem dos investimentos feitos no Brasil. Nos casos dos demais rendimentos, juros, royalties, assistência técnica e serviços técnicos, os referidos países tributam, mas concedem crédito de 25% do rendimento que é superior ao imposto pago no Brasil (‘tax sparing’), o que contribui para reduzir o custo do dinheiro e da tecnologia importados.”

“ Os negociadores do acordo para evitar a dupla tributação com os EUA têm um grande desafio. Caso firmem com os EUA um acordo fiscal em que não sejam inseridas cláusulas de tratamento mais favorecido que o Japão, o Canadá e os países da Europa ocidental incluíram nos acordos que fizeram com o Brasil, todos esses países vão solicitar a revogação dos acordos para eliminar a dupla tributação da renda assinados com nosso país, o que vai anular o trabalho desenvolvido nos últimos 25 anos e afetar enormemente o fluxo de investimentos externos desses países...” (Acordo fiscal Brasil-EUA)

AO4107 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/10/21>

“O governo federal atribuiu a duas entidades a missão de desenvolvimento tecnológico, Embrapa e Petrobras. Ora, a Petrobras acaba de assinar convênio com a Novozymes, o que só pode ser compreendido como desistência de desenvolver e produzir enzimas para hidrólise e, com isso, assinar um pacto de dependência tecnológica permanente.” (Etanol: vale mais quem Deus ajuda?)

AO4207 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/10/14>

“O número dos que se declaram de cor preta cresceu de 11,5 milhões para 12,9 milhões, de 2005 para 2006. E a população de pretos e pardos, 49,5% do total, está bem próxima do número de brancos, 49,7%, fato que não ocorria há muitos anos...”

“...Já a participação das pessoas de cor parda na população caiu de 43,2% para 42,6%, o que confirma que houve uma migração dos que se declaravam pardos para o grupo dos que declaram pretos.” (Valorizar a diversidade estimula a inclusão)

AO4307 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/10/07>

“Nos últimos anos, estimulamos, com insistência, essa discussão. A importância desse debate pode ser medida de várias formas, até mesmo pela intensidade da reação que o tema tem gerado em alguns agentes políticos. O que é uma pena, porque a ideia do choque de gestão é, sobretudo, uma ideia a favor da sociedade brasileira.”

“É importante que o debate em torno da eficiência da gestão aconteça em nível nacional e que ele envolva a sociedade como um todo. Devemos ficar atentos para não desqualificar esse necessário debate, o que terminaria por camuflar deficiências históricas que precisam ser enfrentadas na administração pública brasileira.” (Choque de gestão e realidade)

Novembro

AO4407 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/11/25>

AO4507 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/11/18>

“Ao mesmo tempo, cabe aos países manter o foco na promoção do crescimento, com expansão do investimento e aumento da produtividade, o que ajudará a consolidar os ganhos na batalha contra a pobreza e as desigualdades sociais” (A América Latina: à altura dos desafios)

“Pelo projeto, a proteção dada aos recursos hídricos fica enfraquecida, o que é preocupante.” (Atenção para o PL 20/2007)

AO4607 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/11/11>

AO4707 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/11/04>

Dezembro

AO4807 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/30>

AO4907 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/23>

AO5007 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/16>

“Com relação às pessoas físicas e às empresas, a solução de reclamações passa, sucessivamente, por consultas entre as seções nacionais do Grupo Mercado Comum dos estados em que haja a contenda, pela intervenção do próprio Grupo Mercado Comum, pelo exame e parecer por especialistas, o que é nitidamente insatisfatório.” (Solução de conflitos no Mercosul)

AO5107 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/09>

AO5207 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/02>

2008

Janeiro

AO0108 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/01/27>

AO0208 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/01/20>

AO0308 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/01/13>

AO0408 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/01/06>

Fevereiro

AO0508 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/02/24>

AO0608 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/02/17>

AO0708 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/02/10>

AO0808 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/02/03>

Março

AO0908 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/03/30>

“O crescimento da demanda americana na última década tem sido associado a uma impressionante expansão do endividamento e a uma política tributária claramente regressiva. As inovações financeiras facilitaram e ampliaram essa tendência, porque geraram uma valorização especulativa de ativos, o que, por sua vez, levou a mais acesso a crédito, mais consumo e menos poupança...”

AO1008 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/03/23>

“Mas como podemos aliviar o sofrimento e reduzir a tensão? Em primeiro lugar, organizações humanitárias precisam ter acesso imediato, irrestrito e regular a região, o que não é permitido agora.”

AO1108 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/03/16>

AO1208 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/03/09>

“Antes da entrada em vigor da lei, o julgamento da maioria dos casos de violência doméstica contra a mulher era realizado pelos Juizados Especiais Criminais, o que gerou opiniões contraditórias.”

“... É o nosso dever de lealdade e de coerência, até para evitar que nosso partido seja estigmatizado com a pecha de hegemônico ou “fominha”, fato que não se repete na maioria dos Estados brasileiros (Minas, Rio, Goiás, Ceará etc.)” - Texto: Aliança, lealdade, estratégia

AO1308 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/03/02>

Abril

AO1408 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/27>

“... A venda a terceiros abriria a possibilidade de qualquer dos sócios especular em benefício próprio, o que geraria benefícios desiguais para os países, em flagrante conflito com o espírito do tratado.”

“Os benefícios gerados são expressivos. A dívida estará integralmente paga em 2023, com recursos obtidos da energia produzida, o que comprova que as bases do tratado são justas e sustentáveis.”

AO1508 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/20>

AO1608 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/13>

AO1708 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/04/06>

Maio

AO1808 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/05/25>

“No Rio, nos juizados especiais, empresas reguladas – de telefonia, energia, planos de saúde e outras – são os maiores demandados. O que se repete em quase todos os estados.”

AO1908 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/05/11>

“...Realidade que talvez Riobaldo, o jagunço filósofo de Guimarães Rosa, tenha tentado descortinar: ‘Viver é um descuido prosseguido’. O que deve valer tanto para uma mulher como para um pequeno ser.” (Mulheres e o direito à existência)

“Em 2008, o consumo nacional de etanol em veículos leves superou o de gasolina – um marco a ser destacado.” (o Brasil e as fontes renováveis de energia)

AO2008 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/05/04>

Junho

AO2108 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/06/29/>

As milícias são um mal que também constituem também um alerta sobre o surgimento de precondições para a militarização da política e a politização da criminalidade, o que significaria colocar em crise profunda o Estado de Direito. (Milícias e estado de direito)

AO2208 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/06/22>

AO2308 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/06/15>

AO2408 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/06/08>

AO2508 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/06/01>

Julho

AO2608 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/07/27>

AO2708 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/07/20>

AO2808 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/07/13>

AO2908 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/07/06>

Agosto

AO3008 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/08/31>

“O que se pode fazer para coibir o abuso? Cumprir a lei. Examinar a existência de critérios que justificam a sua adoção. Por que isso não se faz? A resposta aponta para uma relação desarmônica entre os Poderes, com predomínio da força do Executivo, o que lhe dá o conforto de influir na agenda parlamentar, incluindo nela densa pauta de medidas provisórias.”

“Não há como deixar de concordar com a manifestação. O Parlamento abre um vácuo na esfera da racionalidade argumentativa, o que induz a dúvidas, interpretações enviesadas e distorções. Por esse vazio, produzido por leis extremamente vagas ou tecnicamente imprecisas, os tribunais entram na esfera legislativa.” (parlamento independente)

“De lá para cá, o financiamento da educação ora tem avançado, ora recuado, o que demonstra a contradição entre a prática e a prédica das classes dirigentes do país em relação ao tema.”

“Em 1983, foi aprovada a emenda constitucional 24, que vinculou 13% da receita de impostos da União a investimentos em educação e 25% no caso de Estados, DF e municípios, o que mais tarde veio inspirar o constituinte de 1988, que elevou o percentual da União de 13% para 18%.” (Petróleo e qualidade da educação)

AO3108 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/08/24>

“Essa pesquisa foi feita em 121 países, incluindo ricos e menos ricos. A mulher, mais do que o homem, em todos esses países, tende a pensar mais nos interesses comuns do que nos seus próprios, o que a faz não procurar, tanto quanto o homem, privatizar o Estado em seu benefício e em detrimento da população.”

“Isso aconteceu, por exemplo, em alguns países no norte da Europa (Suécia, Dinamarca, Noruega, Islândia, Finlândia e outros em menor escala). O que já faz uma massa crítica para que possamos concluir que o incentivo à candidatura de mulheres para todos os níveis de poder seja fundamental para que consigamos reverter esse processo de autodestruição da espécie, que é muito mais profundo do que podemos imaginar.”

“Por exemplo, em muitos países, agrotóxicos e transgênicos estão acabando com as abelhas, mortas por doenças misteriosas, o que pode fazer com que a polinização das plantas, dentro de poucos anos, esteja irremediavelmente comprometida.” (O século 21 e as prefeituras)

AO3208 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/08/17>

AO3308 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/08/10>

AO3408 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/08/03>

Setembro

AO3508 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/09/28>

Por outro lado, uma série de “by passes” sublegais e criativos – gatos e puxadinhos – permite aos cidadãos usar terrenos anônimos, serviços públicos e privados sem pagar impostos e sem ser incomodados. O que tem explicação econômica: a ilegalidade habitacional é o único custo compatível com a efêmera renda de cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros do mercado informal. Faces da mesma moeda: informalidade do emprego e ilegalidade da propriedade.

AO3608 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/09/21>

AO3708 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/09/14>

Nesse sentido, a tributação elevada é um mito no Brasil. A carga tributária líquida permanece estabilizada em 12% do PIB já faz tempo. O que tem aumentado mesmo são impostos, taxas e contribuições que, uma vez arrecadados, são imediatamente devolvidos, o que impede de serem considerados efetivamente como peso da tributação elevada.

AO3808 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/09/07>

Outubro

AO3908 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/10/26>

AO4008 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/10/19>

AO4108 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/10/12>

AO4208 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/10/05>

Novembro

AO4308 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/11/30>

AO4408 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/11/23>

A oportunidade histórica do etanol pode e deve incluir, como condição básica, a adoção de medidas reguladoras e, mais que isso, a existência de um instrumento organizador que atenda pelo nome de política agrícola – o que, a rigor, o país nunca teve. (Crise e oportunidade: o etanol brasileiro)

AO4508 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/11/16>

“A minoria vencida queria ir além: em seu voto, o ministro Lewandowski propôs nada menos que 16 diretrizes para a greve de funcionários públicos. É o STF ajustando sua rota. Criando regras gerais na falta de norma necessária à aplicação de direitos fundamentais. E até se divide sobre quais regras criar. A autocontenção de ontem se esvaiu. Reviravolta completa.” (Omissões legislativas inconstitucionais)

“Não é de hoje que decisões do STF vinham pavimentando eventual mudança. Ainda em 1990, o ministro Sepúlveda Pertence observara que a decisão ali tomada era apenas “passo inicial”.

Não excluía a possibilidade de que a eventual insistência do Poder Legislativo em permanecer inerte levaria à ampliação dos poderes do Supremo para completar a norma constitucional ‘paralisada pela omissão do órgão político’. Aviso prévio.” (Omissões legislativas inconstitucionais)

“Mas não foi só. De lá para cá, algumas decisões em mandados de injunção mostraram um STF desconfortável com as permanentes omissões do Congresso – e em busca dos instrumentos jurídicos necessários para combatê-las. Tiros de advertência.” (Omissões legislativas inconstitucionais)

“o Supremo está consolidando sua mudança de interpretação. Esse é o fato. E está apenas começando. O poder não deixa vácuos, nossos congressistas certamente sabem. O país não pode parar à espera de necessárias leis que não chegam. Se o Congresso não aprova as normas criadas pelo Supremo, basta que legisle. Legislar é preciso. Até que isso aconteça, com todas as complexas variáveis envolvidas, a legislação judicial continuará a avançar. Aviso aos navegantes.” (Omissões legislativas inconstitucionais)

AO4608 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/11/09>

AO4708 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/11/02>

Dezembro

AO4808 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/12/28>

AO4908 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/12/21>

Para tanto, vamos debater o tema, ao longo de 2009, exaurindo questões que impactam o crescimento da economia, o que se reveste hoje de extrema importância, dado o quadro de incertezas do cenário global. (Constituição: avançar para crescer)

AO5008 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/12/14>

AO5108 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/12/07>

2009

Janeiro

AO0109 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/01/25/>

“A enorme deficiência brasileira de profissionais capazes de realizar pesquisa e desenvolvimento (P&D), intimamente relacionada com o pequeno envolvimento de nosso setor empresarial em pesquisa e inovação, faz com que nossas empresas, sobretudo no setor industrial, sejam pouco inovadoras, o que as torna pouco competitivas no comércio globalizado.”

“Já nossos congressistas julgaram por bem cortar fundos nesse item. Para eles, CT&I é custeio, não investimento. Jovialmente, declararam que seriam minimizados os cortes em investimento, o que revela o equívoco de políticos que decidem o destino do país sobre o que é custeio e o que é investimento.” (congresso penaliza ciência e tecnologia)

AO0209 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/01/18/>

“O presidente Obama faria bem em enfatizar o compromisso dos EUA de combater a pobreza e a fome estruturais, uma armadilha na qual estão presos muitos cidadãos da região.” (Obama: o novo parceiro da América do Sul)

AO0309 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/01/11/>

“Entretanto, docentes e dirigentes reivindicam autonomia dos fins. Tal posição tem justificado, por exemplo, rechaçar políticas de ações afirmativas e inclusão social, o que pouco contribui para tornar mais justa a sociedade que abriga, sustenta e legitima a universidade.” (universidade: perversões da autonomia)

AO0409 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/01/04/>

Fevereiro

AO0509 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/02/22/>

AO0609 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/02/15/>

“As taxas básicas de juros no Brasil ainda figuram entre as maiores do mundo, o que acaba atrapalhando a aceleração da economia e o consumo interno.” (Ações e reações)

AO0709 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/02/08/>

AO0809 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/02/01/>

“... O direito universal é à livre comunicação, o que inclui a diversidade mencionada.” (ortografia, lusofonia e direito)

Março

AO1009 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/03/29/>

AO1109 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/03/22/>

AO1209 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/03/15/>

AO1309 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/03/08/>

AO1409 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/03/01/>

Abril

AO1509 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/04/26/>

“De ser ver, portanto, que os dois turnos de votação não se apartam de todo. Isso pela decisiva razão de que o próprio segundo turno não é uma eleição estalando de nova. É apenas o momento posterior de um pleito que se mantém sem inovações quanto ao universo dos eleitores, o registro das candidaturas e os nomes dos dois candidatos mais bem postados no primeiro turno. Primeiro turno, vimos, sempre disponível para operar como solução final da frustração do segundo. Coisas do Direito.” (Votos anulados e eleição mantida)

AO1609 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/04/19/>

AO1709 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/04/12/>

AO1809 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/04/05/>

“Um em cada cinco brasileiros foi autor ou réu no ano passado. Cerca de 80% acreditam que vale a pena procurar a Justiça e mais de 50% estão muito satisfeitos com o atendimento recebido e com os resultados obtidos. Cenário Inédito. (...)” (Menos poder e mais serviço)

Mai

AO2009 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/05/31/>

AO2109 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/05/24/>

“Maneira sutil de o executivo impor o apoio a desejadas consequências políticas. Como o Congresso era controlado pelo Executivo, pretendia-se que o judiciário dependesse do Congresso. Dependência em cascata.” (Empatias e consequencialismos)

AO2209 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/05/17/>

“No campo das dificuldades, há ainda as de natureza técnica e tecnológica de caráter

administrativo, que incluem a necessidade de recursos financeiros e humanos – estes, devidamente capacitados – para manter um sistema de prestação de informações, o que não é trivial.” (Novos avanços na transparência)

“Em consequência, consumo e investimentos aumentariam consideravelmente em curto tempo, certamente num volume superior à capacidade de produção presente. O resultado seria uma pressão muito forte sobre os preços e salários e o retorno triunfante da inflação, o que, aliás, já estava ocorrendo antes da crise internacional, apesar da Selic alta.” (A grande armadilha)

AO2309 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/05/10/>

“É, na verdade, uma questão de reparação histórica, que deve ser consolidada enquanto política permanente do Estado brasileiro até que tenhamos uma sociedade com relações étnicas mais equilibradas. O que significa igualdade de oportunidades para todos.” (Multilateralismo e ações afirmativas)

AO2409 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/05/03/>

Junho

AO2509 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/06/28/>

“Agora, ousamos mais uma vez mudar os paradigmas ao instalar a primeira parceria público-privada (PPP) penitenciária do Brasil, inspirada nos modelos em vigor no Chile e na Inglaterra. Além de reduzir as necessidades de investimentos diretos do Tesouro – grande obstáculo enfrentado pelos governos estaduais -, o formato representará um forte e rápido incremento na oferta de vagas, o que finalmente nos permitirá enfrentar a questão da superlotação e da desumanização das nossas prisões.”

“No conjunto de novos paradigmas, um deles é fundamental: o compromisso com a eficiência e a qualidade do gasto, o que tem permitido ao Estado recuperar seu protagonismo nas políticas públicas.” (segurança, um novo paradigma)

AO2609 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/06/21/>

AO2709 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/06/14/>

AO2809 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/06/07/>

Julho

AO2909 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/07/26/>

“É preciso ter tranquilidade também com os medicamentos. A automedicação, além de prejudicial à saúde, pode aumentar a resistência do vírus, conforme já alertou a OMS. No Japão, em Hong Kong, na Dinamarca e no Canadá já há casos de resistência do H1N1 ao tratamento medicamentoso – sinal que nos deixa em alerta e exige critério redobrado com a prescrição indevida e automedicação.” (Em alerta, mas sem motivo para alarde)

AO3009 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/07/19/>

“E a renda dos 50% mais pobres cresceu num ritmo chinês: 32%, duas vezes maior do que o aumento da renda dos 10% mais ricos, o que fez diminuir, pela primeira vez em muito tempo, a concentração dos rendimentos no Brasil.”

“Conforme o IBGE, entre outubro de 2008 e abril deste ano, já em plena crise. 316 mil pessoas saíram da pobreza nas grandes cidades brasileiras. Um dado fantástico.” (Eles vieram

pra ficar)

AO3109 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/07/12/>

“Nosso país precisa aprender com as lições do passado. Sarney já foi submetido a um linchamento igual, pelos mesmos políticos, os mesmos veículos de comunicação, com pequenas variações, o mesmo estilo de acusações destituídas de seriedade até pelo volume crescente e diário de campanhas sistemáticas sem verdade alguma que se comprovasse. Tudo igual.” (Pode repetir-se o castigo)

AO3209 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/07/05/>

Agosto

AO3309 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/08/30/>

AO3409 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/08/23/>

AO3509 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/08/16/>

AO3609 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/08/09/>

“Outros processos decisórios com frequência desprezam ou são indiferentes à contribuição e aos costumes dos índios. Como resultado, leis e políticas que não leva em consideração as preocupações dos índios frequentemente causam disputas e conflitos por recursos naturais, o que ameaça o modo de vida e a própria sobrevivência dos povos indígenas.” (Mais do que uma celebração simbólica)

Setembro

AO3709 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/09/27/>

AO3809 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/09/20/>

AO3909 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/09/13/>

“A riqueza da internet reside justamente na liberdade de expressão que ela oferece e na horizontalidade de seu desempenho, inclusivo e transparente. É hore de observar para que não ocorra a invalidação dos efeitos positivos da proposta, o que frustraria a grande expectativa da sociedade.” (A internet e a democracia brasileira)

AO4009 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/09/06/>

Outubro

AO4109 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/10/25/>

AO4209 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/10/18/>

AO4309 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/10/11/>

“Já de 1995 a 2006, a área da agricultura familiar continuou praticamente a mesma, mas o número de estabelecimentos aumentou, o que indica que esse processo não se deu à custa da migração do campo para a cidade, como ocorria no passado.” (Um novo modelo de desenvolvimento rural)

“Sem paternalismo, concretiza-se ali uma verdadeira mudança de ‘status quo’, o que só pode causar irritação aos que por tantas décadas usaram Heliópolis como massa de manobra da demagogia.” (A virada de Heliópolis)

AO4409 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/10/04/>

Novembro

AO4509 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/11/29/2/>

Organizações sociais aproveitaram o espaço aberto e a metodologia para formar parcerias e criar redes, o que viabilizou inúmeras iniciativas políticas, sociais e ambientais. (Fórum Social Mundial, 10 anos)

AO4609 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/11/15/2/>

“São no mínimo estranhos os fenômenos econômicos, o que faz da economia um fascinante campo de estudos dos comportamentos sociais.”

“Todos sabem que a lambança começou no Norte. Depois de parir Mateus, ao embalá-lo os americanos comportaram-se como o elefante na loja de porcelanas. Ainda assim, todos se dispõem a pagar a conta da quebradeira – um paralelo trágico, no qual a vítima é a responsável pela salvação do seu algoz. Por falta de opção, o imenso oceano econômico conta com um único porto seguro.

Irônica, mas também trágica situação....” (Tudo será como sempre foi)

AO4709 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/11/01/2/>

“Cada crime cometido e que é divulgado pela mídia estrangeira contribui para uma imagem negativa do Brasil no exterior, algo que as autoridades vão querer evitar a qualquer custo.” (O triunfo olímpico e a ironia internacional)

“Atender essas necessidades, abrangentes em excesso, requer, obrigatoriamente, planejamento. A curto, médio e longo prazos. Hábito que o governo federal, em relação à Copa do Mundo, desprezou.”

“ Entre a instalação da subcomissão e o momento, ficou evidente que, em virtude de ter sido transferida ao governo federal a responsabilidade de viabilizar a esmagadora maioria das obras do mundial no Brasil, inclusive a construção e a reforma dos estádios, impunha-se promover uma fiscalização preventiva. Crença que não poderia se restringir ao mero discurso de boas intenções.”

“Ante a inexistência de um mandato com essa abrangência, apresentei, no dia 21 de outubro, projeto de lei com tal finalidade. O que, naturais e esperadas reações à parte, em nada comprometerá a organização da Copa do Mundo e da Olimpíada.” (Copa do mundo, planejamento e fiscalização)

Dezembro

AO4809 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/12/27/2/>

“Aí também foi evocada, ainda que por uma minoria, a laicidade do Estado para impedir que se outorgassem concessões de rádio e TV às igrejas. Uma contradição ao que se propunha a conferência, que era dar a todos o direito e o acesso à comunicação.” (Igreja e estado laico)

2010

Janeiro

AO0110 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/01/31/2/>

“Simultaneamente, em uma ação igualmente arbitrária, o governo ocupou militarmente suas unidades transmissoras e se apropriou ilegalmente de suas instalações e equipamentos, o que acontece até hoje.” (Orgulho ferido de Chávez)

AO0210 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/01/24/2/>

“Hoje, nas instituições universitárias brasileiras, a beca negra e lisa, com um tipo padrão de casquete quadrado com borla e jabô de renda bordada, predomina como veste talar para

graduações, simulacro da tradição francesa.” (Becas, borlas e jabôs)

AO0310 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/01/24/2/>

“A elite reformadora e republicana que criou o SUS, e que zela por sua integridade, entende que só se deve abordar o segundo problema – o da injustiça – depois de equacionar o primeiro problema – o do financiamento. Grave equívoco.” (Saúde: questão de consciência)

Fevereiro

AO0410 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/02/21/2/>

“Para piorar a situação, os jovens foram o grupo mais golpeado pela crise do emprego do ano passado. Indicadores compilados pela OIT mostram que em 2009 a taxa de desemprego dos jovens aumentou mais do que a dos adultos, enquanto diminuiu a sua participação nos mercados de trabalho, o que em grande parte se deve ao desânimo.”

“Sabe-se que a taxa de desemprego entre os jovens é o dobro da taxa global e três vezes maior do que a dos adultos, uma realidade que transcende o espaço latino-americano.” (Jovens, educados e desempregados)

AO0510 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/02/14/2/>

“Um milhão e quinhentas mil assinaturas entregues a Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 2009, foram o fruto de uma bela e esperançosa campanha nacional visando apresentar um projeto de lei exigindo ficha limpa dos candidatos a cargos eleitorais. Um evento histórico de maior importância para a democracia brasileira.”

“Passado um mês de sua entrega, não havia relator designado e entrou no inexorável ritmo do passo lento daquela pesada máquina burocrática. Uma decepção! A ficha limpa foi para a gaveta de Michel Temer.” (Ficha limpa na gaveta, suja nas eleições)

Março

AO0610 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/03/28/2/>

“A resposta do Judiciário ao chamado da responsabilidade, enfrentando tão complexa peleja de forma pragmática – com ânimo de efetivamente resolver -, vem desconstruindo antigos paradigmas, o que pode ser explicado pela teoria dos jogos, segundo a qual as escolhas dos jogadores interessados em maximizar os próprios ganhos interferem ou dependem das opções dos outros indivíduos.” (A resposta do judiciário)

Abril

AO0710 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/04/25/2/>

“Em virtude da crise, diversos ativos tiveram seu valor de mercado depreciado, o que trouxe boas oportunidades de negócio tanto para empresas brasileiras como para investidores estrangeiros.” (Um novo Cade para novos tempos)

“Urge romper esse círculo vicioso, que faz os mais pobres adoecerem mais por doenças crônicas, terem sua produtividade reduzida e seu gasto com medicamento aumentado, o que contribui para aprofundar sua própria pobreza.” (Mitos e verdades sobre as doenças crônicas)

AO0810 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/04/18/2/>

“Muito se falou, ouviu e escreveu sobre as dificuldades e falhas técnicas do sistema operacional Sisu (Sistema de Seleção Unificada) do MEC (Ministério da Educação), o que

acabou desviando a atenção da sociedade do grande mérito do programa...”

“Mas, em uma primeira análise, no caso da Unifesp, verificamos que os candidatos convocados tiveram altas notas no Enem, o que nos leva a acreditar que o nível dos ingressantes permaneça no patamar dos anos anteriores em relação à qualidade.” (vestibular unificado e avanço da educação)

AO0910 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/04/04/2/>

“Em 2009, o Centro Indígena de Estudos e Pesquisas mostrou que 20% dos cerca de 6.000 estudantes universitários indígenas não concluem seus estudos, o que implica acompanhamento sistemático e medidas de permanência para conter os fatores de evasão.” (Ações afirmativas e avanços sociais)

Maio

AO1010 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/05/16/2/>

“Também é fato que os envolvidos pertencem a uma família de classe média, um ingrediente a mais no caldo da curiosidade popular” (Por uma justiça transparente)

AO1110 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/05/09/2/>

AO1210 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/05/02/2/>

Junho

AO1310 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/06/27/2/>

AO1410 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/06/20/2/>

“A comissão especial também propôs a isenção das reservas legais para propriedades de até quatro módulos – o que, no caso da mata atlântica, reduzia a 7% de sua cobertura original, ameaça os escassos remanescentes do bioma.” (Brigas, acordos e o Código Florestal)

Julho

AO1510 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/07/25/2/>

AO1610 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/07/18/2/>

“Eles próprios são os elementos da insegurança no mundo e, por isso, o expressivo surgimento de grandes países como o Brasil, a Turquia e a República Islâmica do Irã nessa cena, o que foi demonstrado pela Declaração de Teerã, tornou-se um alerta a esses poderes dominadores, sobretudo os EUA.” (Brasil respeitado pelas nações)

AO1710 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/07/11/2/>

AO1810 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/07/04/2/>

Agosto

AO1910 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/08/29/2/>

AO2010 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/08/22/2/>

AO2110 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/08/15/2/>

“Não se trata de propor desregulamentação ou artificialismos que possam gerar desequilíbrio. Não se quer fazer do Brasil um paraíso fiscal, um centro “offshore”, uma zona franca financeira. Muito menos dolarizar a economia, deixá-la superexposta a finanças ou excessivamente alavancada. Nada disso.” (Um polo para a América Latina)

AO2210 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/08/08/2/>

AO2310 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/08/01/2/>

Setembro

AO2410 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/09/26/>

AO2510 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/09/19/>

“Sua candidata acaba de receber o apoio dos usineiros. Mas o discurso oficial diz que José Serra não gosta da agricultura familiar. História mal contada.”

“... Lula renega seu passado para não dar a mão à palmatória para FHC. Ingratidão.” (História mal contada)

AO2610 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/09/12/>

AO2710 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/09/05/2/>

Outubro

AO2810 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/31/>

AO2910 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/24/>

AO3010 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/17/>

“Contudo, na campanha do PT, há também acentos do velho adágio: os fins justificam os meios.”

“Cultura (desenvolvimento) e natureza não devem se opor, mas qualificar-se reciprocamente, na hibridização que eles são: natureza artificial e artifício natural! ” (Dilma é garantia do processo democrático)

AO3110 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/10/>

AO3210 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/03/>

Novembro

AO3310 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/28/>

“... para nós, a liberdade individual era tudo, e entrar para um partido – o que pressupõe submissão a decisões e pensamentos coletivos – era uma subversão filosófica.” (Anos que não terminam)

AO3410 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/21/>

“... mais de 30 mil jovens negros formados chegam ao mercado. Uma extraordinária vitória para toda a sociedade brasileira.” (Corações de estudantes)

AO3510 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/14/>

“... soltou a frase infeliz: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil.”

“Aliás, reafirmo as posições ali externadas, que, longe de ferirem o decoro ou a elegância, contribuem para o enriquecimento do debate, o primeiro passo para o consenso.” (Gaspari, a ditadura e a Suprema Corte)

AO3610 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/07/>

Dezembro

AO3710 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/12/26/>

“Tudo isso, somado e misturado, faz de São Paulo o que ele é: locomotiva para o Brasil, com mais de 41 milhões de habitantes...” (São Paulo cada vez melhor)

“Na Venezuela e fora dela, no entanto, não foram poucos os que acusaram a medida como “golpe” contra a ordem democrática, o que não apenas é mentiroso mas absolutamente insensível a um quadro que deveria inspirar união de forças, inclusive internacional, como a ajuda enviada pelos governos vizinhos, entre eles o brasileiro.” (Resposta à altura da tragédia

na Venezuela)

AO3810 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/12/19/>

“... o projeto de lei permite que as empresas de telecomunicações atuem no mercado de TV por assinatura, o que é bom...”

“... os programadores que perderem seu espaço nos pacotes serão forçados a reajustar preços – e os operadores, forçados a repassá-los mais uma vez. Quarta pancada...” (Uma surra no consumidor)

AO3910 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/12/12/>

“O próprio preâmbulo do texto de 1948 salienta que a “compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso” – o que, é claro, não é possível sem a garantia do pleno direito à informação.” (O direito à informação na ordem do dia)

“... Aliás, nem é importante ter um ministro da Cultura, sonho de Berlusconi...” (A cultura e a ilusão do mercado)

AO4010 <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/12/05/>

“Em geral, as desigualdades de renda diminuíram, resultado de políticas salariais e de transferência de renda aliadas a forte política de proteção social e expansão industrial.” (Por uma infância sem racismo)